



ATLAS

COMIDA / POLÍTICAS PÚBLICAS / FOME / DESIGUALDADE / SOBERANIA

DOS SISTEMAS

AGRONEGÓCIO / CORPORAÇÕES / AGROTÓXICOS / MUDANÇA CLIMÁTICA

ALIMENTARES


MOVIMENTOS / COZINHAS / ECONOMIA POPULAR / AGROECOLOGIA / SEMENTES

DO CONE SUL

ARGENTINA / BRASIL / CHILE / PARAGUAI / URUGUAI

FUNDAÇÃO
ROSA
LUXEMBURGO

expressão
POPULAR

A person is shown from the chest up, holding a large, shallow metal bowl. The person is wearing a dark, textured sweater. The background consists of industrial equipment, including a large metal structure with a diamond-plate pattern. The entire image is overlaid with a strong red color filter. The text is centered in the upper half of the image.

**ATLAS
DOS SISTEMAS
ALIMENTARES
DO CONE SUL**



Fundação Rosa Luxemburgo, 2024

O conteúdo desta publicação está licenciado sob Creative Commons: Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 3.0. Você pode copiar e distribuir o documento inteiro ou capítulos completos, desde que cite os autores e as organizações que o publicaram, indique a fonte original da publicação em seu site e utilize o conteúdo para fins não comerciais, educativos ou de políticas públicas.

Organização e coordenação editorial: Patricia Lizarraga (FRL Cono Sur) e Jorge Pereira Filho (FRL Brasil e Paraguai)
Desenho de ilustração e capa: Pablo Ares (Iconoclastas, www.iconoclastas.net) e Marcelo Cordeiro (Estudio Bogari)
Assistente editorial: Constanza Malik de Tchara
Edição de textos: Mauricio Hashizume
Revisão editorial: Dandara Editorial
Diagramação: Marcelo Cordeiro (Estudio Bogari)
Tradução: Leandro Rodrigues.

Conselho editorial

Ana Paula Perles (MTST Brasil)
Anderson Amaro (MPA, Via Campesina Brasil)
Camilla Montecinos (Anamuri Chile)
Diego Montón (MNCI-ST Argentina)
Flavio José Vivian (Escola Nacional Paulo Freire / Periferia Viva Brasil)
Guillermo Ortega (BASE-IS Paraguay)
Lucas Tedesco (UTT Argentina)
Luma Vitorio (Periferia Viva Brasil)
Luis Caballero (INTA - MAES-UNGS Argentina)
Marcos Filardi (CALISA-UBA. REDASA. UCCSNAL Argentina)
Matias Carambula (Universidad de la República - URU)
Pablo Galeano (REDES-Uruguay)
Sarah Zevaco (BASE-IS Paraguay)
Sheila de Carvalho Brasil (Uneafro - Brasil)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L789a Lizarraga, Patricia
Atlas dos sistemas alimentares do Cone Sul / organizado por
Patricia Lizarraga, Jorge Pereira Filho. – São Paulo: Expressão
Popular: Fundação Rosa Luxemburgo, 2024.
102 p.
ISBN Fundação Rosa Luxemburgo: 978-65-89834-07-6
ISBN Expressão Popular: 978-65-5891-124-1
1. Bem-estar social – problemas sociais. I. Pereira Filho, Jorge.
II. Título.

CDD: 361

CDU: 364

Fundação Rosa Luxemburgo Brasil e Paraguai

Rua Ferreira de Araújo, 36
05428-000 – São Paulo – SP
+55 (11) 3796-99 01
info.saopaulo@rosalux.org
<https://rosalux.org.br>

Fundación Rosa Luxemburgo Cono Sur

Santiago del Estero 1148
CP 1075 Buenos Aires
+54 (0)11 43 05 41 22
info.buenosaires@rosalux.org
<https://rosalux-ba.org>

Editora Expressão Popular

Alameda Nothmann, 806 – térreo
01216-001 – São Paulo – SP
livraria@expressaopopular.com.br
<https://expressaopopular.com.br>

Esta publicação foi realizada com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ). O conteúdo da publicação é responsabilidade exclusiva dos organizadores e não representa necessariamente a posição da FRL.



ATLAS

COMIDA / POLÍTICAS PÚBLICAS / FOME / DESIGUALDADE / SOBERANIA

DOS SISTEMAS

AGRONEGÓCIO / CORPORAÇÕES / AGROTÓXICOS / MUDANÇA CLIMÁTICA

ALIMENTARES

MOVIMENTOS / COZINHAS / ECONOMIA POPULAR / AGROECOLOGIA / SEMENTES

DO CONE SUL

ARGENTINA / BRASIL / CHILE / PARAGUAI / URUGUAI

**FUNDAÇÃO
ROSA
LUXEMBURGO**

2024

expressão
POPULAR



SUMÁRIO

Prefácio Desafios atuais da soberania alimentar – <i>Jaime Amorim</i>	6
Apresentação	10
Parte I Diagnóstico	
Introdução Soberania alimentar dos povos contra os cercamentos – <i>Maria Emilia Pacheco</i>	14
1 O pão que falta a cada dia	18
2 Uma região periférica e dependente	30
3 O assalto aos bens comuns	32
4 A dívida climática do agronegócio	38
5 As megaempresas agroalimentares	42
6 Não comer ou comer mal	48
7 O sequestro da democracia	52
Parte II Alternativas	
Introdução Apostar em um sistema alimentar saudável – <i>Anderson Amaro</i>	58
8 A defesa do território	62
9 Comer é um ato político	70
10 Educação para a soberania alimentar	76
11 Feminismo como horizonte	80
12 Alimento saudável como direito	82
13 Poder popular contra a fome	88
Dez passos para uma alimentação adequada e saudável	98
Bibliografia e fontes	99

DESAFIOS ATUAIS DA SOBERANIA ALIMENTAR

Jaime Amorim *

"Globalizar a luta, globalizar a esperança!" Esse foi o lema que nos deu unidade nesses 30 anos de história da Via Campesina. Ele nos guiou na incansável luta contra a intervenção da Organização Mundial do Comércio (OMC), contra a comercialização de alimentos a serviço das grandes corporações capitalistas e na luta pela soberania alimentar. Hoje, porém, apresentam-se novos desafios, que exigem de nós uma capacidade maior de reorientar nossas práticas, nossas ações e nossas lutas.



Vivemos atualmente em meio a crises simultâneas, severas, intensas e prolongadas, com uma mudança muito acelerada na correlação de forças e na luta política. A profunda crise econômica afeta os principais países do centro capitalista, bem como os países pobres e em desenvolvimento. Dizemos que esta crise é estrutural porque é resultado da forma como se organiza o sistema, e não se pode superá-la sem enfrentar os fundamentos do próprio capitalismo. Em várias regiões do mundo, emerge a barbárie sob a forma de ódio, violência, guerras e discursos fascistas. Trata-se de um processo que tem se aprofundado no aspecto econômico, nas desigualdades sociais, nos limites da democracia burguesa, na ineficácia do Estado, no ataque à soberania dos

povos, além de se constituir também uma verdadeira crise de valores civilizatórios.

Um elemento desta crise estrutural é a questão ambiental, que se agrava em consequência da destruição diária que os capitalistas perpetram contra a natureza. São agressões ao meio ambiente que se intensificam com a privatização de bens comuns e, sobretudo, com a apropriação de minerais, água, florestas, a própria biodiversidade, com o intuito de transformar tudo em mercadorias. Detrás desse movimento está a busca incessante por lucros cada vez mais extraordinários, o que já não se mostra possível de ser obtido nas fábricas, no comércio ou mesmo a partir da especulação financeira.

A Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP28), convocada para discutir a crise climática em Dubai, em dezembro de 2023, demonstrou mais uma vez o fracasso de Estados, instituições e governos para responder a esse problema. Os capitalistas não abrem mão de seus lucros para salvar a natureza e o planeta; ao contrário, pretendem apenas criar mecanismos de créditos de carbono para dividir a renda obtida a partir da natureza entre a própria burguesia. Nosso planeta já está em estado de alerta. Muitas espécies estão desaparecendo e, com o aumento da temperatura e do dióxido de carbono na atmosfera, os próprios seres humanos correm o risco de não sobreviver.

Isso acontece depois de a pandemia da Covid-19 enfraquecer ainda mais as populações, que pagaram com suas vidas a loucura dos governos que negam a ciência e a realidade. Mesmo após milhões de mortos, o acesso às vacinas segue estupidamente desigual no mundo, porque as grandes indústrias farmacêuticas priorizam apenas a lógica do lucro, destinando medicamentos prioritariamente aos países ricos.

Ao invés de enfrentar a verdadeira causa dessa crise estrutural que vivemos – o próprio sistema capitalista –, o que a burguesia e os governos fazem é transferir o fardo da crise para os trabalhadores e as trabalhadoras, tirando-lhes direitos, aumentando a exploração e a repressão, reduzindo-lhes salários, entre outras coisas.

A guerra na Europa e no Oriente Médio intensifica essa situação com consequências diretas e indiretas. A principal delas é a perda de muitas vidas humanas, ceifadas por moti-

vos quase sempre alheios à sua vida cotidiana. São milhares de mutilados e mutiladas pela guerra, seja física ou psicologicamente, por traumas causados pela perda de familiares e amigos, pela destruição de seu espaço vital e o sentimento de medo e frustração por abandonar sua terra natal. Sem levar nada, deixam para trás ao fugir da guerra, na tentativa de salvar suas vidas e as de seus familiares, tudo o que haviam construído. Vejam, por exemplo, o que está acontecendo com o povo palestino, um genocídio em massa realizado pelo Estado de Israel.

Além disso, esse cenário de guerras aponta para a ocorrência de crises de abastecimento, aumento dos preços de alimentos, crescimento da inflação e uma possível valorização do dólar. A tendência é de que a crise econômica se pro-

pague a todos os países, à medida que as guerras se tornam mais intensas e prolongadas. Temos visto as consequências da guerra na Ucrânia para o mundo na política, na economia, em disputas geopolíticas e na agricultura. A Rússia é um dos maiores produtores mundiais de combustíveis fósseis, o maior produtor mundial de gás, que atende a 45% das importações europeias do combustível (2021). Também é um dos maiores produtores e exportadores de trigo. E há uma dependência generalizada das importações de seus insumos agrícolas, especialmente fertilizantes químicos.

A Ucrânia, por sua vez, tem vastas planícies de terra cultivável, e é importante exportador de produtos agrícolas para o mercado internacional, especialmente trigo e milho. Já se observa uma alta dos preços de petróleo, além de preços



altos e escassez de fertilizantes no mercado. A agroindústria sofrerá consequências imediatas e, em médio prazo, este modelo mostrará seu esgotamento. Por isso, em tempos de guerra o mais importante é reafirmarmos os princípios que nos guiaram politicamente até hoje. O primeiro é a defesa inflexível da vida e da paz. O segundo é a defesa da soberania dos povos ou nações. Finalmente, a defesa contra as guerras e contra a destruição de estruturas sociais e de vidas humanas.

Fome global

O fato é que essa crise estrutural pode provocar uma escassez global de alimentos, uma crise alimentar global que seria muito mais intensa em populações que já convivem com o flagelo da fome. A gravidade desse processo dependerá de quanto tempo as crises e a guerra durarem. A princípio, a agricultura mundial produz o suficiente para resistir a um período de crise mais longo. O problema não é a falta de alimentos, mas a possibilidade de que, em algum momento, as grandes empresas capitalistas que dominam o mercado global de distribuição, como forma de pressionar os preços e aumentar os lucros, promovam um boicote ou um bloqueio da distribuição, interferindo no mercado. Com o objetivo de aumentar os lucros, essas transnacionais podem negociar mudanças no mercado internacional, privilegiando as nações mais ricas e limitando a ação de alguns países mais pobres e não alinhados à exportação de alimentos.

O armazenamento e a formação de um estoque estratégico que tenha como objetivo principal permitir que as nações se protejam de possíveis guerras, catástrofes, epidemias e outras questões que possam interferir na produção e importação de alimentos, assim como o controle de um estoque regulador para estabelecer parâmetros para o mercado e a distribuição, são políticas públicas necessárias. Nós, na condição de movimentos sociais, temos que intensificar nossa ação em favor dessas medidas. Essas ações, parte integrante dos procedimentos estratégicos para a defesa da soberania nacional, sempre foram tarefa dos Estados. No entanto, o neoliberalismo, como modelo de desenvolvimento capitalista – implementado na maioria das nações nos anos 1980 e 1990 –, promoveu em nome da globalização econômica a abertura total das fronteiras para a livre circulação das mercadorias controladas pelas grandes corporações, ao mesmo tempo que incentivou a privatização de estruturas e logística para armazenamento e controle de estoque.

Como resultado, a maioria das nações se tornou refém do mercado e dos interesses das transnacionais, que controlam a produção, o armazenamento, a industrialização, o financiamento e a distribuição do mercado mundial de alimentos. A tarefa de armazenamento estratégico e controle do estoque de alimentos agora pertence ao mercado, está a serviço do capital, e por isso é nosso desafio retomar a construção de estoques a partir da agricultura camponesa, assim como a



comercialização de alimentos entre países. Isso deve ser feito com base em novos parâmetros e regulamentos.

Esta publicação da Fundação Rosa Luxemburgo e da Editora Expressão Popular chega, portanto, em um bom momento, pois aprofunda a discussão sobre o problema da fome e da insegurança alimentar no Cone Sul. Em comum, os países dessa região estão em posição de subordinação no comércio mundial, cada vez mais dependentes da exportação de produtos de baixo valor agregado. O agronegócio e a mineração avançam em nossos territórios à custa da destruição ambiental e do aprofundamento de um sistema de produção que não fornece alimentos saudáveis para a maioria de nossos povos.

Por outro lado, os movimentos populares e camponeses constroem alternativas com base em sua experiência de resistência e no compromisso com as necessidades da maioria da população, em defesa da soberania alimentar e da dignidade humana. Como mostra este *Atlas dos sistemas alimentares do Cone Sul*, estas organizações semeiam um modelo alternativo, que respeita a biodiversidade, valoriza a agricultura camponesa e os povos tradicionais e aponta para uma sociedade igualitária e fraterna.

Enquanto o agronegócio caminha para a digitalização da agricultura, com a tecnologia 4.0, nós obtivemos a aprovação na ONU, em 2018, da Declaração dos Direitos dos Camponeses e das Camponesas. Esta ocasião histórica é uma oportunidade para denunciar o esgotamento do modelo de produção baseado neste pacote tecnológico. É também um momento perfeito para apresentar o campesinato como a alternativa de presente e de futuro, com o intuito de produzir alimentos saudáveis, proteger a natureza e fomentar novas relações sociais no campo, possibilitando vida digna, garantia de alimentação e soberania dos povos. Deve-se considerar que as novas tecnologias levam ao desemprego e expulsam as pessoas do campo, o campesinato, o que provoca o aumento da migração forçada e da miséria.

O projeto estratégico de soberania alimentar nos aponta grandes desafios:

1. Lutar contra o latifúndio e o agronegócio, fortalecendo a luta pela reforma agrária popular e integral;
2. Produzir alimentos saudáveis em quantidade e qualidade para toda a população, tendo a agroecologia como um projeto estratégico para a vida e a produção no campo. No contexto atual, a fome será nosso grande desafio, e precisamos enfrentá-lo por meio da articulação da sociedade em todos os países.

3. Criar novas relações entre aqueles que produzem alimentos e aqueles que os consomem, garantindo preços justos, definidos conforme os custos de produção, permitindo uma renda digna para todas e todos que produzem no campo.
4. Garantir novas e justas regulamentações para acabar com a especulação na comercialização de alimentos, além da suspensão da negociação de produtos alimentícios nas bolsas de valores e o fim do controle da OMC sobre o comércio de alimentos, bem como dos acordos de livre comércio. Comida não é mercadoria.
5. Proteger nossas florestas, selvas, águas e reservas ambientais. Plantar árvores, recuperar mananciais, além de proteger rios e córregos. A Via Campesina deve tomar a frente das ações, com uma grande campanha de plantio de árvores.
6. Fortalecer a cultura camponesa de reativação das fontes e reservas de água, disseminando e multiplicando técnicas populares e de baixo custo.
7. Armazenar ração animal, difundindo e promovendo o intercâmbio das diversas técnicas de ensilagem e reserva de forragem para períodos de escassez.
8. Proteger e produzir sementes saudáveis e lutar contra as empresas que produzem sementes geneticamente modificadas. Precisamos reativar nossa campanha permanente: "Sementes: patrimônio dos povos a serviço da humanidade".
9. Transformar a Declaração dos Direitos dos Camponeses e Camponesas (Undrop) em um instrumento de luta e legitimá-la como instrumento de defesa dos povos rurais.
10. Construir a solidariedade internacional entre camponesas e camponeses e construir alianças com os trabalhadores urbanos.
11. Continuar a promover novas relações de gênero entre todas as pessoas que vivem no campo e entre a classe trabalhadora. Podemos mudar o mundo, mas, para fazê-lo, é necessário tornar a luta permanente. Isso aumenta a importância da educação político-ideológica, que permite formar a unidade na diversidade.

Dezembro de 2023

* *Jaime Amorim* é membro da Direção Nacional do Movimento Sem Terra (MST) e da Coordenação Latino-Americana de Organizações Rurais (Cloc/Via Campesina).



APRESENTAÇÃO

Patricia Lizarraga e Jorge Pereira Filho*

Quando a primeira edição deste *Atlas dos sistemas alimentares do Cone Sul* foi lançada, em junho de 2022, a pandemia dividia as preocupações globais ao lado da emergência da guerra entre Rússia e Ucrânia. No breve intervalo que nos separa até hoje, o número de pessoas que passam fome aumentou 150 milhões de pessoas, segundo o mais recente *Relatório do Estado da Segurança Alimentar no Mundo* (SOFI-FAO). É como se em um ano o mundo ganhasse um contingente de famintos equivalente ao dobro dos habitantes do Reino Unido.

A situação alimentar se agravou enquanto os efeitos da mudança climática se aprofundaram, fazendo que 2023 tenha sido o ano mais quente da história da Terra. Como se fosse pouco, o crescimento do militarismo recupera mais uma vez o pensamento de Rosa Luxemburgo de que a guerra é um desdobramento incontornável do avanço do capitalismo e do colonialismo.

Vivemos tempos de angústias, com crises sucessivas, cada vez mais globais e intensas, que nos afetam em amplos espectros da vida social; também vivemos um tempo de negação, de ocultação sistemática das alternativas existentes. A emergência da fome em uma escala colossal no início do século XXI é sintomática dessa dualidade paralisante.

Neste cenário, produzimos este *Atlas*. Um contexto de aprofundamento das crises desencadeadas por um modelo econômico incapaz de alimentar adequadamente a população. Em toda a região, com suas particularidades, as consequências desse modelo são cada vez mais evidentes. É o que demonstramos ao longo da primeira parte do *Atlas*, ao apresentar as principais razões pelas quais uma região composta por Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, abundante em recursos naturais e extensas terras agrícolas, não consegue fornecer alimentos em qualidade e quantidade suficientes para seu povo. Esses países estão presos em um sistema produtivo que contribui para a crise climática e expulsa as pessoas do campo, violando direitos dos povos tradicionais.

É bem verdade que entre junho de 2022 e janeiro de 2024 o Cone Sul viveu processos políticos desafiadores. A Argentina, hoje, tem como presidente o ultraneoliberal Javier Milei, que chega ao poder com um pacote de destruição de direitos sociais e ambientais, anunciando um governo a

serviço do neoliberalismo e das transnacionais. No Paraguai, um governo de direita voltou a vencer, mas desta vez com uma maioria avassaladora no Congresso.

O povo chileno, por sua vez, vive uma situação de impasse político. Depois de um processo de insurreição popular que levou Gabriel Boric ao poder, nenhum campo político foi capaz de construir maioria social para aprovar uma Constituição que enterrasse o legado da ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990). Ainda neste ano de 2024, o Uruguai elege um novo presidente em um cenário de enfraquecimento do presidente Luis Lacalle Pou e de leve favoritismo para a Frente Ampla, coalizão de centro-esquerda que governou o país entre 2005 e 2015.

Já no Brasil a tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023 lançou o alerta para aqueles que imaginavam que o triste capítulo escrito por Jair Bolsonaro em seu governo havia ficado para trás com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições. Pelo contrário, os setores que apoiaram a balbúrdia golpista, não por acaso com presença do agronegócio, mostraram que o atual cenário social e político exigirá muito mais das forças democráticas comprometidas pela redução das desigualdades sociais no país.

A questão alimentar joga um peso central nessas disputas. Não há democracia possível com os cerca de 100 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar no Cone Sul. É nesse sentido que este *Atlas* procura apresentar alternativas para a situação que enfrentamos. Na segunda parte, discutimos como o modelo do agronegócio não é a única forma de produzir e distribuir alimentos. Relatamos diversas estratégias de abastecimento de alimentos desenvolvidas a partir de um modelo baseado na soberania alimentar e na agroecologia. Sistemas de produção que, da semente ao prato, do campo à cidade, buscam produzir alimentos saudáveis, sem destruir a natureza, a preços justos, inseridos em processos de cooperação transformadora, combatendo a fome e a desigualdade.

A publicação original deste *Atlas* é resultado de uma ação conjunta entre os escritórios da Fundação Rosa Luxemburgo de Buenos Aires e São Paulo. Somos uma organização alemã vinculada ao partido Die Linke (A Esquerda), que atua na região apoiando a formação política e processos sociais, com

escritórios na África, América, Ásia, Europa e Oriente Médio. Buscamos contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária, promovendo oficinas, seminários, pesquisas, reflexões e debates sobre alternativas ao capitalismo. Um de nossos eixos de trabalho é justamente a soberania alimentar, apoiando movimentos camponeses, ONGs e pesquisas nos países onde atuamos.

É nesse espírito que esta edição em português é veiculada com a Expressão Popular, editora parceira da Fundação com quem compartilhamos esse mesmo horizonte da soberania alimentar. Este *Atlas* só foi possível graças ao compromisso de nosso Conselho Editorial composto por membros de movimentos populares, camponeses, ONGs e universidades dos cinco países. Desse espaço, surgiram não apenas as prioridades destacadas no diagnóstico da primeira parte desta publicação, mas também o que seria necessário enfatizar na segunda parte e nas experiências alternativas. Foi um processo rico e dinâmico que, desde sua primeira edição, estimulou a criação de espaços de formação e articulações regionais.

Seria impossível relatar neste material as centenas de experiências dos movimentos populares, dos povos indígenas, das comunidades tradicionais que constroem, por meio de formas mais justas de produção e circulação de alimentos, um outro sistema alimentar. As lacunas são de exclusiva responsabilidade dos organizadores. O que reunimos aqui são exemplos concretos que nos ajudam a compreender as estratégias desenvolvidas nesse processo histórico de resistência e construção de alternativas. Entendemos que a soberania alimentar como projeto político requer a construção de outras formas de organização econômica e política. Desejamos que esse levantamento se enriqueça com a contínua sistematização de iniciativas existentes – ou futuras – que pavimentam esse caminho.

Agradecimentos

Este *Atlas* foi gestado e escrito coletivamente. Militantes, pesquisadores, fotógrafos, jornalistas, organizações camponesas e urbanas contribuíram solidariamente na sua elaboração. Este trabalho não teria sido possível sem a confiança e o incentivo de Torge Löding (Buenos Aires) e Andreas Behn (São Paulo), diretores dos escritórios da Fundação. Tampouco seria viável sem o apoio incansável de nossas companheiras e companheiros de trabalho, especialmente gostaríamos de agradecer a Andressa Debossan, Christiane Gomes, Daniel Santini, Florencia Puente, Elisangela Soldatelli,

Verena Glass, Tatiana Valerhoski, Ana María Vázquez Duplat e Virginia Parodi. As infografias foram produzidas pelo criativo Pablo Ares e pelo incansável Marcelo Cordeiro, também responsável pela diagramação. Tivemos também o dedicado apoio de Mauricio Hashizume na produção dos textos e a comprometida assistência de Constanza Malik de Tchara com as entrevistas e a sistematização, além da tradução cuidadosa de Leandro Rodrigues. Também gostaríamos de agradecer por suas colaborações nos artigos a José Raimundo Sousa Ribeiro Júnior (cap.1), María Emilia Pacheco (cap.1, 7 e 13), Fernando Frank (cap.2 e 3), Elisangela Soldatelli (cap.4), Alejandro Vallini (cap.6), Analía Zamorano (cap.6), Damián Verzeñassi (cap.6), Elina Figueroa (cap.6), Gabriel Keppl (cap.6), Lucía Enriquez (cap.6), Gloria Sanmartino (cap.6), Facundo Fernández (Cap 6), Matheus Assunção (cap.10), Eduardo Belleli (cap.8), Darío Aranda (cap.8 e 9), Cotepe-UTT (cap.8 e 9), Florencia Puente (cap.11), Diego Montón (cap.12), Graciela Ottmann (cap.12), Javier Couretot (cap.12), Igor Ojeda (cap.13), Thays Carvalho (cap.13), Ronaldo Matos (cap.13), Antonio Latucca (cap.12), Dafne Mello (tradução), Bernardo Mançano Fernandes, Adriana Machado, Agustín Juncal, Alicia Migliaro, Joaquín Cardeillac, Inés Ferreira, Julieta Krapovickas e Lorena Rodríguez.

Estendemos nosso agradecimento a todos aqueles que cederam seu tempo, conhecimento e experiências: Adriana Mezadri, Alejandra Girona, Alicia Alem, Andrey Hernandez, Bernardo Mançano Fernandes, Carolina Llorens, Cristiano Navarro, Daniel Angelim, Douglas Mansur, Enso Ortt, Francisca Fernández Droguett, Gabriela Dalesio, Gerardo Segovia, Gisela Olguin, José Jiménez, Juan Pablo de la Villa, Kelli Mafort, Lucio Cuenca, Maria Rivera, Mauricio Muchiutti, Natalia Manini, Oscar Mintiguia, Paola Quinteros, Paulo Mansan, Patricia Aguirre, Pedro Biondi, Perla Alvarez, Raúl González, Rosalía Pellegrini, Soledad Alvear, Tamara Perelmuter, Tatiana Merlino, Turco Abdala, Verónica Maturano, Victoria Herrera, Viviana Catrileo, Wesley Lima, Wilmar Vaz, Pablo Galeano, Javier Task e Francisca Rodriguez.

* *Patricia Lizarraga, formada em Antropologia, especialista em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, doutoranda em Estudos Sociais Agrários, é coordenadora de projetos da Fundação Rosa Luxemburgo em Buenos Aires.*

Jorge Pereira Filho, formado em Comunicação, mestre em Políticas da Comunicação, doutorando em Mudança Social e Participação Política, é coordenador de projetos da Fundação Rosa Luxemburgo em São Paulo.



A FOME

Eduardo Galeano

Um sistema de desvínculo: *Boi sozinho se lambe melhor...*

O próximo, o outro, não é seu irmão, nem seu amante. O outro é um competidor, um inimigo, um obstáculo a ser vencido ou uma coisa a ser usada. O sistema, que não dá de comer, tampouco dá de amar: condena muitos à fome de pão e muitos mais à fome de abraços.

**E assim no dia 13 de maio de 1958
eu lutava contra a escravatura atual,
a fome!**

Carolina Maria de Jesus



PARTE 1 **DIAGNÓSTICO**

SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS CONTRA OS CERCAMENTOS

Maria Emilia Pacheco*

O contexto da pandemia mobilizou-nos a pensar e atuar sobre os sentidos e os impactos dos sistemas agroalimentares na atualidade. Estudos e debates mostraram que o aumento da ocorrência de vírus está intimamente ligado à produção alimentar do modelo industrial da agricultura com os monocultivos, os laboratórios de manipulação genética, desmatamento e a produção animal em confinamento. O alimento reduzido à mercadoria produz doença e não reduz a fome no mundo.

Vivemos o desafio contemporâneo de construir a transição para um sistema alimentar que fortaleça vínculos entre produção, consumo, saúde e conservação ambiental, na perspectiva da Soberania Alimentar e do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas. Mas tudo indica que estamos ainda distantes de sua realização em virtude dos processos de mercantilização, privatização da natureza, da artificialização e padronização dos alimentos pelo poder da indústria.

O Relatório das Nações Unidas sobre *O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo em 2023* (Sofi) estima que entre 691 e 783 milhões de pessoas no mundo enfrentaram a fome em 2022. Prevê-se também que quase 600 milhões de pessoas sofrerão de subnutrição crônica em 2030. E os dados mostram que a insegurança alimentar afeta mais as mulheres do que os homens em todas as regiões do mundo. A Organização Mundial da Saúde (OMS) informa que mais de 1 bilhão de pessoas são obesas, número que continua aumentando. O consumo crescente de produtos alimentícios ultraprocessados leva a uma série de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), como diabetes tipo 2, doenças cardiovasculares, hipertensão, acidente vascular cerebral e várias formas de câncer.

O sistema agroalimentar está sob o domínio de corporações. São tempos dos *impérios alimentares*, como nos diz Van der Ploeg (2009). Há um entrelaçamento dos processos de industrialização da agricultura; a introdução do mercado global como princípio ordenador da produção e comercialização agrícola e a reestruturação da indústria de processamento, de grandes empresas de comercialização e

de cadeias de hipermercados. Junto com o mercado global neste contexto são geradas as várias crises alimentar, agrária, ambiental e climática.

Ascensão neoliberal

Esses processos têm como pano de fundo a ascensão neoliberal com as novas formas de apropriação e de valorização do capital, acompanhadas de mudanças de paradigmas e de conceitos, expressos na relação natureza, sociedade e economia.

Rememoremos um pouco a história. Em 1986, iniciou-se a negociação da chamada Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt), que deu origem à Organização Mundial do Comércio (OMC). Naquele momento, os Estados Unidos passaram a exigir a propriedade intelectual não só para as invenções industriais e para as obras intelectuais. Colocou-se em cena a afirmação do direito de monopólio, através de patentes, sobre seres vivos e sobre o conhecimento.

Como decorrência, um novo marco legal seria necessário para favorecer a apropriação de plantas e sementes. Vejamos: um microbiologista, então funcionário da empresa General Electric (G.E.), solicitou concessão de patente para um microrganismo geneticamente projetado para devorar derramamentos de óleo nos oceanos. Rejeitada inicialmente, a tese acabou por consumir-se por estreita margem de cinco a quatro dos votos entre os juizes. O juiz presidente argumentou que "a distinção relevante não era entre seres vivos e objetos inanimados, mas se o microrganismo de Chakrabarty (nome do microbiologista) era ou não uma invenção realizada pelo homem" (Rifkin, 1999).

Essa decisão começou a respaldar acordos para criar uma estrutura de proteção à propriedade intelectual apoiada por conjunto de empresas, dentre as quais, muitas do campo da biotecnologia, como a Merck, Pfizer, Monsanto e Dupont.

Na primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro no ano de 1992, conhecida como ECO 92, a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), definiu a natureza como

recurso. E sucedeu-se a adoção de normas como as leis de patentes que criam direitos de propriedade intelectual sobre variedades de plantas. Essa decisão cimentou a submissão dos recursos biológicos e genéticos à lógica do mercado, colocando em questão o sistema de valores, pois os bens como plantas e animais têm um sentido ontológico ou de valor de uso para o campesinato, povos e comunidades tradicionais.

A mudança do significado da natureza seguiu seu curso, com a transformação recorrente da natureza em fonte de lucro na chamada *nova economia*. As formas de destruição e exploração da natureza e os recursos naturais (desmatamento, exploração mineral, grandes projetos, expansão dos monocultivos) passaram a caminhar junto com o objetivo das atividades econômicas em nome da "*conservação da natureza*" subordinada aos negócios como ativos e riscos. Foram sendo criados novos cercamentos para os povos e

comunidades tradicionais com os mecanismos financeiros como parte das negociações do Acordo sobre Clima como o sistema REDD – redução de emissões por desmatamento e degradação florestal nos países em desenvolvimento. As empresas ou estados nos países industrializados poderiam alcançar suas metas de redução de CO₂ com a compra de certificados florestais como mecanismo de compensação e a continuidade de poluição no mundo industrializado seria assim atenuada.

É essa perspectiva de financeirização da natureza, de mercantilização da vida, da terra como ativo financeiro, especialmente desde a crise alimentar de 2008, que pavimentou os caminhos da Cúpula dos Sistemas Alimentares em 2021. São tempos do mercado e novas tecnologia buscando comandar a vida na relação da natureza com a economia a serviço do capital na agora chamada economia verde.



Acumulação primitiva

Sob o domínio das grandes corporações da cadeia industrial de alimentos, foi favorecida a agenda de grandes financiadores como a Fundação Bill e Melinda Gates, Fundação Rockefeller; gigantes da agroindústria e da indústria de alimentação como Nestlé, Unilever; das empresas que controlam o mercado de sementes, agroquímicos como – Bayer-Monsanto, Dow Dupont que formaram a Coterva, ChemChina-Syngenta. E novos agentes que representam transferência de poder e novas formas de acumulação e expropriação entraram em cena: empresas de dados como Google, Amazon e Microsoft, com as tecnologias digitais de controle de informações da agricultura e alimentação.



É uma nova fase de acumulação primitiva do capital sobre diversos componentes da natureza, até então fora do mercado e vem acompanhada das plataformas digitais. Os fabricantes de máquinas e plataforma de dados fazem uma convergência para a chamada “agricultura de precisão”, ou “agricultura digital”, ou “agricultura baseada em dados”, nas tecnologias digitais e o tratamento algorítmico de grande volume de dados (*big data*). A concepção de produção de alimentos é reduzida a um “problema de otimização”, com registros sobre clima, umidade do solo, pragas, histórico das culturas transformadas em dados.

Há também um processo de artificialização e desmaterialização do alimento. Os significados socioculturais imateriais dos alimentos como identidade, cultura, tradição, memória são abandonados em favor dos alimentos como bens de mercado, privados e comercializáveis. Há tecnologias com o objetivo de obter informações sobre as escolhas da

população consumidora, em um contexto em que cresce o consumo dos produtos alimentícios ultraprocessados. São novos cercamentos.

Esses produtos não são propriamente alimentos, mas formulações industriais feitas inteiramente ou majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos (óleos, gorduras, açúcar, amido, proteínas), derivados de constituintes de alimentos (gorduras hidrogenadas, amido modificado) ou sintetizadas em laboratórios com base em matérias orgânicas como petróleo e carvão (corantes, aromatizantes, realçadores de sabor e vários tipos de ativos). Buscam dotar os produtos de propriedades sensoriais atraentes, com impactos na saúde, na cultura alimentar e na vida social, como analisa criticamente, por exemplo, o *Guia alimentar da população brasileira*.

Resistências

Mas há sujeitos coletivos da resistência neste contexto de crescente comoditização dos alimentos. Relembremos a história de defesa dos bens comuns. Há muitos séculos, em 1215, a Carta do Bosque na Idade Média protegia os comuns. A subsistência da população dependia da madeira e do direito ao pasto comum. Essa carta foi um documento jurídico contrário aos cercamentos, às privatizações e apropriação em detrimento do uso comum do povo para o seu sustento. As mulheres exerceram um papel primordial nessa defesa.

No longo tempo que nos separa daquela época, em 2009, a cientista Elinor Ostrom, Nobel da Economia, retomou a tese que reconhece o significado das regras comunitárias que regulam o uso comum de recursos como lagos e rios, florestas, pastos. Sabemos hoje que milhões de pessoas em todo o mundo dependem dos bens comuns para suas necessidades alimentares e constituem sistemas de coexistência com os bens da natureza baseados em formas de organização social coletiva, e não em mecanismos de mercado ou baseados em regulação estatal.

A gestão dos bens comuns, baseada em tradições e experiências históricas baseados nos princípios de solidariedade, reciprocidade face aos outros e responsabilidade face ao planeta continua impulsionando a luta dos sujeitos de direitos contra os cercamentos. A defesa da “*natureza como mãe terra*”, especialmente nos países da América Latina, as propostas sobre os Direitos da Natureza reconhecidos nas Constituições da Bolívia e Equador alimentam os debates na atualidade.

A mobilização internacional pela soberania alimentar, expressa na *Declaração de Nyeleni*, rejeita a mercantilização

dos recursos alimentares, reconhecendo que os direitos coletivos e o acesso aos bens comuns são pilares fundamentais da construção da soberania dos povos. Reafirmam a agroecologia e sua perspectiva emancipatória com o objetivo da transformação dos sistemas alimentares em conexão com a natureza.

Na sua dimensão social, a agroecologia defende as relações de igualdade, reconhecendo que as mulheres historicamente são as guardiãs da biodiversidade e dos bens comuns. Posiciona-se contra o racismo e reconhece que uma sociedade pluriétnica com diferentes formas de apropriação e uso da terra e dos bens da natureza é um componente fundamental da democracia e do enfrentamento dos grandes desafios na relação entre sociedade e natureza.

Por isso, reafirmamos o papel chave dos sistemas alimentares territoriais construídos por quem produz alimentos diversificados, protege a biodiversidade, a saúde e a natureza. E defendemos que estejam no centro dessa luta os princípios do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas, da soberania alimentar, da agroecologia e os valores de justiça social, alimentar e da democracia.

* *Maria Emilia Pacheco é assessora da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), integrante da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN).*



O PÃO QUE FALTA A CADA DIA

No mapa da crise alimentar mundial, o Cone Sul escreve um capítulo à parte. O número de pessoas com insegurança alimentar grave ou moderada quase duplicou em menos de uma década na região: alcançou 92,7 milhões de pessoas no biênio 2020-2022; no período 2014-2016, eram cerca de 50 milhões no período 2014-2016. Trata-se de um número tão significativo que o contingente de famintos de Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, fosse um país, estaria entre as 20 nações mais populosas do planeta, à frente de Alemanha ou Irã. Esses dados foram revelados pelo relatório

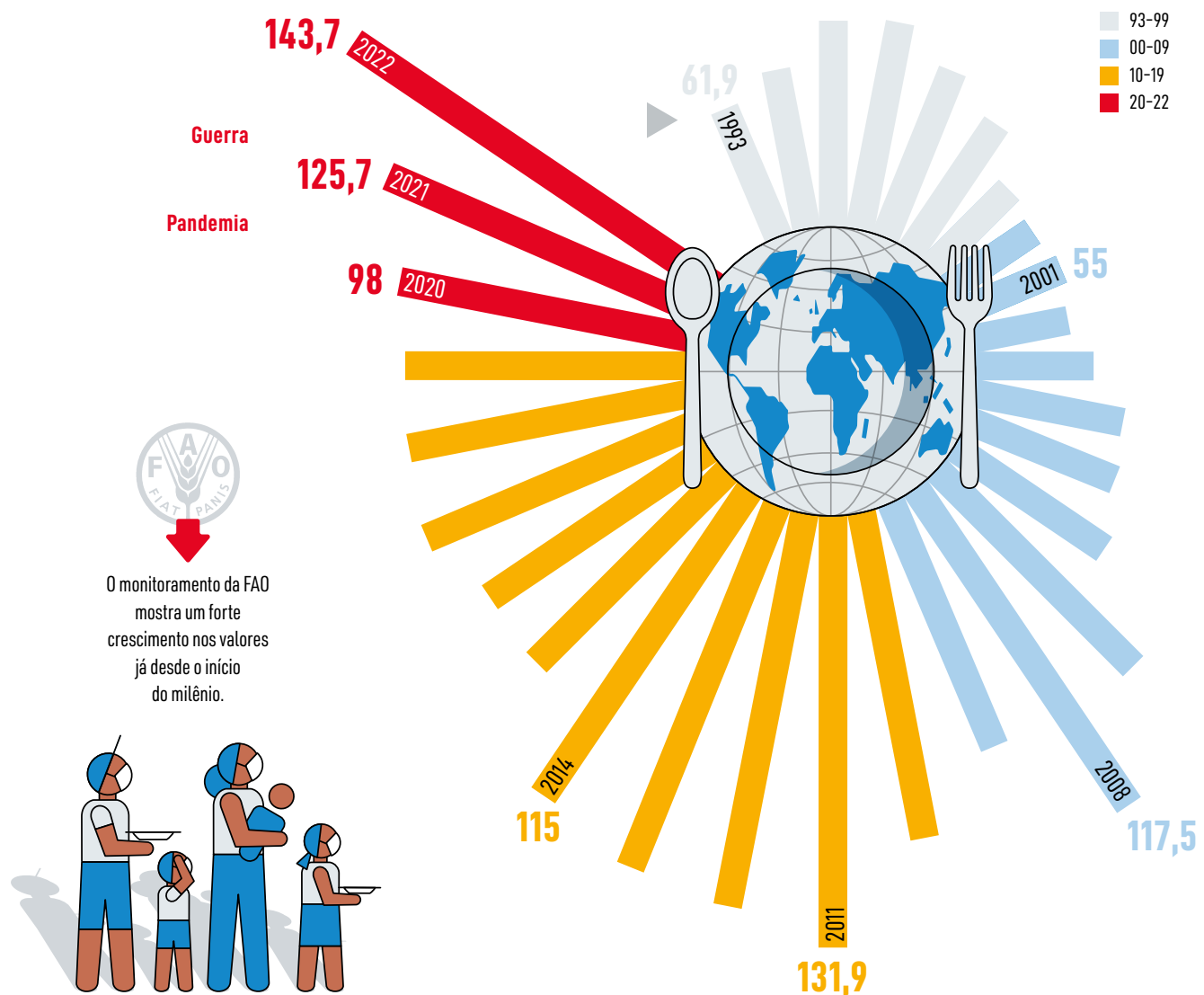
anual da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) (Sofi, 2023).

A incapacidade de o Cone Sul prover o povo com alimentos saudáveis não tem nada a ver com a falta de geração de riqueza. Tampouco a natureza é um entrave grave para a produção agrícola na região. Esses cinco países têm índices de desenvolvimento humano (IDH) muito altos ou altos e possuem 8,3% da área agrícola do planeta, com 3,5% da população mundial (Data WorldBank, 2022). Consideradas como um todo, as características geográficas da região

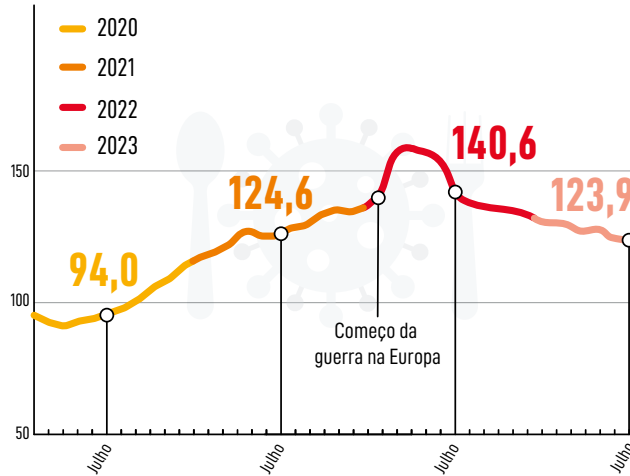
O AUMENTO DOS PREÇOS DOS ALIMENTOS É UMA TENDÊNCIA MUNDIAL

Os aumentos globais dos preços dos alimentos têm sido persistentes nos últimos 30 anos, agravados pela pandemia e pela guerra.

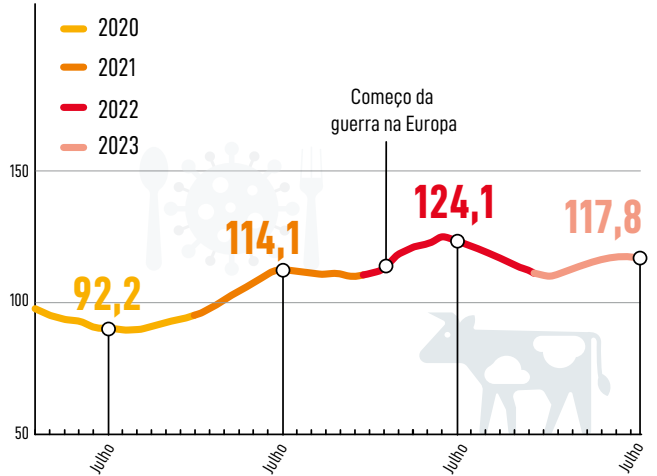
Índice global de preços de alimentos



Preços mundiais dos alimentos não recuaram aos níveis antes da pandemia



Preço mundial da carne também segue mais elevado

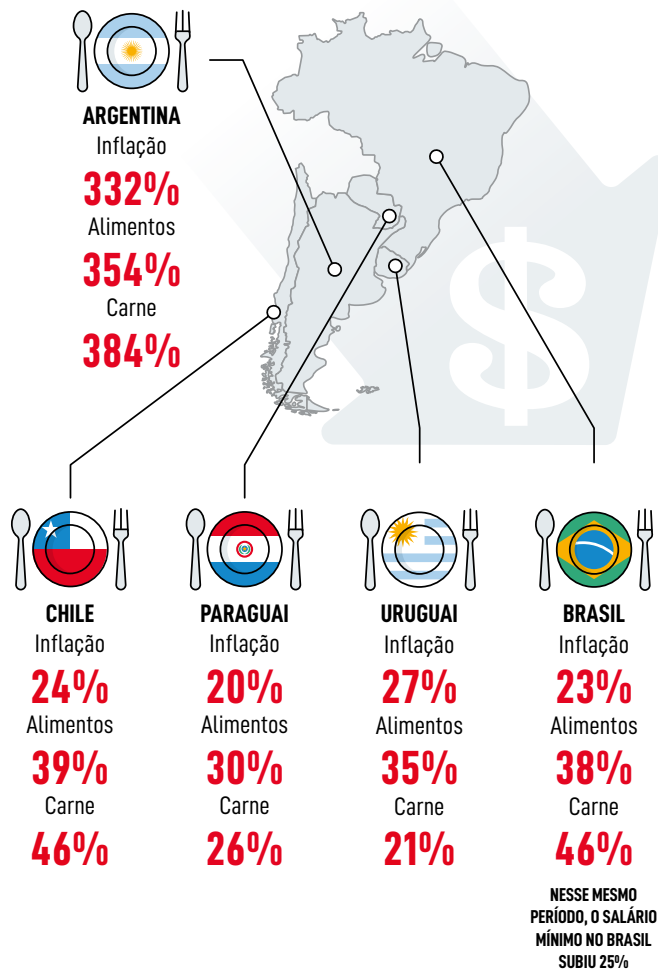


Fonte: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2023).

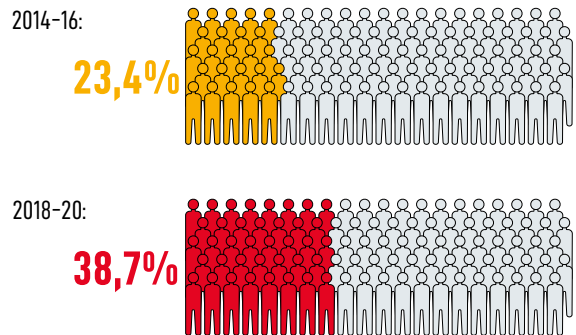
NO CONE SUL, COMER BEM É CADA VEZ MAIS UM LUXO

Os custos dos alimentos em nossos países estão aumentando mais do que a taxa de inflação ao longo do tempo.

Variação nos preços dos alimentos em relação à inflação desde o início da pandemia até março de 2023

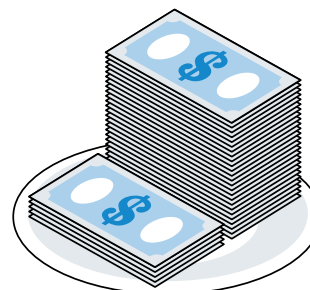
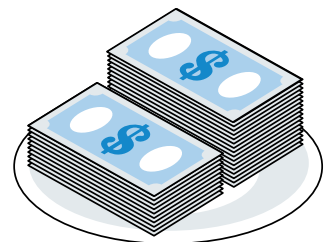


% de pessoas com insegurança alimentar grave ou moderada na América do Sul



Uma dieta saudável é

60% mais cara em comparação com uma que só satisfaz as necessidades nutricionais essenciais.



5x mais cara em comparação com dietas que só atendem as necessidades energéticas por meio de alimentos ricos em amido.

Fontes: FAO Food Price Index, INDEC/IPC (Argentina), IBGE/IPCA (Brasil), INE (Chile), BCP (Paraguai) e INE (Uruguai), e Relatório SOFI (2021).

ARGENTINA: NÚMEROS EM CRESCIMENTO

Com uma população estimada de 45.800.000 pessoas.

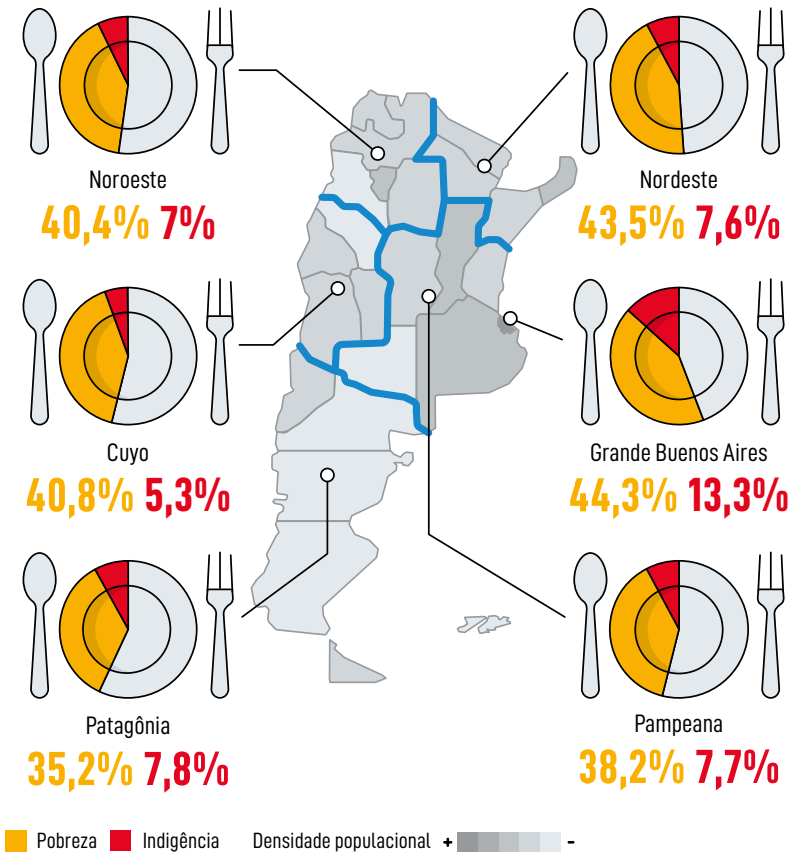


16,5
milhões de pessoas
estão em situação
de pobreza

5,5
milhões ganham menos
que o valor da cesta
básica de alimentos

MAPA NACIONAL DA DESIGUALDADE

% de pobreza e indigência, de acordo com as diferentes regiões.



são tão favoráveis que, se fossem apenas um país, este seria, por exemplo, o maior produtor mundial de soja, o terceiro maior produtor de milho, além de possuir a maior produção de gado bovino do mundo.

Modelo fracassado

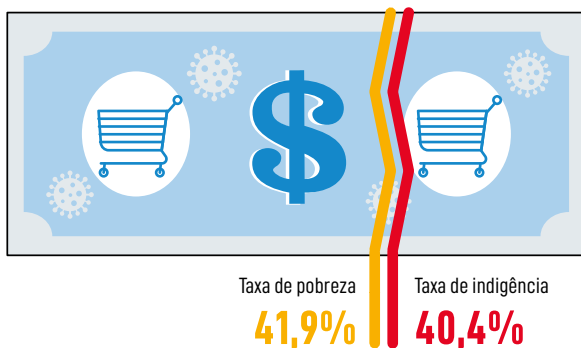
A grande questão é que a produção no campo continua a crescer na região, mas não é destinada a matar a fome de quem mais precisa: em vez disso, a prioridade é o mercado externo. Ou seja, falta comida na mesa do povo, mas cada vez mais os lucros do agronegócio batem recorde, amparados nas exportações. Nessa equação, a política desempenha um papel central, pois sustenta um modelo que gera riqueza para poucos e produz fome para milhões.

Sem políticas públicas adequadas para garantir o direito à alimentação saudável, um cenário de estagnação econômica e custo crescente da alimentação aprofundam a crise no Cone Sul. Condições históricas estruturais tornam este cenário ainda mais dramático. Embora cada país viva esses momentos de crise de maneira particular, devido a seus próprios contextos sociais e políticos, todos compartilham um mesmo fenômeno: o aumento da insegurança alimentar é a comprovação cotidiana de que esse modelo é incapaz de responder às necessidades da maior parte da população.

Em todos esses países, o preço dos alimentos aumenta em um ritmo acima da média geral, o que não é pouco quando se considera que este período registrou patamares elevados de inflação por diversos fatores, como a guerra na Ucrânia e a pandemia. Nessa escalada, os maiores perdedores – como sempre – são os mais pobres, porque usam a maior parte de sua renda para comprar comida. Quando o dinheiro não é suficiente, a primeira decisão é cortar os produtos mais caros, a fim de garantir o básico. Assim, com a alta dos preços, quem vive em situação precária e consegue escapar da fome é condenado a consumir alimentos mais baratos, o que se traduz, em geral, no consumo de mais

O DINHEIRO NÃO É SUFICIENTE

% da população com renda inferior à CBA e à CBT.

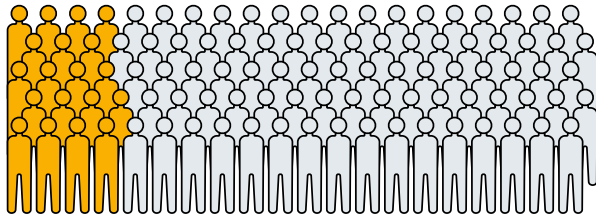


A cesta básica de alimentos (CBA) indica os limites de pobreza enquanto a cesta básica total (CBT) indica os limites da indigência, medido por família (de 4 pessoas).

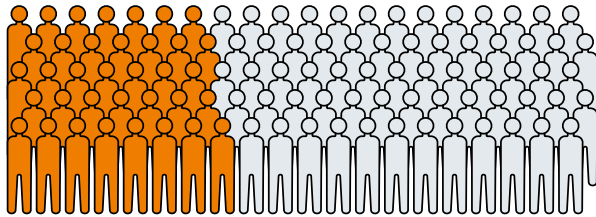
Fonte: Encuesta Permanente de Hogares (segundo semestre de 2020).

A ESCASEZ SE DISSEMINA...

% da população com insegurança alimentar moderada ou grave.



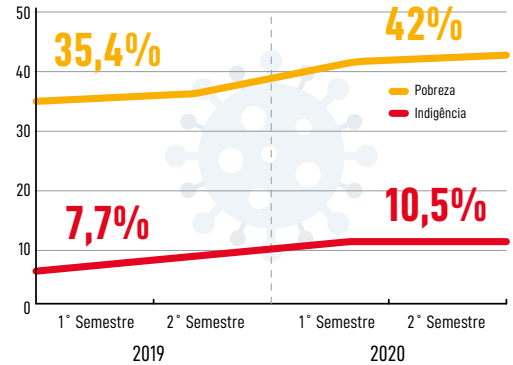
2014-16
19,2%



2018-20
35,8%

... JUNTO ÀS CARÊNCIAS

% da população empobrecida na pandemia.



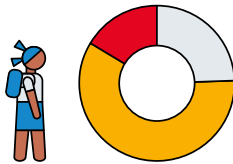
Fontes: Relatórios SOFI (2020 e 2021), Encuesta Permanente de Hogares (segundo semestre de 2020).

A POBREZA TEM IDADE E GÊNERO

% de insegurança econômica dos segmentos mais vulneráveis.

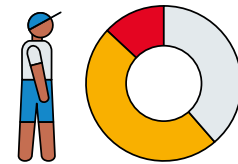
Pessoas, de acordo com a idade

De 0 a 14 anos



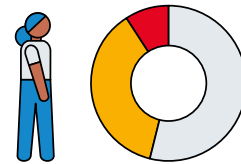
57,7% 15,7%

De 15 a 29 anos



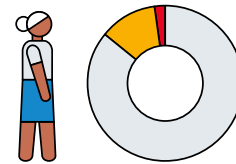
49,2% 12,5%

De 30 a 64 anos



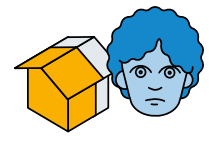
37,2% 9%

De 65 ou mais anos



11,9% 1%

Pobreza em residências comandadas por mulheres



67,5%

Fonte: Encuesta Permanente de Hogares (segundo semestre de 2020).

produtos ultraprocessados, levando ao abandono de uma dieta equilibrada. Quando isso é possível, claro.

No passado, ainda no século XIX, era muito difundida a ideia de que a principal causa da fome era uma produção no campo insuficiente, que não acompanhava o ritmo de crescimento da população mundial. Essa interpretação adquiriu diferentes enfoques ao longo do tempo e, após a Segunda Guerra Mundial, foi consolidada numa espécie de "solução" mágica: para erradicar a fome, bastaria adotar um modelo agroindustrial de alta produtividade e usar a tecnologia.

Na prática, isso não aconteceu. A produção se expandiu com as inovações tecnológicas, o agronegócio tornou-se um setor econômico que gera muita riqueza – para poucos –, mas a fome continua sendo uma calamidade social crescente. Isso sem discutir a qualidade desses alimentos produzidos sob esse modelo da "revolução verde", que hoje se caracteriza pelo uso excessivo de venenos e sementes

geneticamente modificadas, com impactos graves para o meio ambiente e a saúde humana.

A fome está ligada sobretudo a questões políticas e econômicas, ou seja, está relacionada à forma como a sociedade se organiza para garantir sua reprodução. Em 2023, completaram-se 50 anos da morte do geógrafo e médico brasileiro Josué de Castro que, em seu livro *Geografia da fome* (1946), defendeu esta ideia que segue atual: as causas da fome estão mais vinculadas à estrutura econômica e à organização social do que à produção insuficiente de alimentos ou ao crescimento da população.

Decisões governamentais e políticas econômicas que não priorizam o direito das pessoas a uma alimentação saudável e adequada estão na raiz do problema. É neste sentido que o Cone Sul é um péssimo exemplo: uma região que poderia fornecer uma grande quantidade de alimentos saudáveis para sua população, mas que na realidade aproveita seu

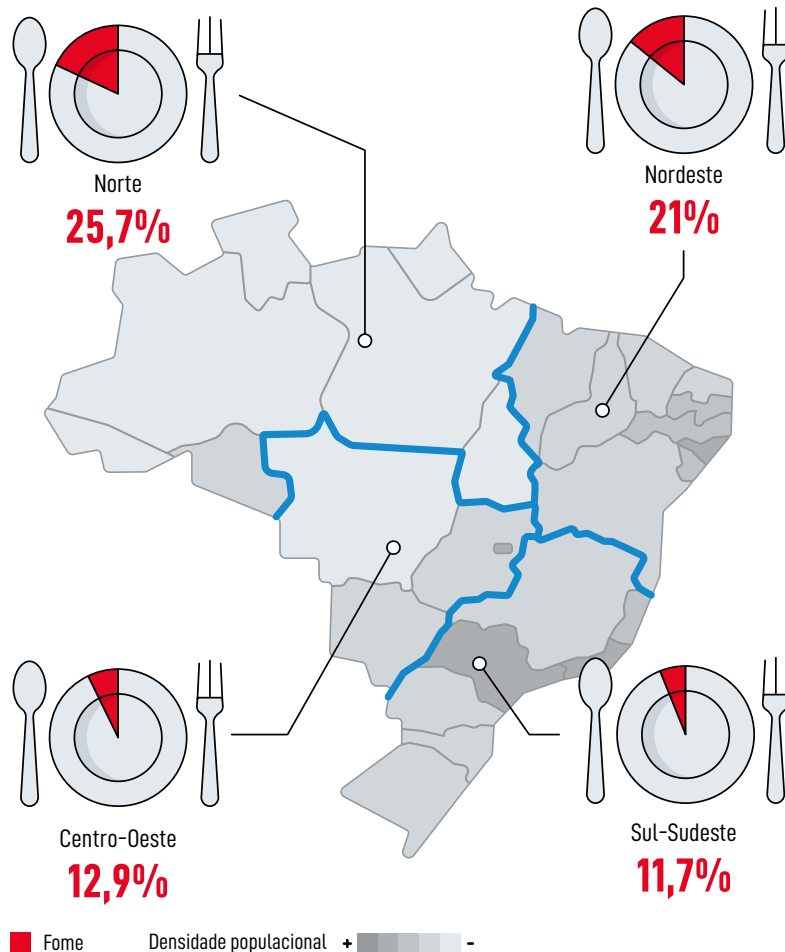
BRASIL: UM CONTINENTE DE POBREZA

Com uma população estimada em 203.062.512 pessoas.



MAPA NACIONAL DA FOME

% da população com grave insegurança alimentar por região.

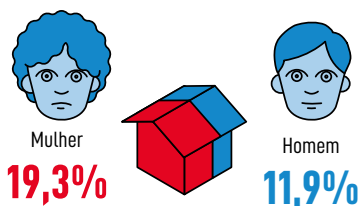


Fonte: Rede Penssan (2022).

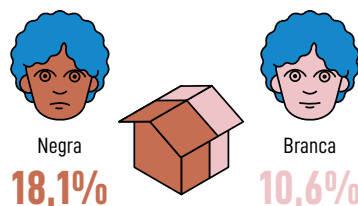
A FOME TEM GÊNERO E COR

% de insegurança alimentar.

Domicílios por gênero do chefe de família



Domicílios conforme a cor da pele



Fonte: Rede Penssan (2022).

potencial agrícola para gerar uma riqueza que fica concentrada nas mãos de poucos (*veja o capítulo 7*).

E como “medir” a fome? Desde a década de 1970, a FAO vem trabalhando com o indicador de Prevalência de Desnutrição. Em poucas palavras, essa ferramenta leva em conta o consumo de energia e as necessidades energéticas da população de cada país durante um período de doze meses, e assim define a proporção de indivíduos cujo consumo calórico está abaixo dos requisitos mínimos anuais.

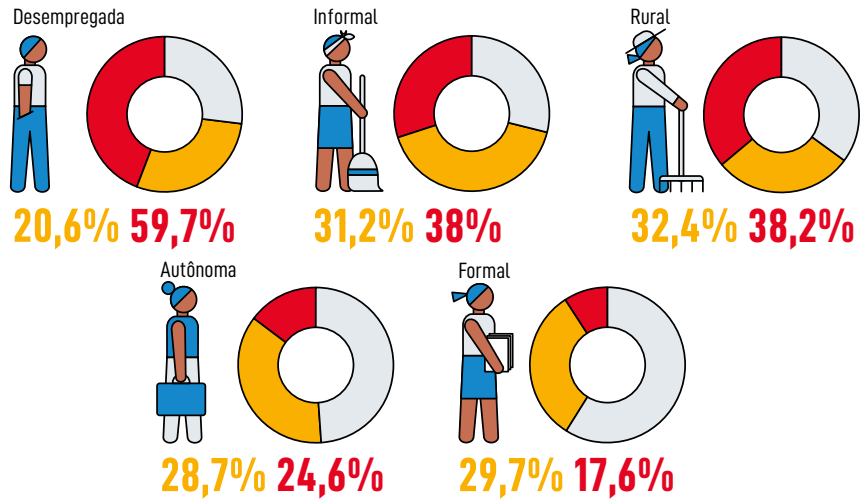
Esse indicador apresenta uma série de problemas. Talvez o maior deles seja que, além de não considerar a qualidade dos alimentos, só leva em conta episódios de fome mais longos, característicos das crises agudas. Vários casos de privação de alimentos, mais graduais ou menos intensos, acabam sendo ignorados. Outro método para medir a fome veio dos Estados Unidos na década de 1980. Era relativamente simples e barato, além de socialmente reconhecido. Depois de ouvir as mulheres que enfrentavam uma crise alimentar não captada pelos indicadores tradicionais durante o governo neoliberal de Ronald Reagan, pesquisadores e pesquisadoras elaboraram um questionário para identificar diferentes experiências que indicariam a presença e a intensidade das situações de fome em uma casa. Assim foi criada a Escala da Fome. Esse termômetro tornou possível identificar não apenas a condição de privação de alimentos, mas também a preocupação, a ansiedade e o medo provocados pela perspectiva de que não haverá comida. Um drama que só pode ser relatado por aqueles que realmente o sentiram.

Essa inovação serviu como contraponto ao Indicador de Prevalência de Desnutrição da FAO, que não foi capaz de dar à fome a dimensão que ela realmente atinge no mundo. Vários países começaram a desenvolver suas próprias ferramentas. No caso do Cone Sul, somente o Brasil possui uma ferramenta desse tipo, a Escala Brasileira de Insegurança

TRABALHADORES SEM DIREITOS SOFREM MAIS

% da população ativa.

- Insegurança alimentar leve
- Insegurança alimentar grave ou moderada

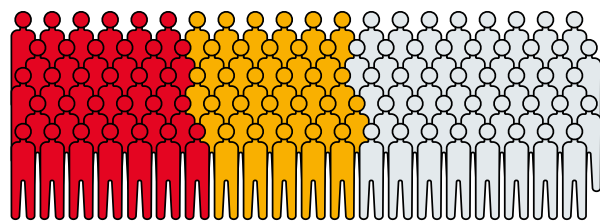
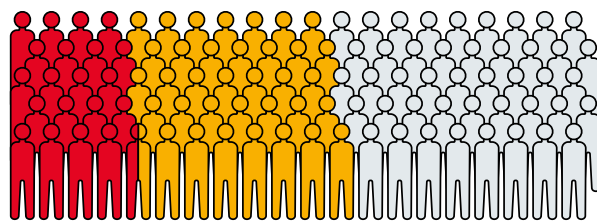
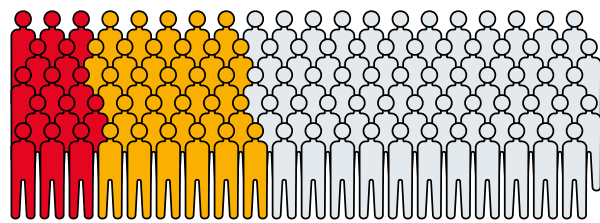
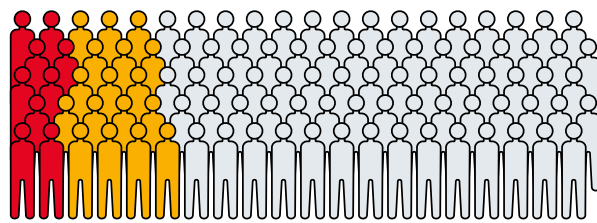
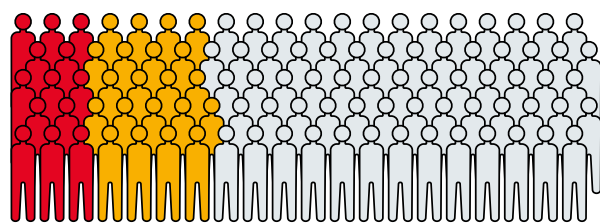
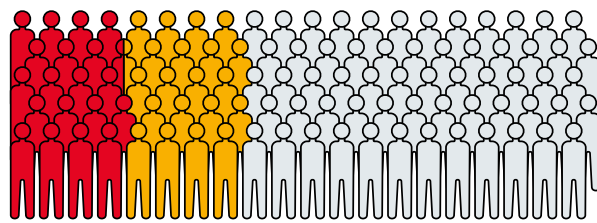


Fonte: Rede Penssan (2022).

O RETROCESSO DA SEGURANÇA ALIMENTAR

% da população brasileira.

- Insegurança alimentar leve
- Insegurança alimentar grave ou moderada



Fonte: IBGE (2020), Rede Penssan (2022). Elaboração: José Raimundo Sousa Ribeiro Júnior.

Alimentar (Ebia), elaborada por pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

O resumo da história é que, se os números reunidos neste Atlas parecem aterradores, a realidade da fome no mundo é muito mais grave: o termômetro utilizado pela FAO para medir o problema, de uma forma ou de outra, atenua os complexos casos de privação de alimentos que existem na realidade.

Crise alimentar e pobreza

Um exemplo das contradições da região é a situação da Argentina, um país com uma enorme disponibilidade de terras cultiváveis e altíssima produtividade, mas onde praticamente dobrou o número de pessoas que não comem o suficiente nos últimos anos.

CHILE: CRESCE A INSEGURANÇA ALIMENTAR

Com uma população estimada de 19.400.000 pessoas.

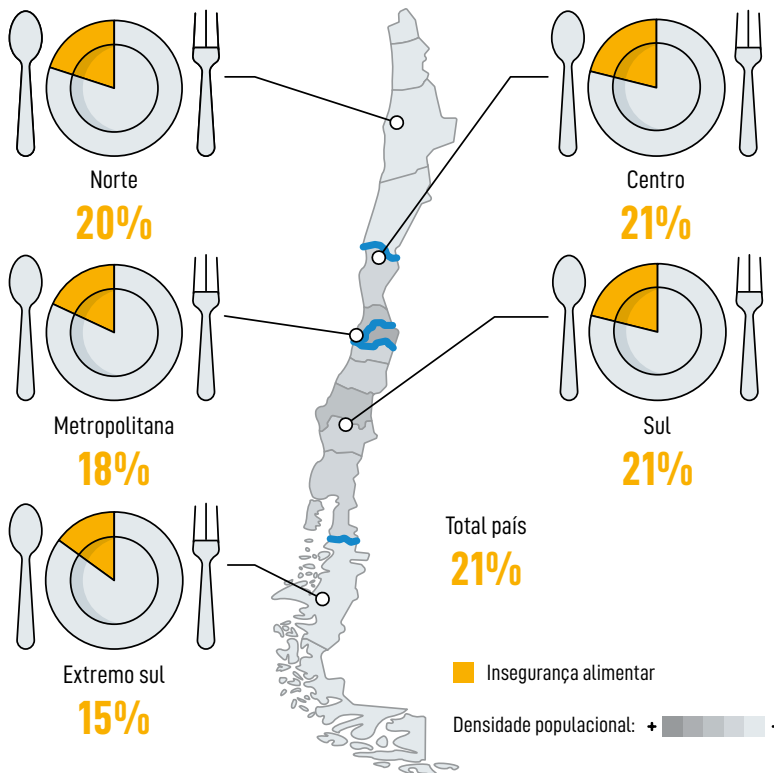


2,9
milhões de pessoas
enfrentam algum tipo
de insegurança alimentar

700
mil padecem
de insegurança
alimentar severa

MAPA NACIONAL DA FOME

% da população com insegurança alimentar por região.



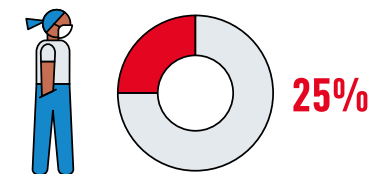
Fonte: Impactos socioeconômicos de la pandemia en los hogares de Chile (2020).

FOME, GÊNERO E SITUAÇÃO DE TRABALHO

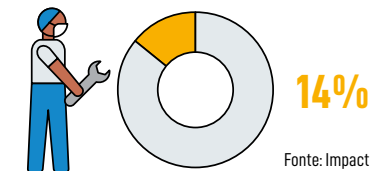
% de insegurança alimentar durante a pandemia.

Pessoas conforme a situação laboral

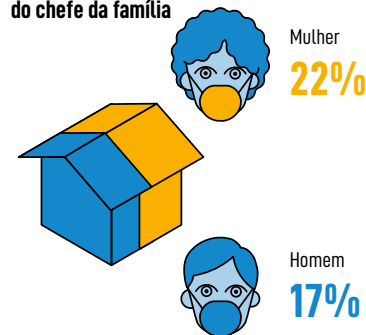
Desempregado



Ocupado/a



Domicílios de acordo com gênero do chefe da família



Fonte: Impactos socioeconômicos de la pandemia en los hogares de Chile (2020).

No final de 2022, 18,5 milhões de pessoas não tiveram acesso à cesta básica total e quase 4 milhões de pessoas indigentes ficaram sem o mínimo necessário. Há décadas os números da pobreza e da insegurança alimentar crescem de forma constante. A crise atual fez que a insegurança alimentar avançasse de moderada para severa, chegando a 36,9% no último relatório da FAO.

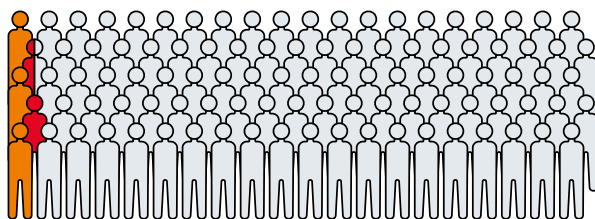
Para compreender a fome e a desnutrição na Argentina, é preciso olhar para a trajetória dos preços dos alimentos no país. Historicamente, os mercados têm se mostrado particularmente instáveis, tanto o de trabalho, quanto o de alimentos. Entre março de 2020 e março de 2023, a variação dos preços dos alimentos foi de 354%, quase 20 pontos acima da taxa geral. E a alta da carne, no mesmo período, se mostrou ainda maior: 384%. A essa escalada se soma uma queda permanente na renda de quem vive do trabalho, bem como sucessivas ondas de desemprego. O "normal" – pelo menos estatisticamente – passa a ser o da dificuldade na aquisição e preparação de alimentos, quebrando assim a ideia de "estabilidade" dos padrões alimentares.

O preço dos alimentos sobe mais que a inflação não por conta de problemas específicos, como a falta de determinado produto fresco em uma época do ano, mas sim porque há um mercado altamente concentrado e especulativo, com questões relacionadas à política econômica interna e externa.

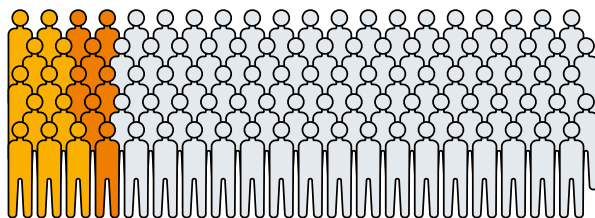
Esta crise não impacta a sociedade por igual na Argentina. A pobreza afeta mais crianças e adolescentes que vivem em lares chefiados por mulheres, principalmente famílias monoparentais, o que marca uma primeira desigualdade em relação a gênero. No caso de famílias chefiadas por mulheres, os níveis de pobreza chegaram a 64% dos lares até o final de 2022. Em sua maioria, elas precisam criar estratégias de consumo em meio à instabilidade da oferta, da inflação dos preços e da queda de seus rendimentos, o que é um motivo permanente de angústia e estresse. Quanto mais difícil é comprar alimentos – mesmo

A ESCASEZ SE DISSEMINA...

% da população com algum tipo de insegurança alimentar.

Insegurança alimentar grave

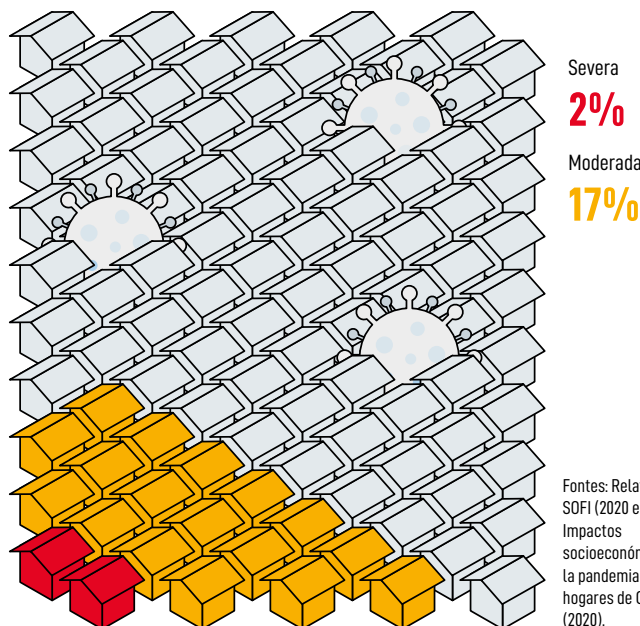
2014-16: **2,9%** 2018-20: **↑ 4,3%**

Insegurança alimentar moderada ou grave

2014-16: **10,8%** 2018-20: **↑ 17,9%**

... NOS LARES DE TODO O PAÍS

% de insegurança alimentar durante a pandemia.



Severa
2%
Moderada
17%

Fontes: Relatórios SOFI (2020 e 2021), Impactos socioeconômicos de la pandemia en los hogares de Chile (2020).

quando o Estado, em alguns momentos, lance programas sociais para mitigar essa situação -, mais precária se torna sua alimentação. Embora em alguns casos estejam materialmente cobertos por programas sociais, essa situação gera uma perda de autonomia na escolha do que comer e na possibilidade de imaginar uma estratégia diferente para o futuro.

No Brasil, a fome é um problema estrutural, mas o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) foi decisivo para o aprofundamento da histórica crise social. O país chegou ao fim do mandato do político de extrema direita sendo o segundo com mais mortes por Covid no planeta (embora seja o sétimo mais populoso) e com quatro entre cada dez pessoas em uma situação de insegurança alimentar grave ou moderada.

Negada como um problema estrutural, especialmente durante governos autoritários - como o regime militar (1964-1985) -, a fome no Brasil apresentou um declínio acentuado entre 2004 e 2013. Vários fatores contribuíram para esse fenômeno, especialmente as políticas de valorização do salário mínimo e de segurança alimentar dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, as transferências de renda e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) durante o período. A mudança no cenário econômico e o golpe parlamentar de 2016 foram acompanhados pelo dismantelamento de políticas sociais e dos marcos regulatórios que promoviam a segurança alimentar.

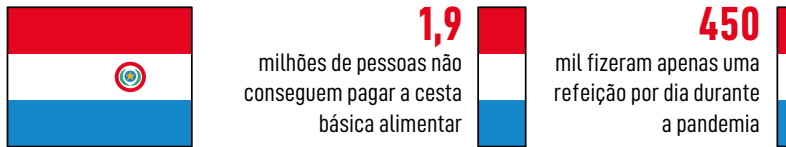
O desastre do governo de Jair Bolsonaro, amplamente respaldado por setores vinculados ao agronegócio, se evidenciou em uma série de indicadores sociais e econômicos: durante seu mandato, o país bateu o recorde histórico de trabalhadores desempregados ou de informais. Não é à toa que são duas condições em que a situação de crise alimentar se mostra de forma bastante presente (59,7% e 38%, respectivamente).

O Brasil é o mais desigual do continente latino-americano, com um dos mais elevados índices de concentração de terra; está em segundo lugar no ranking mundial de concentração de renda, atrás apenas do Qatar, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU). O 1% mais rico do Brasil possui mais que o dobro da renda dos 40% mais pobres, de acordo com o IBGE.

E é evidente que a desigualdade brasileira tem as marcas históricas do colonialismo e o racismo. Com relação à ocorrência da fome, há um corte claro em termos de classe, raça e gênero. Em meio ao boicote à realização de pesquisas públicas pelo governo Bolsonaro, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Penssan) promoveu duas investigações fundamentais para visibilizar a dimensão do problema. No levantamento de 2022, identificou que 33 milhões passam fome no país. Essa é a condição de 18% dos lares comandados negros e 19% das famílias chefiadas por mulheres.

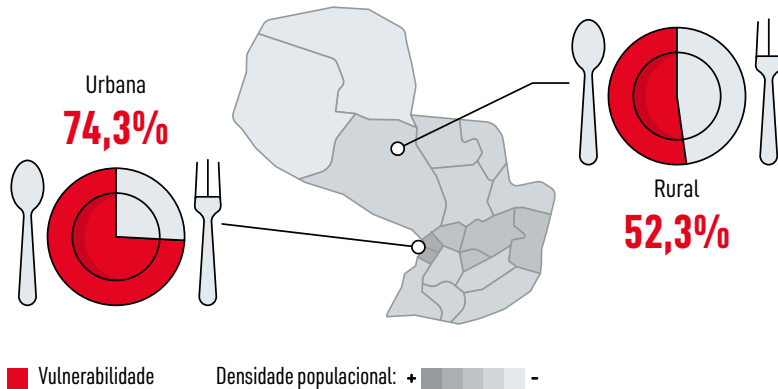
PARAGUAI: SEM DINHEIRO E SEM COMIDA

Com uma população estimada de 7.350.000 pessoas.



MAPA NACIONAL DA DESIGUALDADE

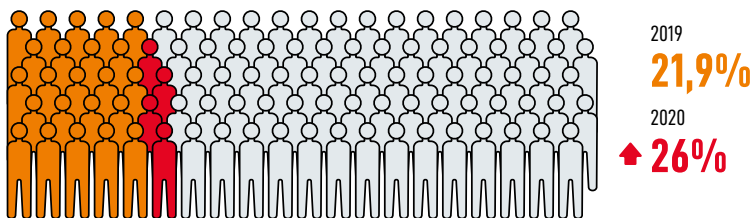
% de vulnerabilidade econômica no campo e na cidade.



Fonte: CDIA (2020).

A POBREZA CRESCE...

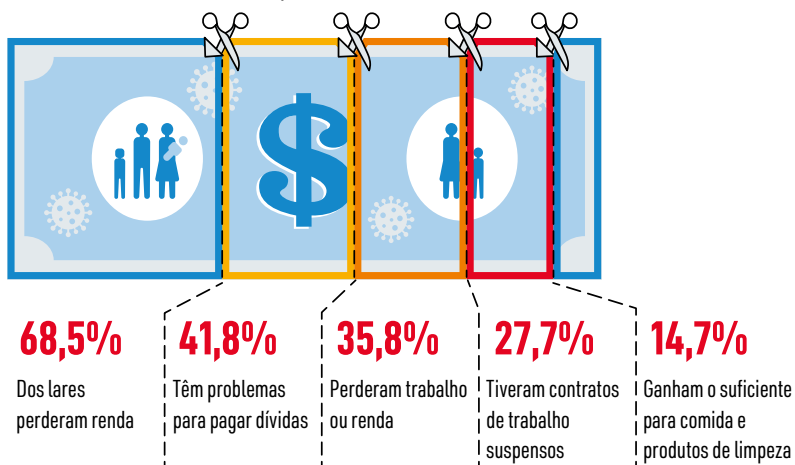
% de pessoas com insegurança alimentar grave.*



* Pessoas com renda per capita abaixo do preço da cesta básica de consumo, que inclui alimentos e serviços básicos.

... E O DINHEIRO NÃO É SUFICIENTE

% dos lares no contexto da pandemia.



Fonte: Encuesta Permanente de Hogares Continua (EPHC, 2020).

Efeito transversal

O Chile também teve o aprofundamento de lacunas e desigualdades territoriais nos últimos anos. O PIB per capita caiu 11% durante o ano de 2020, somando-se ao declínio de 8% no ano anterior. A pandemia teve um efeito transversal e afetou todos os lares, independentemente dos níveis de renda, em todo o país. A crise econômica atingiu vários setores da economia, que pararam ou reduziram drasticamente suas operações e atividades, impactando trabalhadores formais e informais, homens e mulheres, com maior ou menor qualificação.

A taxa de desemprego no Chile no início da pandemia, no trimestre de maio a julho, foi de 13%, o nível mais alto desde 2010. Em fevereiro de 2021, era de 10,2%, sendo maior para as mulheres. Os setores mais afetados foram a agricultura e a pesca, e o emprego caiu 22,2%, afetando principalmente os setores rurais. Como é de se esperar, tudo isso tem efeito direto no fornecimento de alimentos e na segurança alimentar.

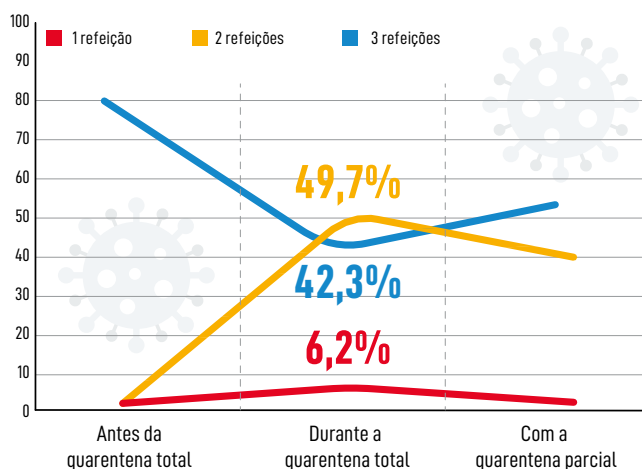
É bem verdade que, em 2021, o acesso a alimentos e bens de consumo apresentou melhora diante de algumas medidas do Estado e dos saques emergenciais que foram permitidos dos fundos de pensão. Mas em 2022 a inflação disparou e subiu 12,8%, um patamar elevado para os padrões chilenos. O preço dos alimentos acelerou ainda mais neste ano e subiu quase o dobro da inflação: 24,7% ao longo do ano. Os relatórios da FAO sobre a fome (Sofi, 2023) registram um crescimento evidente da dificuldade de acesso a alimentos. Entre os documentos de 2020 a 2022, o índice de insegurança alimentar severa passou de 3,8% da população para 4,1%; já a taxa referente à insegurança moderada e severa subiu de 15,6% para 18,1%.

É importante olhar para esses números da insegurança alimentar em termos territoriais, tendo em conta as diversas realidades envolvidas. Estudo realizado pelo Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural (Rimisp) em

MENOS REFEIÇÕES DIÁRIAS, MAIS DIFICULDADE DE CONSEGUIR ALIMENTOS

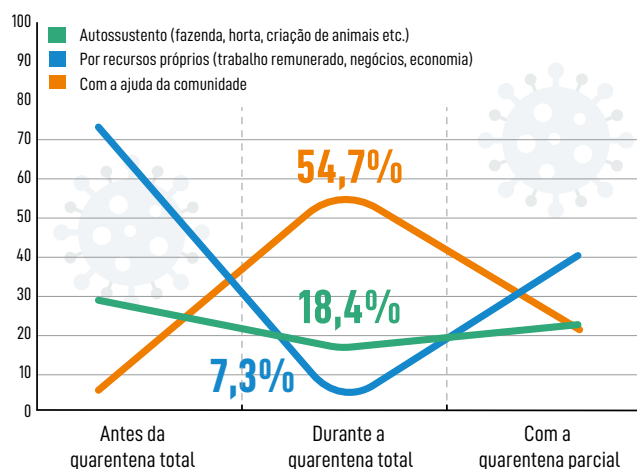
% de famílias.

Refeições diárias durante a pandemia, por domicílio



Fontes: CDIA (2020), Encuesta Permanente de Hogares Continua (EPHC, 2020).

Forma de obtenção do alimento



duas regiões do interior do país mostrou que a realidade se agravou mais para comunidades rurais-urbanas e famílias chefiadas por mulheres. Tomando a região de Araucanía como exemplo, a insegurança alimentar moderada e grave aumentou de 14,8% para 18,7% entre 2020 e 2022. A taxa foi maior nas famílias chefiadas por mulheres, um padrão em todo o Cone Sul, chegando a 19,1% contra 12% nas famílias chefiadas por homens.

Os dados também realçam os problemas de desnutrição deixados pela pandemia. Isso se refletiu tanto no aumento dos problemas de obesidade, à medida que as famílias consumiam mais alimentos processados, como no agravamento da desnutrição, com a queda no consumo de carne, peixe, verduras e frutas. A pesquisa do Rimisp revela que as famílias, no geral, enfrentaram a crise alimentar com uma piora nas dietas. Durante os primeiros meses de 2023, essa região sofreu graves incêndios que afetaram centenas de famílias rurais que perderam casas, plantações e animais, portanto, pode-se presumir que esses números tendem a piorar.

No Paraguai, a situação é ainda mais grave: uma em cada cinco moradias do país foi afetada por insegurança alimentar grave ou moderada ao longo do ano de 2022, devido à falta de dinheiro ou acesso a alimentos, constatou pesquisa inédita realizada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). A situação no campo é relativamente pior: 30% da população se encontra nessa situação. Algumas regiões do interior do país, como Caazapá ou Itapúa, apresentaram índices ainda mais elevados de insegurança alimentar, respectivamente

37,5% e 33,63%. Essa é a situação de praticamente metade da população considerada pobre.

A pandemia debilitou a população do Paraguai, com o agravante de o país se destacar negativamente no Cone Sul como o mais dependente das importações de alimentos em proporção ao seu consumo interno. Estima-se que metade dos produtos frescos da cesta básica tradicional seja proveniente de outros países, especialmente de seus vizinhos, Brasil e Argentina. Alguns exemplos disso são os seguintes alimentos, com muito elevado índice de compra do exterior, como cebolas (88%) e alho (82%). Além disso, o contrabando é uma prática muito comum no comércio local de alimentos.

Um estudo publicado por Base Investigaciones Sociales (BASE-IS), de 2021, calcula que pelo menos 15% dos tomates, 35% das cenouras e 56% da pimenta consumidos pelos paraguaios entraram ilegalmente no país. As consequências são variadas, desde a pressão sobre os agricultores para que vendam seus produtos a preços inviáveis, até a ausência de controle público sobre o sistema alimentar.

É evidente que todo este cenário torna a soberania alimentar um conceito distante da realidade no Paraguai. O país talvez apresente a situação mais evidente no Cone Sul das contradições do modelo que impera na região. Apenas 13% das suas terras agrícolas estão disponíveis para a produção nacional de alimentos, enquanto 87% das terras são dedicadas aos três principais cultivos para exportação: soja, milho e trigo. A ênfase na venda externa é tão escan-

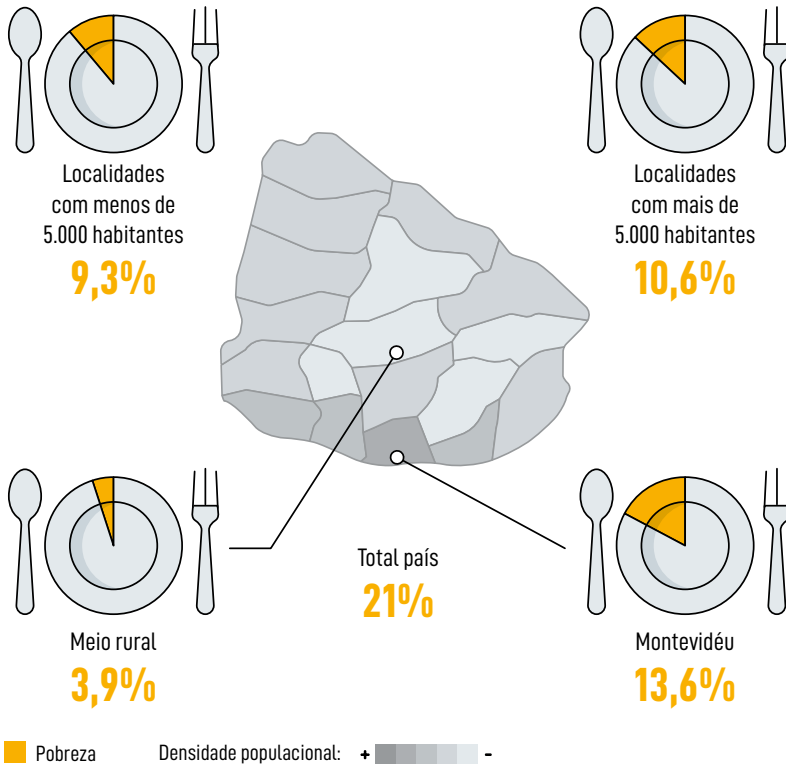
URUGUAI: CRESCE A POBREZA

Com uma população estimada de 3.400.000 pessoas.



MAPA DA DESIGUALDADE

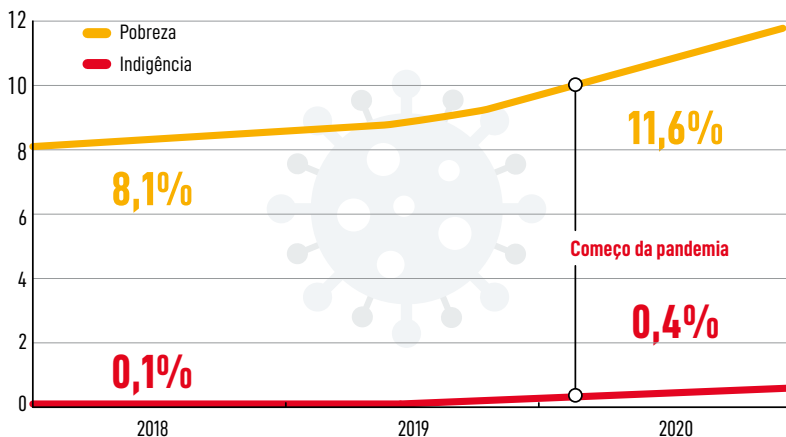
% de pessoas em situação de pobreza.



Fonte: Instituto Nacional de Estadística (INE), Encuesta Continua de Hogares (ECH, 2020).

AS NECESSIDADES AUMENTAM

% da população empobrecida a partir da pandemia



Fonte: Instituto Nacional de Estadística (INE), Encuesta Continua de Hogares (ECH).

carada que, no Censo Agropecuário Nacional (CAN), realizado em 2022, decidiu-se excluir do levantamento cerca de 46 mil propriedades familiares cuja produção era voltada para consumo próprio. Mesmo assim, o estudo constatou mais uma vez a desigualdade no acesso à terra: 2,5% das propriedades rurais abocanharam 83,4% da superfície agrícola do país. O cenário pode ser ainda mais grave porque essas terras podem estar nas mãos das mesmas pessoas a partir do controle acionário de empresas com nomes distintos. Se a concentração de terra não teve alteração, o número de propriedades familiares dedicadas ao autoconsumo se reduziu quase pela metade em relação ao censo de 2008. A consequência é uma queda de 39% no total de membros residentes nos lares rurais.

A crise econômica teve um grave impacto sobre a massa de trabalhadores, especialmente os trabalhadores urbanos, cuja taxa de informalidade hoje se situa por volta de 70%. O resultado foi um aumento significativo no número de pessoas que dependem da solidariedade para ter acesso a uma dieta mínima.

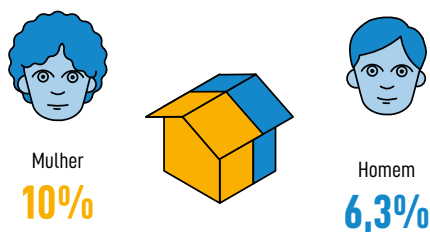
Evidências disso podem ser encontradas nos dados coletados no estudo *Mil voces: amplificando las voces de los referentes en las comunidades* (Mil voces: amplificando as vozes dos líderes nas comunidades), realizada pela Coordenadora por los Derechos de la Infancia y la Adolescencia (CDIA), em colaboração com 26 organizações. No auge da pandemia, a porcentagem de famílias que faziam três refeições por dia caiu de 80% para 42%. Além disso, nada menos que 54% das famílias disseram que só podiam ter acesso aos alimentos graças à ajuda da comunidade e de suas cozinhas populares.

Esse instrumento das cozinhas populares (ver capítulo 13) também foi fundamental no menor país da região, o Uruguai, que historicamente apresenta os melhores índices de segurança alimentar. Mesmo assim, o Covid e a guerra colocaram na agenda pública a fragilidade de certos setores que, diante de uma crise, rapidamente viram sua situação se agravar.

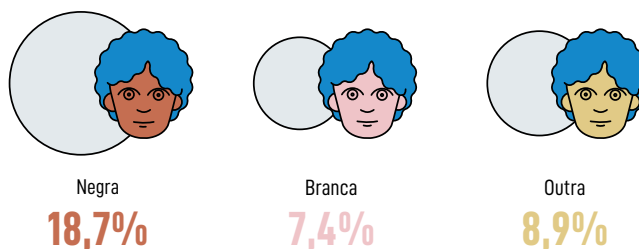
A POBREZA TEM GÊNERO, COR, IDADE

% de insegurança econômica.

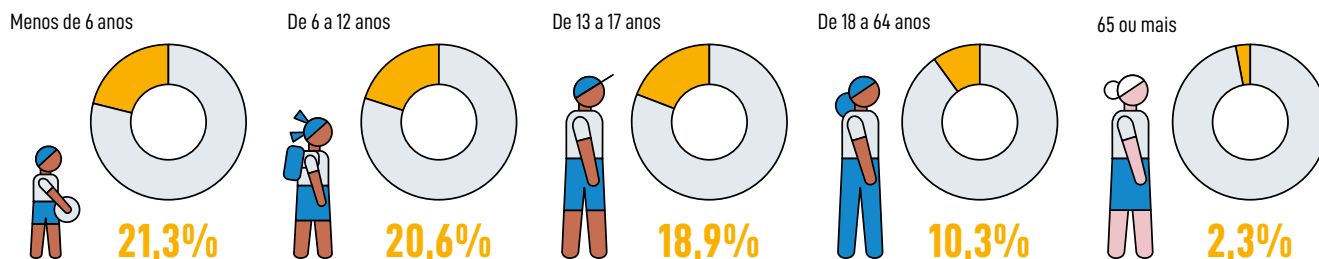
Domicílios segundo o gênero do chefe da família



Pessoas conforme a cor da pele



Pessoas de acordo com a idade

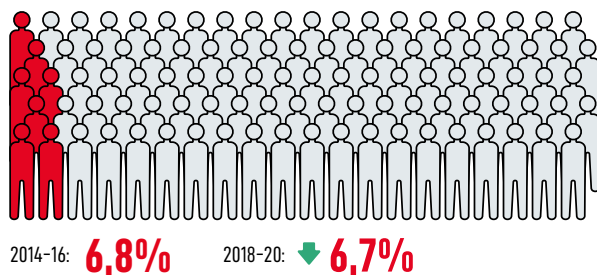


Fonte: Instituto Nacional de Estadística (INE), Encuesta Continua de Hogares (ECH).

A ESCASSEZ SE DISSEMINA

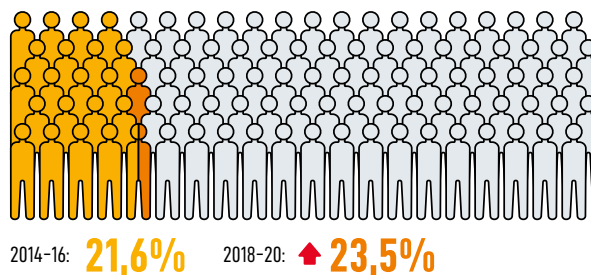
% da população com algum tipo de insegurança alimentar

Insegurança alimentar grave



Fonte: Relatório Sofi (2021).

Insegurança alimentar moderada ou grave



Durante o ano da emergência da pandemia, mais de 100 mil pessoas ficaram abaixo da linha de pobreza. Políticas públicas implementadas na época, como a importação de carne, absorveram parte do impacto inflacionário. Essa medida, porém, não foi o bastante para conter a escalada dos preços dos alimentos que, entre março de 2020 e de 2023, subiu oito pontos percentuais acima da inflação.

A idade das pessoas é uma variável relevante a ser levada em conta para este tipo de análise da pobreza, que afeta em maior grau os mais jovens. Em particular, os níveis mais altos de pobreza são encontrados entre crianças menores de seis anos e entre crianças entre seis e doze anos de idade, independentemente da região do país. A última Encuesta

de Nutrición, Desarrollo Infantil y Salud (Endis), de 2018, indica que, entre as crianças de 0 a 4 anos de idade, 27,4% viviam em lares com insegurança alimentar leve, 11,6% com insegurança alimentar moderada, e 4,9% com insegurança alimentar grave no país. A pesquisa também mostrou que 15% das crianças estavam acima do peso e 7,2% apresentavam atraso no crescimento.

Na realidade, em toda a região, a fome e a desnutrição têm sua origem na desigualdade econômica e na falta de acesso aos direitos básicos, decorrentes da continuidade de uma estrutura colonial/neocolonial que se revela na desigual distribuição da terra, em um projeto político concentrador e na priorização do modelo econômico de exportação.

UMA REGIÃO PERIFÉRICA E DEPENDENTE

Se a fome não é um produto da natureza, mas sim o resultado da forma como as sociedades se organizam, os momentos de crise tornam essa realidade ainda mais evidente. Foi assim durante a pandemia, quando uma cena se repetiu em Cuiabá, capital de Mato Grosso. Duas vezes por semana, pessoas famintas se aglomeravam na frente de um frigorífico para receber doações de ossos de vaca. As filas contornavam o quarteirão, muitos dormiam no local em tendas improvisadas. A questão é que a falta de proteína animal nunca foi um problema na região. Mato Grosso é o estado com o maior número de cabeças de gado do país e seu território tem nove vezes mais gado (32 mil cabeças) que pessoas.

E mesmo com a fome explodindo no Brasil, a prioridade dos grandes produtores pecuaristas não se alterou: o Estado bateu duas vezes os recordes de exportação de carne bovina, com o aumento da demanda dos países asiáticos. A imensa maioria de toda a produção foi enviada para mercados estrangeiros.

Este cenário extremo é apenas aparentemente contraditório, pois, na verdade, trata-se de um autêntico modelo. Nos últimos anos, as economias do Cone Sul intensificaram um processo de reprimarização – em outras palavras, uma dependência crescente de atividades econômicas ligadas aos setores agropecuário e da mineração. Esses setores concentram a maior parte do comércio exterior da região e estão estruturados em torno da superexploração da natureza e dos trabalhadores e trabalhadoras para atender às demandas do mercado externo.

Tudo isso nos leva à seguinte situação: exportamos produtos com alto custo social e ambiental, mas de baixo valor comercial, e importamos principalmente produtos de alto valor agregado, com uso intensivo de tecnologia, como telefones celulares e computadores.

Tradicionalmente, os empregos gerados nesses setores primários tendem a ser precários e com baixos salários. A diferença no processo atual de reprimarização é que, agora, a produção de *commodities* possui uma integração cada vez maior com as cadeias de produção internacionais, com um altíssimo uso de tecnologia e sistemas informatizados, em um vínculo inseparável com a especulação financeira. No caso do agronegócio, tudo é feito para transformar aquelas velhas estruturas latifundiárias hiperconcentradas em uma poderosa fonte de geração de lucro, que também se concentra nas mãos de poucos, em sua maioria brancos, homens e empresários.

Apesar do crescimento do setor primário exportador nas últimas décadas no Cone Sul, isto não se traduziu no crescimento do emprego no campo; ao contrário, as periferias das cidades foram se tornando gradualmente mais e mais povoadas. E isso não é o fim da história. No exemplo já citado – o do estado de Mato Grosso –, a pecuária avançou em ritmo igual ao do desmatamento da floresta amazônica, da violência contra os povos indígenas e das denúncias de pessoas trabalhando em situação análoga à de escravidão.

Isso ocorre inclusive em países que durante algumas décadas experimentaram esforços de industrialização e redução dessa relação desigual com as principais potências mundiais, como a Argentina e o Brasil, onde a participação dos produtos industrializados nas exportações chegou a atingir 35% (1989) e 59% (1993), respectivamente. Hoje essas porcentagens são significativamente menores: 15% e 27%.

O impacto desta tendência perpassa toda a sociedade e acarreta diversas consequências como a destruição da natureza, o uso nocivo de agrotóxicos para aumentar a rentabilidade do negócio, a violência que expulsa os povos tradicionais para ampliar a oferta de terra, o crescimento de grandes cidades, entre outros. Nesse contexto, a insegurança alimentar emerge como mais uma expressão de sociedades desiguais, nas quais os Estados não garantem o acesso à alimentação como um direito, e, em vez disso, priorizam o *neoextrativismo*.

Não é surpresa que o cultivo de alimentos tradicionais, que historicamente estão na mesa do povo, mostre uma impressionante redução década após década. Esse é o caso dos feijões no Chile, as batatas no Uruguai e na Argentina, a batata-doce no Paraguai e a mandioca no Brasil. Com a produção destinada à exportação aconteceu exatamente o oposto.

A soja avançou no Cone Sul – com exceção do Chile, cujas condições territoriais não lhe são propícias – com o impulso decisivo proporcionado pela aprovação do pacote tecnológico da soja transgênica, com sérias repercussões para a saúde humana e o meio ambiente. Os Estados apoiaram o avanço das *commodities*, favorecendo as grandes propriedades em detrimento da agricultura camponesa, que produz o verdadeiro alimento que vai para as mesas das pessoas.

O caso das lentilhas e do feijão no Chile é ilustrativo. Durante a pandemia, com o aumento do preço da carne, houve

um crescimento da demanda de leguminosas. Acontece que esse país – onde há um clássico ditado: “mais feijões do que chilenos” – não é mais autossuficiente na produção desse legume tradicional. O Chile produz apenas metade do feijão que internamente consumido. A questão é muito mais grave no caso de lentilhas e do grão-de-bico; as importações respondem por 97% do consumo.

A área dedicada à produção de leguminosas diminuiu 86% entre as décadas de 1990 e 2020, com a área cultivada desses produtos caindo de 91 mil para 12,8 mil hectares. São várias as explicações para esse declínio, e uma delas é a desvalorização da dieta tradicional e a importação de um estilo de vida que propõe uma nova relação com a comida, com uma clara predominância de alimentos que são preparados mais rapidamente. Além disso, durante as últimas três décadas, o Chile aprofundou o modelo neoliberal, deixando de lado qualquer defesa estratégica de soberania alimentar.

Com esses acordos, os alimentos são definidos como uma mercadoria, não como um direito. Em teoria, o Estado é impedido de exercer qualquer tipo de regulamentação para proteger seus produtores ou sua população, mesmo em face de um cenário de crise generalizada. Uma cultura tipicamente camponesa, como a produção de lentilhas, foi rapidamente enterrada pela concorrência – desleal – da produção norte-americana e canadense, fortemente mecanizada e subsidiada por seus governos. Quando a crise chegou, o preço da carne subiu. A população procurou os legumes, mas os produtores chilenos já não estavam mais lá.

E tudo isso aparece como “normal” na vida cotidiana, como se fosse um desenvolvimento natural das economias. Mas há outra história acontecendo em paralelo, com as filas de espera para doações de ossos de vaca, com o desaparecimento dos produtores de lentilhas. Há forças políticas atuando para decidir quem ganha e quem perde. E no caso de países cada vez mais dependentes dos setores primários, a disputa sobre os recursos naturais assume uma dimensão dramática.

O CONE SUL VENDE A DESTRUIÇÃO DE SUA NATUREZA

Produtos primários altamente poluidores e bens de baixo valor agregado.

As 3 principais exportações por país

ARGENTINA (2021)



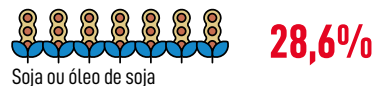
BRASIL (2021)



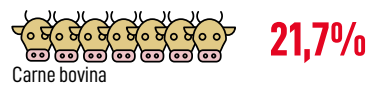
CHILE (2021)



PARAGUAY (2021)



URUGUAY (2021)



Fonte: Cepal, Banco Mundial.

As culturas para exportação dominam o uso da área total plantada na região

ARGENTINA (2022)



BRASIL (2023)

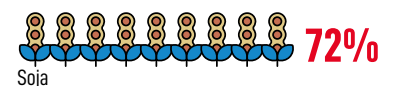


CHILE (2022)

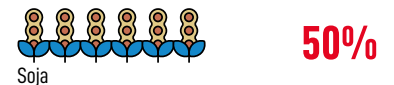


* No Chile, as plantações de pinus e eucaliptos concentram as maiores extensões de terra agrícolaável.

PARAGUAY (2021)



URUGUAY (2021)



O ASSALTO AOS BENS COMUNS

O Cone Sul vive uma nova corrida do agronegócio pelo controle dos recursos naturais e, mais uma vez, os povos indígenas e comunidades tradicionais e camponesas são o principal alvo deste violento processo de expansão de lucros. O Paraguai é um exemplo paradigmático disso; nem durante a pandemia houve trégua. Os vários grupos étnicos do país apresentaram uma taxa de mortalidade três vezes maior do que a do restante da população e, mesmo assim, em 2021, o avanço dos plantadores de soja sobre as comunidades, com ações violentas e expulsões forçadas, não diminuiu o ritmo. No dia 25 de março daquele ano, no estado de Caaguazú, um produtor de soja brasileiro mostrou sua arma e anunciou: as 50 famílias que vivem na comunidade de Yvy Ku'i Jovái tinham 24 horas para deixar suas casas. Caso contrário, eles enfrentariam o poder de fogo de trinta pistoleiros que estavam a caminho. Não importava que o povo indígena tivesse a posse – com reconhecimento judicial – desse território tradicional há mais de 60 anos. O fato veio à tona por meio das redes sociais e a ameaça não foi levada a cabo. Mas menos afortunados foram os habitantes da comunidade Loma Piro'y do povo Mbya Guaraní, violentamente expulso por um grupo armado alguns dias antes, em 17 de março. Suas casas foram destruídas e incendiadas. Nove homens indígenas foram feridos; mulheres, crianças e idosos sofreram violências. Um ano antes, a comunidade havia denunciado as ameaças ao Estado, mas nada foi feito.

Estas histórias não são exceção. No Paraguai, o direito à terra tem sido desrespeito frequentemente. De acordo com dados coletados pela Base-Is e pela Coordenadora de Derechos Humanos de Paraguay (Codehupy) entre 2021 e 2022, houve 23 despejos ou tentativas de despejo que afetaram 6.916 pessoas, das quais 82 foram presas e/ou processadas e uma pessoa foi morta à queima-roupa pela polícia em junho de 2022. Essas situações sempre envolvem violência e assédio.

Outros países do Cone Sul também convivem com o crescimento da violência resultante da expansão do neoextrativismo. Repetem-se as violações contra o povo mapuche no Chile e na Argentina, por exemplo, agora agravadas com a corrida pelo chamado ouro branco, o lítio. No caso do Brasil, a crise humanitária no início das comunidades da Terra Indígena Yanomami é um exemplo contundente não só de todo o avanço sobre o território dos povos originários, mas também dos quatro anos de destruição de políticas ambientais e in-

digenistas por parte de Jair Bolsonaro. O controle crescente de vastas áreas e bens comuns é fundamental para a manutenção do agronegócio. Nessa disputa, vale tudo: pressão do poder econômico, espalhar fake news sobre o aquecimento global, enfraquecimento da democracia, influência sobre o poder judiciário, formação de milícias, até a ligação com máfias internacionais. É um poder de coerção considerável, que tende a avançar sobre os vastos recursos naturais dos países periféricos, caminhando ora na legalidade, ora na ilegalidade.

A voracidade deste modelo tem a terra e a água como dois elementos essenciais. Os dados disponíveis são evidentes: enquanto apenas 1% dos proprietários controla cerca de 40% das terras cultiváveis nos cinco países, 50% dos produtores possuem apenas 2% da área total. Por uma série de razões, como a ausência de censos agrícolas regulares, esse indicador de concentração de terras está subestimado. No caso dos recursos hídricos, a desigualdade é igualmente colossal. Os 181 milhões de toneladas de soja produzidos no Cone Sul no ano de 2020, destinados principalmente aos mercados estrangeiros diretos ou indiretos, consumiram 170 bilhões de litros de água. Esse volume poderia ser utilizado para produzir 119 milhões de toneladas de feijão ou 193 milhões de toneladas de batatas. Sem mencionar as consequências nocivas da monocultura de soja, com seu uso intenso de agrotóxicos, para as águas subterrâneas.

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) estima que até 2050 haverá um aumento de cerca de 70 milhões de hectares na fronteira agrícola mundial, com uma redução dessas áreas nos países ricos e uma expansão de aproximadamente 132 milhões de hectares nos países em desenvolvimento do chamado Sul global. Em outras palavras, mais desmatamento de florestas e ecossistemas naturais, com sérias repercussões na intensificação do processo de aquecimento global e suas consequências sobre as populações historicamente empobrecidas e marginalizadas.

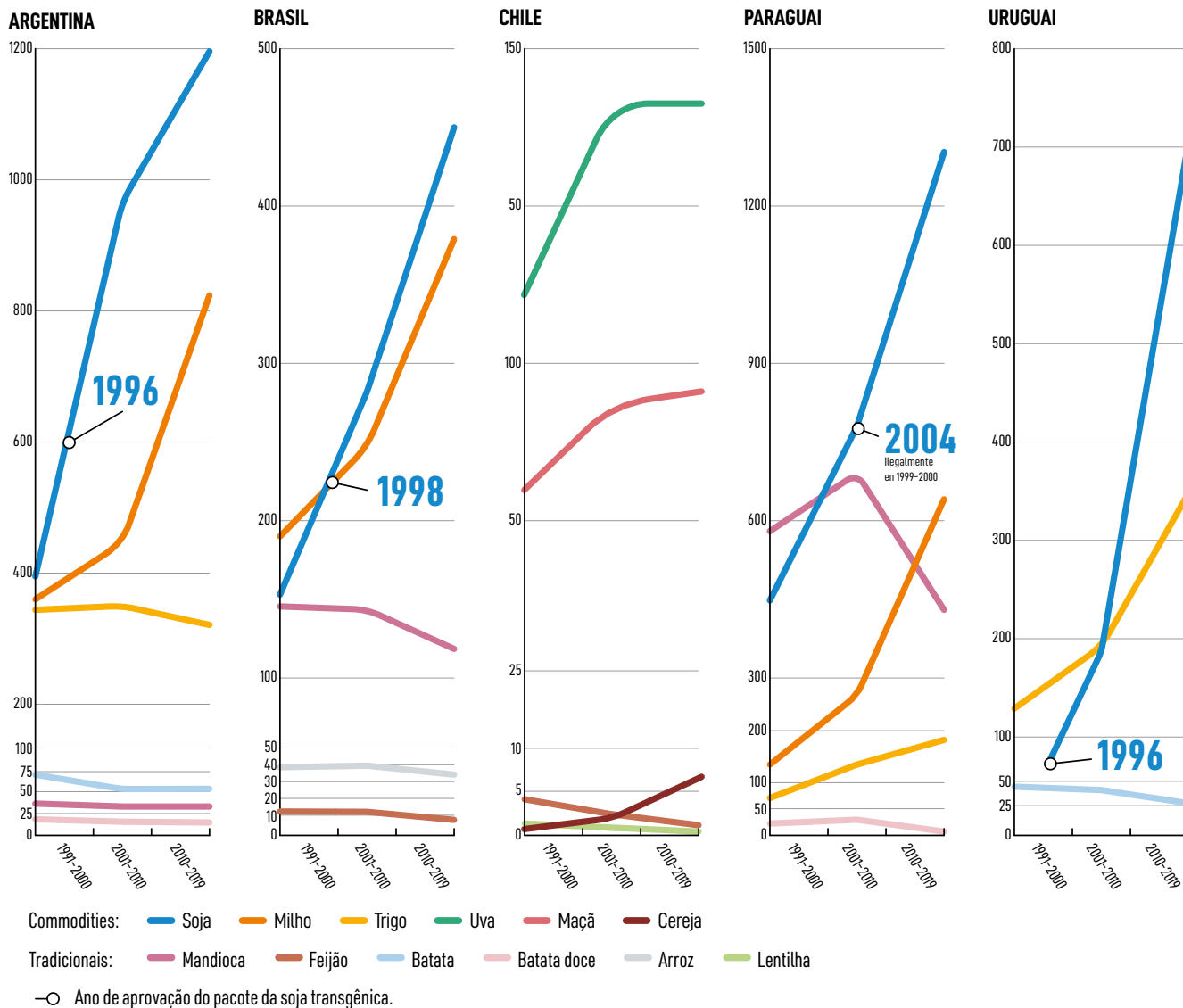
Colonialismo 4.0

Esta relação desigual no controle e no uso do território é outra característica histórica do Cone Sul, que remonta às estruturas sociais forjadas no sistema colonial e no impe-

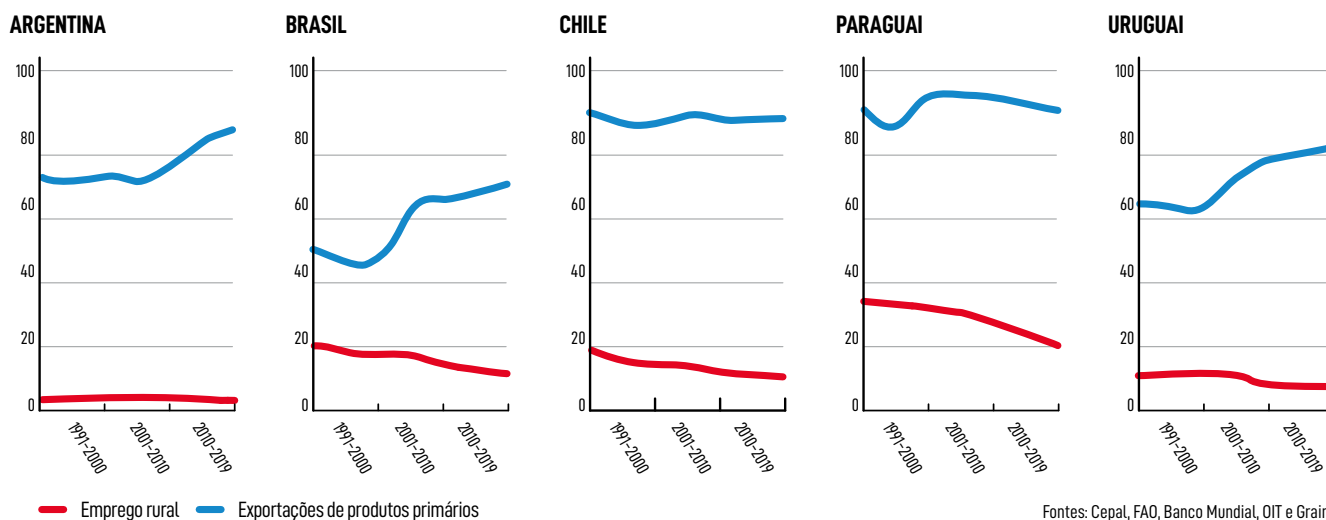
UM MODELO QUE ALIMENTA MAL, EXPULSA CAMPESES E PRIVILEGIA EXPORTADORES

O aumento das exportações baseadas no agronegócio durante as últimas três décadas ataca a soberania alimentar da região.

Produção de *commodities* e de alimentos tradicionais (kg/pessoa)



Cresce a exportação de *commodities*, cai o número de trabalhadores no campo



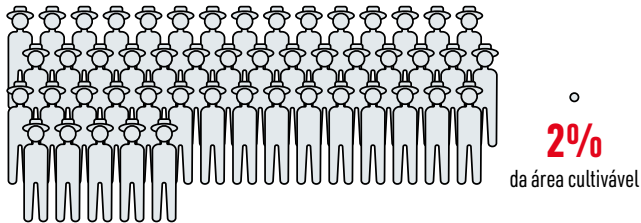
Fontes: Cepal, FAO, Banco Mundial, OIT e Grain.

PRIVATIZAÇÃO DA TERRA: LUCRO PARA POUCOS *VERSUS* FOME PARA MUITOS

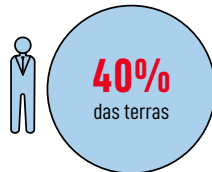
Detendo 7% das terras cultiváveis do mundo, o Cone Sul sofre com a concentração da propriedade da terra nas mãos de poucos.

A prevalência de latifúndios

50% dos pequenos produtores ocupam apenas



Enquanto **1%** dos produtores têm o controle de

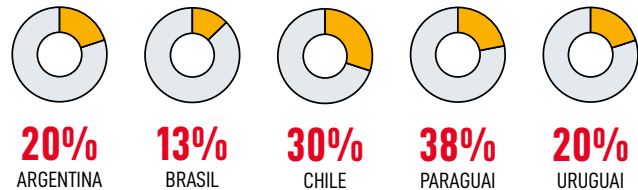


Este 1% possui a seguinte porcentagem em cada país



Desigualdade de gênero

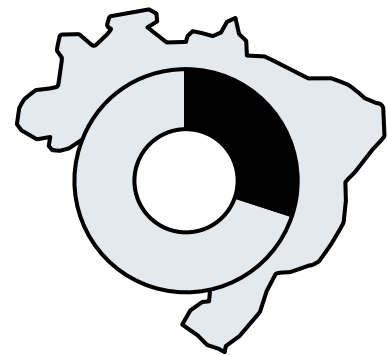
% de mulheres responsáveis pela propriedade da terra



Desigualdade de cor

A população negra do Brasil (54%) possui apenas

28% das propriedades rurais



Fontes: Censos agrícolas Argentina (2018), Brasil (2017), Chile, Paraguai (2008) e Uruguai (2011) e www.landmatrix.org.

rialismo. Não é novidade que os países do centro capitalista enriqueceram à custa da diversidade natural das sociedades periféricas. Mas esse processo está assumindo novos contornos com a dinâmica recente do capitalismo global. Batizada pelo geógrafo David Harvey como acumulação por despossessão, trata-se, em linhas gerais, de uma nova ofensiva do sistema capitalista contra os bens comuns, que combina velhas práticas de espoliação (violência, roubo e pilhagem) com a aplicação de tecnologias sofisticadas, tais como nanotecnologia, biotecnologia e informática, para multiplicar os lucros advindos da agressão à natureza e aos territórios tradicionais.

Um estudo realizado em abril de 2022 pela ONG Grain revela como os agricultores têm utilizado novas tecnologias com um propósito bem conhecido nos livros de história: a ocupação ilegal de terras públicas, territórios indígenas e comunidades tradicionais. As corporações estão localizando, com auxílio do sistema de GPS, terrenos "ocupáveis", fazendo que suas propriedades avancem sobre outros terrenos. As comunidades tradicionais, sem o mesmo acesso a tal tecnologia, se veem debilitadas em situações de conflito. As autoridades públicas, com frequência, não verificam es-

sas informações pessoalmente, e muitas vezes os limites dessas invasões acabam sendo definidos quando alguém se autodeclara "proprietário".

Não é um detalhe menor saber que existe um sólido investimento do Banco Mundial na digitalização da "governança da terra". Hoje, o agronegócio é, acima de tudo, outra faceta do mercado financeiro global. Fundos de pensão de países ricos, principalmente, mas também bancos de investimento e grandes investidores estão cada vez mais envolvidos em uma avalanche de aquisições nas mais diversas etapas da produção agrícola. Como mostra a plataforma Landmatrix, que monitora as operações de compra e venda de terras em todo o mundo, o processo de concentração é mais intenso no Cone Sul. A projeção é que, para o ano 2050, a área plantada com monoculturas – com e sem sistemas de irrigação –, como a soja na América Latina e no Caribe, aumentará em 30%.

Uma das figuras mais conhecidas neste movimento é a Fundação Gates, de propriedade do ex-presidente da Microsoft Bill Gates, que se mantém justamente com um fundo que tem investimentos significativos em empresas de alimentos e do agronegócio, compra de terras agrícolas

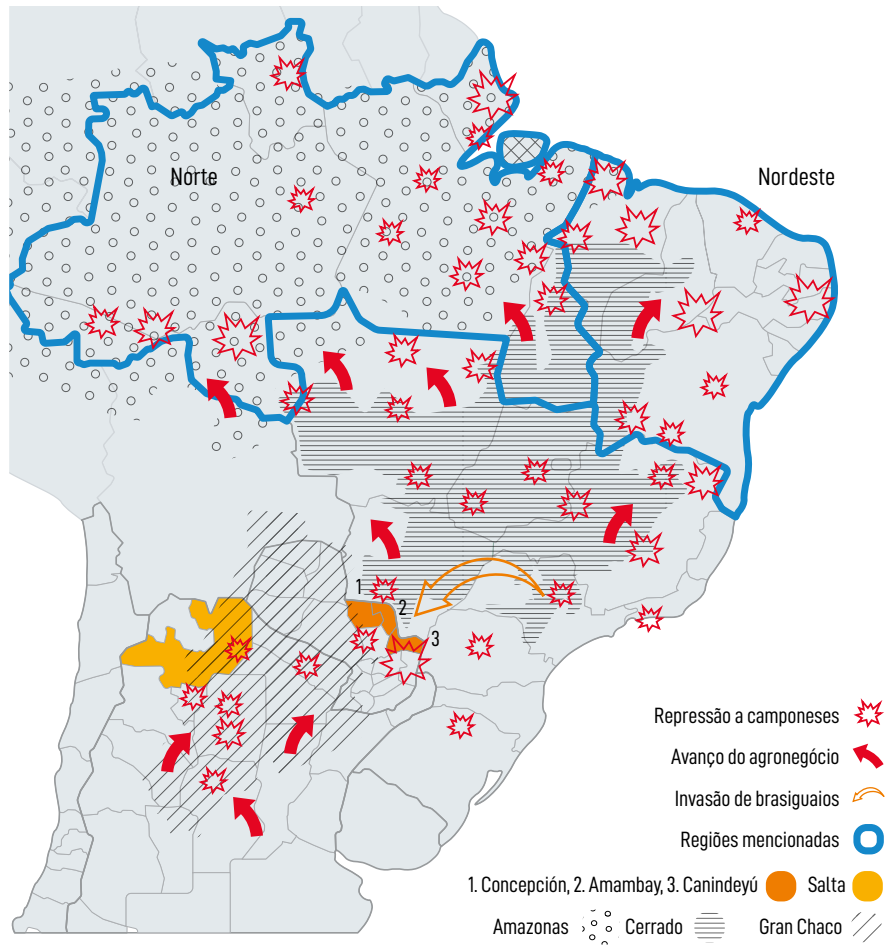
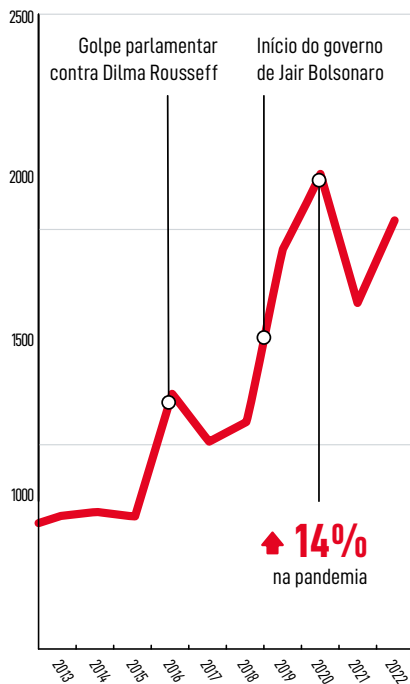
EXPULSÕES E ASSASSINATOS NAS "REPÚBLICAS DA SOJA"

A violência não é um resultado inesperado do extrativismo; é, antes de tudo, uma condição necessária para sua expansão.

BRASIL

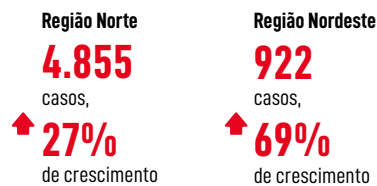
As principais zonas de violência estão localizadas nas fronteiras do **Amazonas** e no **Cerrado**, onde avançam a pecuária e a soja.

Quantidade de conflitos no campo desde 2013



Passar a boiada

Os conflitos por terra se ampliaram com Jair Bolsonaro (2019-2022) com o avanço dos grandes proprietários sobre o território de povos tradicionais.



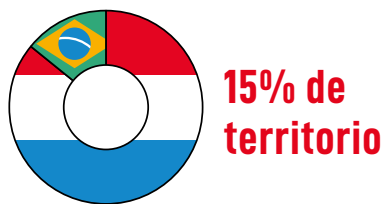
Como resultado direto dessas políticas, o número de indígenas que sofreu violência relacionada a conflitos pela terra cresceu

216% na comparação com os quatro anos anteriores.

Fontes: Conflitos no Campo (CPT, 2022), Atlas do Agronegócio Transgênico no Cone Sul (2020), Proinder. Relevamiento y Sistematización de problemas de Tierra de los Agricultores Familiares en la Argentina (2013), Agencia Tierra Viva e Anuario INFOR (2020).

PARAGUAI

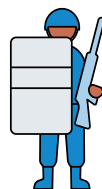
Vive uma escalada de violência devido ao avanço dos fazendeiros brasileiros (**brasiguaios**), que dominam



Criminalização (2013/2018)

512 camponeses acusados

50 camponeses condenados



413 camponeses presos

43 casos de repressão

O massacre de **Curuguaty**, no departamento de **Canindeyú**, no qual morreram onze camponeses e seis policiais, é um exemplo dessa criminalização.

ARGENTINA

Em relação à posse da terra, a única pesquisa oficial (2013) registrou um total de

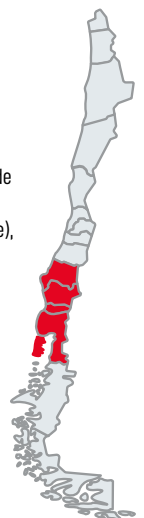
857 conflitos envolvendo uma superfície de **9,2 milhões** de hectares, afetando a **64 mil famílias**

CHILE

A indústria extrativista, sob a forma de plantações florestais, atingiu duramente o Walmapu (país Mapuche), uma vez que dos

2,3 milhões de hectares de monocultivo florestal (madeira e celulose) em todo o país,

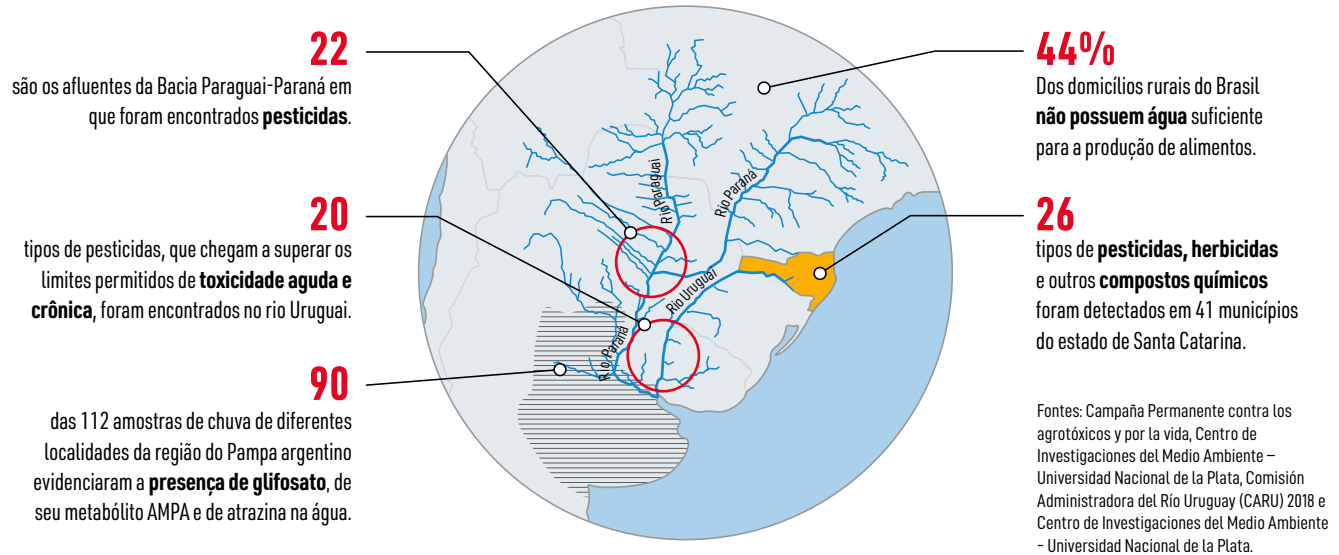
1,6 milhões correspondem à região mapuche de Biobío, Araucanía, Los Lagos e Los Ríos.



AGROTÓXICOS PRESENTES NA CHUVA E NA ÁGUA QUE CHEGAM ÀS NOSSAS MESAS

As indústrias alimentícias em grande escala e o agronegócio contaminam as fontes hídricas, fato que classificam como “efeito colateral”.

Alguns problemas detectados na bacia do rio da Prata



e participações em empresas financeiras em todo o mundo. Segundo a Grain, essa fundação gastou 6 bilhões de dólares em dezessete anos com subsídios, principalmente na África, promovendo um modelo que favorece o pacote da chamada agricultura 4.0, que envolve desde soluções tecnológicas até a integração com o mercado financeiro.

A Microsoft, por sua vez, juntamente com outros gigantes tecnológicos como a Amazon, está avançando sobre o mundo rural. Essas empresas, cada vez mais presentes na indústria alimentícia, prometem mudar o ambiente agrícola, trabalhando para integrá-lo progressivamente às empresas fornecedoras de insumos (pesticidas, tratores, drones etc.). A promessa é típica de uma propaganda futurista: integração direta entre o consumidor e o produtor; análise agrícola em tempo real sobre as condições do solo e da água, crescimento dos cultivos, controle de pragas e doenças, e as iminentes mudanças climáticas que podem vir a enfrentar. Atrás dessa utopia, no entanto, temos a prática dos diferentes ramos nos quais as grandes empresas de tecnologia já se estabeleceram. Essas empresas se tornaram o centro da definição de preços do segmento em que operam, como a Uber fez com o transporte, o Ifood, com serviços de entrega de alimentos, ou a Amazon, com o mercado editorial.

Obviamente, o interesse das grandes tecnologias no mundo rural não tem nada a ver com a luta contra a fome ou com a produção de alimentos saudáveis. Se o mercado fosse capaz de garantir o acesso universal aos alimentos, não estaríamos vivendo essa calamidade, ampliada pela

pandemia e pela guerra na Europa. A agricultura familiar camponesa, que produz os alimentos que vão para a mesa das pessoas, não se beneficia desses processos supostamente inovadores, que só aprofundam as ameaças ao seu modo de vida. A guinada digital se apresenta, na realidade, com concentração da terra, controle das corporações sobre as sementes, desvalorização do conhecimento dos camponeses e a imposição de normas de produção e alimentação estranhas à sua tradição.

Controle da água

A produção agrícola para exportação consome um volume considerável de recursos hídricos disponíveis, e ter controle total sobre esse insumo é vital para o negócio. O Chile é o caso mais emblemático da privatização da água no Cone Sul, talvez no mundo. O país tem quase 90% de seus recursos hídricos nas mãos de empresas privadas ligadas ao agronegócio ou ao setor de mineração, resultado direto de uma decisão tomada pela ditadura de Augusto Pinochet em 1981, que aprovou o Código de Águas. Essa legislação definiu a separação dos direitos de uso da água dos direitos de uso da terra, permitindo a compra e venda desse bem comum, essencial para a vida humana, como se fosse qualquer outra mercadoria.

O Código de Águas concedeu às empresas direitos perpétuos e gratuitos, sem sequer considerar o pagamento de impostos. Um bem que é essencial não só para a vida hu-

mana, mas para a de todas as espécies, tornou-se um ativo financeiro, um insumo para os setores exportadores aumentarem seus lucros. O resultado é que, em 2019, meio milhão de chilenos teve problemas de acesso à água potável. O caso da produção de abacate na Comuna de Petorca é um exemplo disso: uma árvore recebe, em média, 66 litros de água por dia, enquanto uma pessoa tem acesso a 50 litros. De acordo com a ONU, a necessidade mínima de água per capita é de 100 litros.

No Uruguai, em 2018, houve importantes mobilizações contra a modificação da Lei de Irrigação proposta pelo governo. Não foram obtidas as assinaturas necessárias para pôr a proposta em referendo e as modificações ainda estão em vigor. Essa lei, questionada por movimentos e organizações sociais do campo e da cidade, assim como por uma ampla gama de grupos de pesquisadores da Universidad de la República, abre as portas para a mercantilização da água para irrigação e produção.

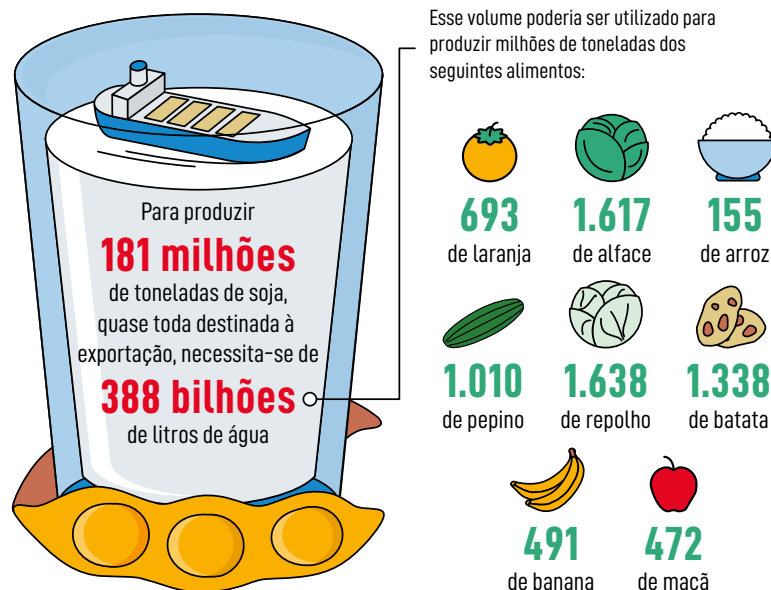
Embora mais de 300 cidades no mundo já tenham revertido a privatização do serviço de água e esgoto, o Brasil tem caminhado na direção contrária. Em julho de 2020, Jair Bolsonaro aprovou o marco regulatório do saneamento básico, permitindo a atuação de grupos privados. A nova lei também facilita a privatização das empresas públicas. Berlim, Paris, Buenos Aires e La Paz já tiveram essa experiência e precisaram reestatizar os serviços. Má qualidade e preço alto foram alguns dos motivos.

Uma questão tão complexa quanto o controle do direito à água é a contaminação impune disseminada pelas monoculturas em todo o Cone Sul. O uso indiscriminado de agrotóxicos contamina os lençóis freáticos e as populações. O veneno goteja através das torneiras, quando não cai diretamente do céu, como se viu na região dos Pampas, na Argentina, com 90 das 112 amostras de chuva contendo o pesticida glifosato, utilizado na produção de soja transgênica.

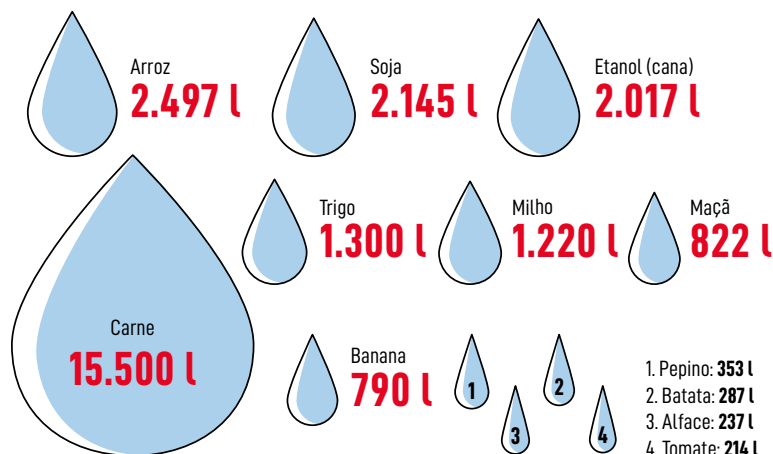
O DESASTRE HÍDRICO DAS MONOCULTURAS

O avanço do agronegócio e dos grandes latifúndios gera escassez de água.

A "exportação indireta" de água



Quantos litros são necessários para produzir 1 kg de



Fontes: FAO Stats e Water Footprint.

O CASO DO ABACATE EM VALPARAÍSO

Esta região concentra 65% das plantações desta cultura no Chile.

Embora 22% da superfície do país tenham **sinais de desertificação**, 80% apresentem sinais de degradação do solo e 72%, efeitos da seca, na Comuna de Petorca, por dia, destinam-se:

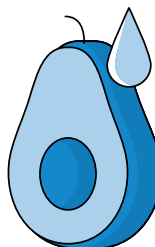
Para uma árvore de abacate

66 litros

Para um ser humano

50 litros

O mínimo para uma pessoa, de acordo com a ONU, são **100 litros** por dia.



A água no Chile é uma mercadoria, não um bem comum. A ditadura de Augusto Pinochet (1973-1999) realizou sua privatização em 1981 e criou o "mercado da água" para definir o comércio dos recursos hídricos. O resultado é que quase metade das casas em zonas rurais não possui acesso a água potável.



Fonte: RAPAL-Chile (2019), Atlas del Agronegocio (2018), Pobres del agua (2020).

A DÍVIDA CLIMÁTICA DO AGRONEGÓCIO

Em 2021 Madagascar viveu o que a ONU considerou ser a primeira “fome” gerada pela mudança climática. Com o agravamento dos problemas ambientais, tratou-se de mais um alerta das consequências mais preocupantes do aquecimento global: impactos na produção de alimentos, aumento de preços e escalada da crise alimentar.

Naquele ano, a seca mais extrema em quatro décadas deixou mais de 1,3 milhão de pessoas em desnutrição aguda no país africano. Um relatório divulgado pela Anistia Internacional concluiu que a estiagem destruiu as práticas de subsistência das famílias relacionadas à agricultura e à pesca. Não importa que Madagascar seja um dos países que menos contribuiu para o aquecimento global, as mudanças climáticas fizeram que fosse praticamente impossível para milhares de

famílias do sul do país plantar sua própria comida por pelo menos três anos seguidos.

Longe dali, aqui no Cone Sul, o agronegócio segue contribuindo para aprofundar a crise ecológica global, impactando diretamente o aumento do aquecimento global. Dos campos aos pratos, o avanço da produção de *commodities* – e de ração para animais – acelerou o uso intensivo da terra, de fertilizantes e de água, em especial para irrigação. Essas atividades contribuíram para a emissão de boa parte de todos os gases de efeito estufa.

O impacto da indústria alimentícia não termina aí e é ainda maior: florestas, montanhas e pântanos são destruídos; comunidades originárias e de pequenos agricultores são expulsas de seus territórios para a expansão de monocultu-

AGRONEGÓCIO = AQUECIMENTO GLOBAL = INSEGURANÇA ALIMENTAR

Participação de cada etapa do modelo agrícola de produção na emissão de gases de efeito estufa (GEE) totais.

1. Cultivo extensivo

GEE **15 a 18 %**

O agronegócio, em todo o planeta, está avançando sobre pântanos, florestas, desmatando enormes quantidades de terra. A expansão da fronteira agrícola é responsável por algo entre 70% e 90% do desmatamento em todo o mundo.

2. Processo agroprodutivo

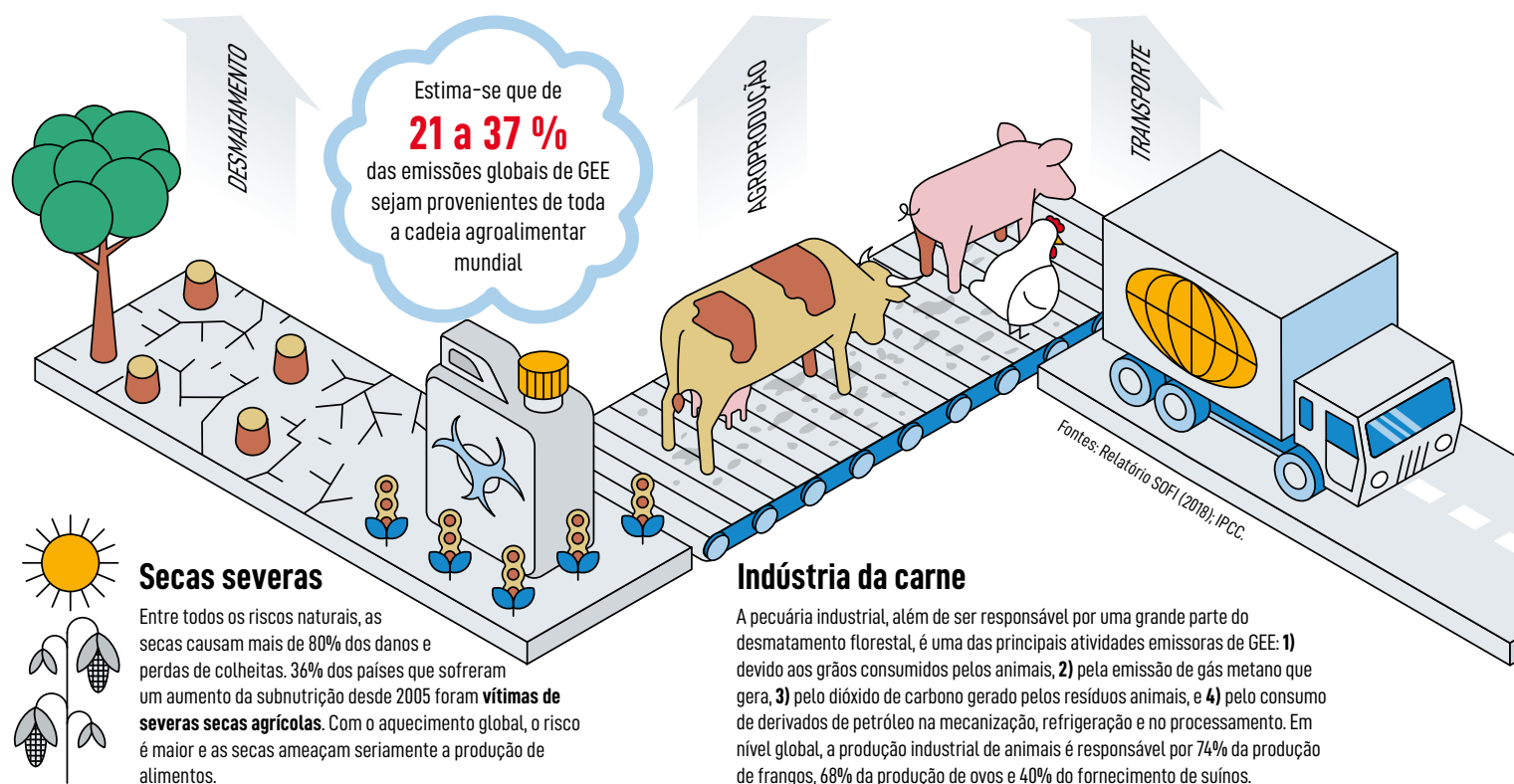
GEE **11 a 15 %**

A maioria dessas emissões resulta do uso de insumos industriais – fertilizantes e pesticidas químicos –, da gasolina para abastecimento de tratores e maquinário de irrigação, e do excesso de excrementos gerado pela pecuária intensiva.

3. Transporte de alimentos

GEE **5 a 6 %**

Grande parte de nossa comida é produzida em condições industriais, em lugares distantes, e viaja centenas ou milhares de quilômetros, o que gera gás carbônico e encarece consideravelmente seu preço antes de chegar a nossos pratos.



ras e para aumentar a produção da pecuária extensiva; esta última também gera resíduos poluentes, que são descartados em fontes de água e no solo. Isso para não falar de todo o impacto adicional sobre o clima causado pelo excesso de embalagens, pelo processamento, pela refrigeração e pelo transporte de alimentos para longas distâncias.

As comunidades rurais, especialmente aquelas que vivem em ambientes frágeis (zonas costeiras, áreas secas ou propensas a inundações, áreas de calor ou frio extremo), enfrentam um risco imediato e crescente de perda de colheitas e de gado, assim como a redução da disponibilidade de produtos marinhos, florestais e de produtos provenientes da aquicultura. Além disso, o modelo responde à crescente demanda por carne com “fábricas” nas quais milhões de vacas, aves e porcos nascem, são criados e morrem em condições de maus tratos intrínsecas ao sistema. Esse modelo de produção tem uma grande responsabilidade sobre o

aquecimento global: devido à alta demanda de soja e milho transgênicos para alimentar os animais, e porque o esterco resultante produz gás metano, um gás 28 vezes mais potente do que o dióxido de carbono como causador de efeito estufa.

Semeando a seca

De todos os riscos naturais, as inundações, as secas e as tempestades tropicais têm o maior impacto sobre a produção de alimentos. De acordo com a FAO, em todo o mundo, as secas, em particular, causam mais de 80% do total de danos e perdas na agricultura, especialmente em subsetores da pecuária e da produção agrícola.

O desmatamento da floresta tropical impulsionado pelo agronegócio danificou os chamados “rios voadores” do ciclo hidrológico no continente. Durante o governo de Jair Bolsonaro, a bacia do rio Amazonas, que se estende por

4. Processamento industrial e embalagem

GEE **8 a 10 %**

Processar alimentos é uma etapa altamente lucrativa desta cadeia industrial. A transformação desses alimentos em pratos prontos para o consumo, lanches, petiscos e bebidas requer uma enorme quantidade de energia, sobretudo em forma de carbono.

5. Conservação e comercialização

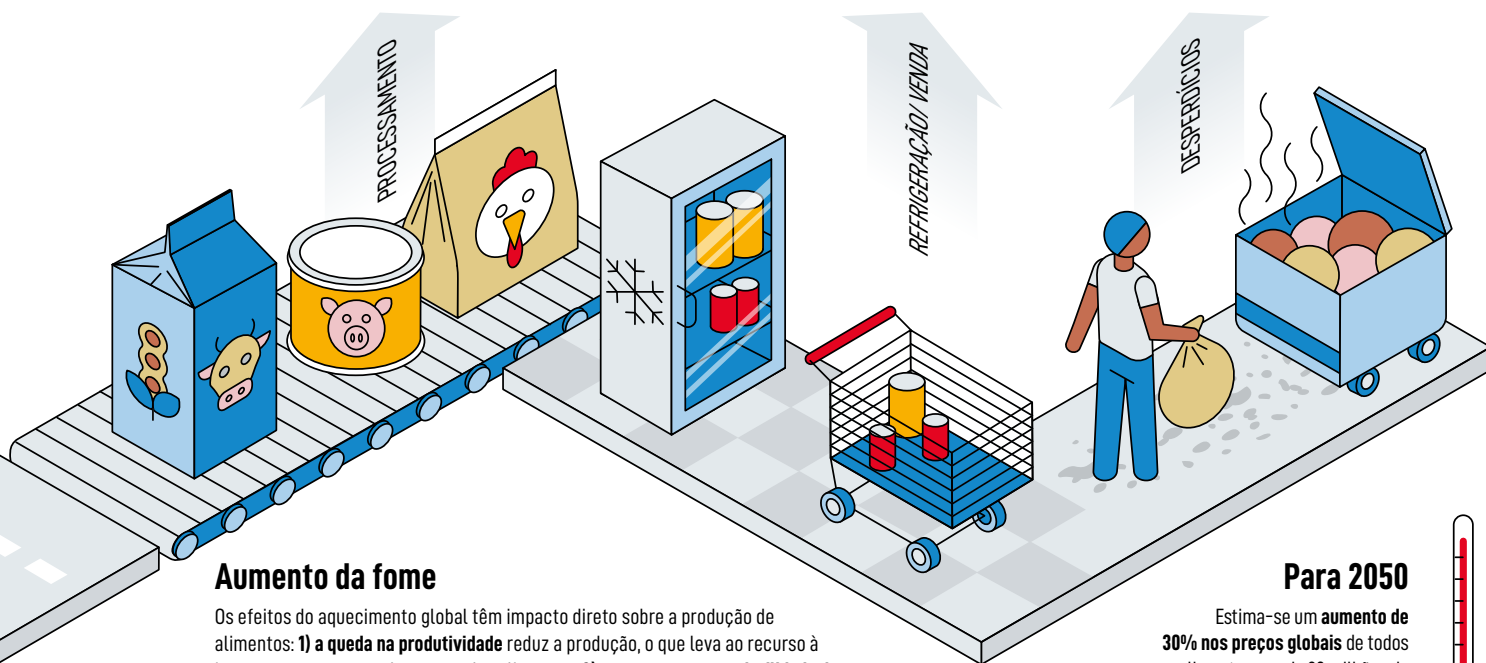
GEE **2 a 4 %**

A refrigeração é fundamental para a indústria alimentícia. O resfriamento é responsável por 15% do consumo de eletricidade em todo o mundo. A refrigeração química também é uma importante fonte de GEE, responsável por até 2% de todas as emissões.

6. Resíduos

GEE **3 a 4 %**

A indústria alimentícia descarta quase metade de todos os alimentos que produz, que apodrecem em aterros sanitários e geram quantidades substanciais de GEE. Do total global das emissões causadas pelos resíduos, mais de 90% são provenientes dessa indústria.

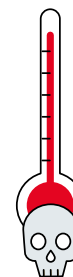


Aumento da fome

Os efeitos do aquecimento global têm impacto direto sobre a produção de alimentos: **1) a queda na produtividade** reduz a produção, o que leva ao recurso à importação, aumentando o custo dos alimentos, **2) os aumentos e a volatilidade dos preços** causam perda de renda para aqueles que dependem da agricultura, e **3) o trabalho camponês é reduzido** devido à contaminação das plantações, surtos de pragas e doenças que deterioram a qualidade da produção. **Os mais afetados são as comunidades rurais e os povos indígenas**, principais produtores de alimentos saudáveis e baratos.

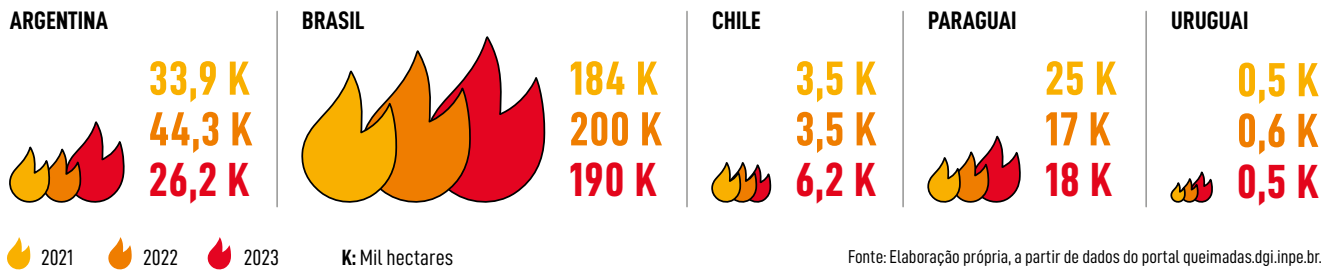
Para 2050

Estima-se um **aumento de 30% nos preços globais** de todos os alimentos e mais 80 milhões de pessoas em situação de fome extrema devido ao aquecimento global, de acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC).



AS FLORESTAS DA REGIÃO SEGUEM QUEIMANDO

Área de floresta queimada.



oito países sul-americanos e *armazena 10% do carbono global*, viveu uma escalada do desmatamento causado por incêndios criminosos, em sua maioria, que abrem pastagens para o gado. O ritmo está cada vez mais intenso: em janeiro de 2022, segundo o Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), houve um crescimento de 400% no desmatamento da Amazônia brasileira, sobretudo devido ao avanço da produção de produtos agrícolas para exportação, tais como soja e carne. O primeiro ano do governo Lula impôs um freio a esse avanço, com uma redução de 50%. O mesmo processo não ocorreu no Cerrado, que apresentou alta de 43% no desmatamento em igual período.

Os processos de destruição de florestas e pântanos, as mudanças no uso do solo e as mudanças no regime das chuvas resultantes da crise climática também tiveram impacto na redução dos níveis dos rios, com graves consequências para a navegação fluvial e a redução do rendimento das colheitas e da produção de alimentos, o que agravou a insegurança alimentar em muitas áreas.

Durante 2021, o fluxo do Paraná atingiu seu nível mais baixo desde a década de 1940, o que causou transtornos aos delicados ecossistemas da vasta área que atravessa o Brasil, a Argentina e o Paraguai e deixou dezenas de comunidades com dificuldades de acesso à água doce. Em uma região que depende fortemente dos rios para gerar energia e transportar os produtos agrícolas que são a base das economias nacionais, a baixa do segundo maior rio do continente também prejudica as empresas, por aumentar os custos de produção de energia e do transporte.

O caso do Chile também é alarmante. Todas as regiões ao norte de Maule enfrentam um estresse hídrico extremamente alto, enquanto a região Ñuble enfrenta um estresse hídrico alto e Biobío e Araucanía enfrentam estresse hídrico médio-alto. Paradoxalmente, 67% da perda de cobertura vegetal nativa entre 2001 e 2020 ocorreu nas regiões de

Maule, Biobío e Araucanía. O país acumula quatorze anos da pior seca de sua história. O déficit hídrico em 2021 foi em média de 60% em todo o país. No total, mais de 400 mil pessoas em áreas rurais ou semiurbanas, em 175 comunas, dependem de caminhões para o abastecimento de água.

A Argentina passou por uma das piores secas de sua história no início de 2023, que afetou principalmente as atividades agrícolas. No nível da política econômica, em abril, a atividade agrícola havia caído 36,8% em relação ao ano anterior, e a economia despencou 4,2%. Estima-se que as perdas no campo significarão um corte de mais de 3 pontos percentuais do PIB.

O fogo: arma do agronegócio

O fogo é um elemento da natureza que tem sido usado com sabedoria pelas comunidades e pelos povos indígenas durante séculos. Até hoje é utilizado por esses povos de forma cuidadosa e controlada em pequenas porções de terra, como parte do manejo do solo para o cultivo. Em contraste, seu uso pelo agronegócio ocorre em grandes extensões territoriais, direta ou indiretamente associado ao desmatamento para a expansão da fronteira agrícola. Se observamos as áreas afetadas por grandes incêndios, veremos que seguem o mesmo caminho que a expansão da fronteira agropecuária. Nos últimos anos, os incêndios florestais na região têm devastado ecossistemas ricos em biodiversidade, como a Amazônia, o Pantanal ou as zonas úmidas do Delta do Paraná, bem como os territórios dos povos indígenas e as comunidades locais.

No Pantanal, a maior planície inundada do planeta, localizada entre Bolívia, Brasil e Paraguai, as chamas queimaram mais de 26% de sua área. A superfície queimada foi quatro vezes a média de longo prazo observada entre 2001 e 2019. Entre os fatores que vinculam o agronegócio ao ciclo de in-

cêndios estão o avanço da soja no Cerrado e o deslocamento da pecuária sobre a Amazônia, bem como a captação indiscriminada de água para irrigação, especialmente em Matopiba, uma região do Brasil composta principalmente por áreas de Cerrado nos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

A região do Delta do Paraná é um macrosistema de áreas úmidas com cerca 17.500 km² ao longo dos últimos 300 km da bacia do rio Paraná, que se estende por Brasil, Argentina e Paraguai. Ali, durante o ano de 2020, 265.100 hectares sofreram incêndios. Historicamente, as chamadas "queimadas de pastagens" têm sido usadas para eliminar a vegetação nativa, dando lugar a áreas de vegetação baixa para pastagem de gado. Essas práticas ocorriam em escala mínima no Delta do Paraná no passado, mas diante do avanço vigoroso da fronteira agroindustrial extrativista a área seca da bacia foi absorvida pelo modelo e sofreu um aumento exponencial.

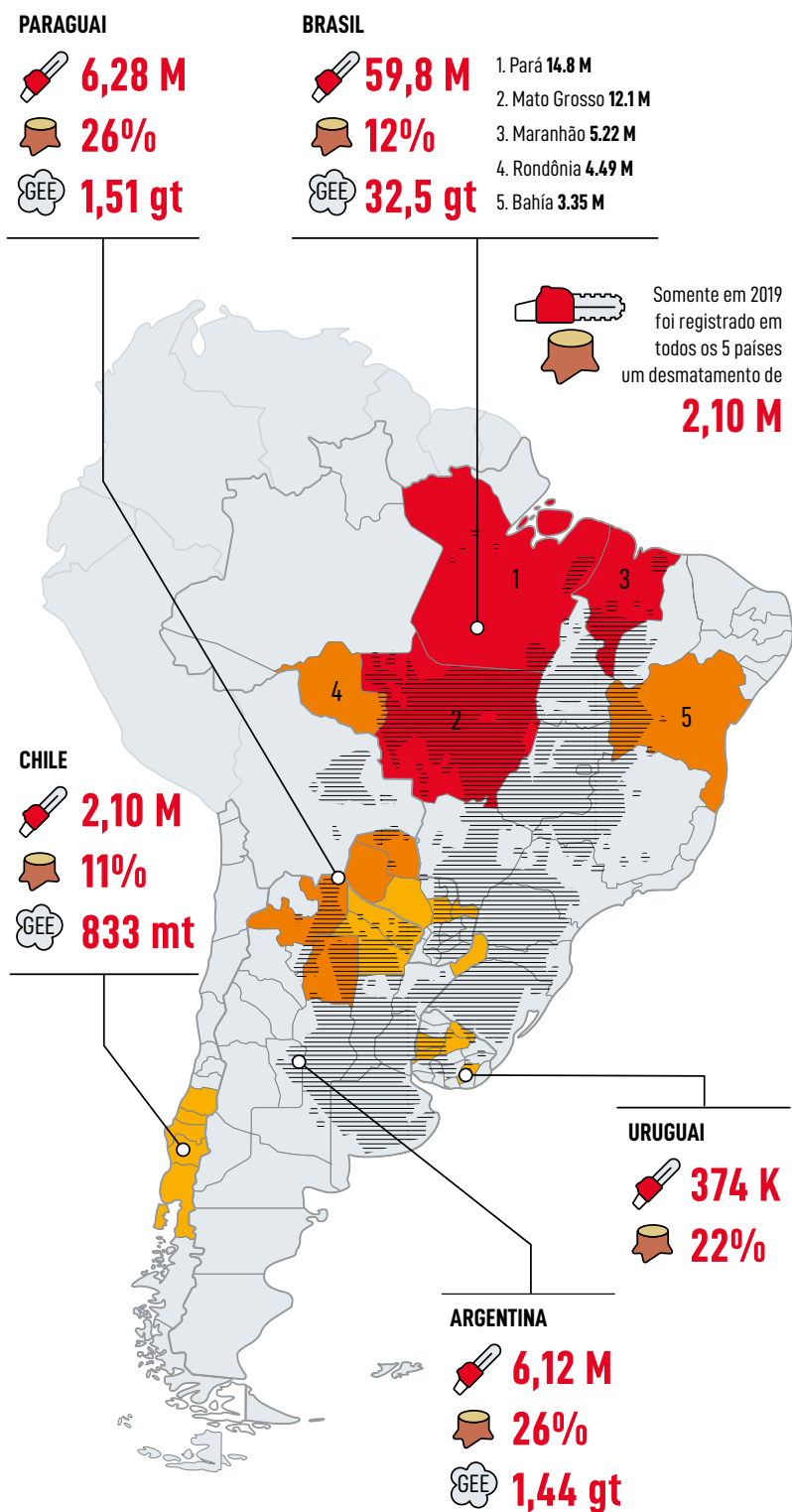
Não é por acaso que, nas mesmas regiões do Chile que mais sofrem com a seca, Maule, Ñuble, Bio-Bio e Araucanía, prevalece o modelo de monocultura florestal e houve incêndios devastadores entre janeiro e fevereiro de 2023. Estima-se que 450 mil hectares foram queimados, 26 pessoas morreram e 8 mil perderam suas casas e meios de subsistência, principalmente em áreas rurais.

Se o modelo de produção do agronegócio contribui para aprofundar a crise climática, em contrapartida, camponeses e camponesas podem esfriar o planeta a partir de suas práticas. De acordo com estudos do ETC Group, a agricultura familiar é o principal – em algumas regiões, quase o único – fornecedor de alimentos para mais de 70% da população mundial. E ao mesmo tempo só fica com 25% dos recursos – água, solo e combustível – utilizados no campo.

A rede camponesa e indígena tem o conhecimento, a visão e a escala operacional para responder à mudança climática, além de estar mais próxima daqueles que sofrem com a fome, a desnutrição ou doenças causadas por alimentos ultraprocessados.

DESFLORESTAMENTO E MUDANÇA CLIMÁTICA (2001-2020)

Com o agronegócio, crescem os desmatamentos florestais e os gases de efeito estufa.



Referências:

- Perda de cobertura florestal
- Porcentagem de florestas perdidas
- Emissões de CO₂ em giga ou mega toneladas (gt, mt)
- Monocultura de soja (agronegócio)

Os 5 estados/distritos mais desflorestados de cada país: ■ Más de 5 M ■ de 1 a 5 M ■ Menos de 1 M

M: Milhões de hectares **K:** Mil hectares

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do portal globalforestwatch.org.



AS MEGAEMPRESAS AGROALIMENTARES

Um lado pouco visível do modelo do agronegócio é a financeirização de toda a cadeia do setor de alimentação e a presença cada vez mais intensa das transnacionais nesse segmento. Essas megaempresas agroalimentares desempenham um papel-chave na dinâmica de um processo que incorpora diferentes territórios às relações de produção e consumo globais.

Essas transnacionais possuem estruturas complexas em múltiplas localidades do planeta e detêm o controle de diferentes elos das cadeias agroalimentares, favorecidas por marcos regulatórios que permitem essa conexão de estruturas nacionais, inter-regionais e globais.

A cadeia agroalimentar é uma cadeia de elos que vai desde as sementes até os produtos consumidos em cada casa. Através da manipulação de preços, da oferta e da transformação de alimentos em mercadorias ultraprocessadas, as corporações controlam as políticas sobre o alimento. Com muito investimento em publicidade e comunicação, apostam na mudança dos hábitos alimentares para conformar produtos e um mercado consumidor que, no final, responde à necessidade crescente de lucros exorbitantes.

O poder dessas transnacionais começa pelo núcleo dos sistemas alimentares: as sementes. Quem as controla define o que nós comemos. Entre 2015 e 2018, consolidou-se uma

QUEM CONTROLA A COMIDA?

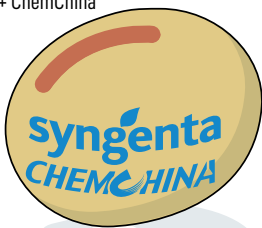
Da semente à comercialização, a produção de alimentos está cada vez mais concentrada pelas transnacionais.

1. Controle das sementes

Um pequeno grupo de empresas transnacionais controla o mercado de sementes comerciais.

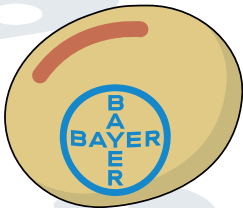
24,6%

1. Syngenta
+ ChemChina



16%

2. Bayer
(inclui Monsanto)



11,3%

3. Basf
Limagrain



10,4%

4. Corteva



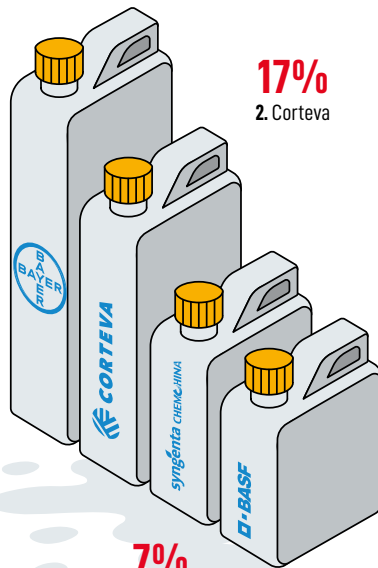
Com as megafusões que ocorreram nos últimos anos, **62%** do mercado estão nas mãos de apenas quatro megaempresas.

2. O mercado de agrotóxico

As mesmas corporações que controlam as sementes transgênicas dominam **51%** do mercado de agrotóxicos.

23 %

1. Bayer



17%

2. Corteva

7%

3. Syngenta
+ ChemChina

4%

4. BASF

Um terço dos pesticidas vendidos é classificado como "altamente perigoso" e tem como principal destino países menos desenvolvidos.

3. Terrenos envenenados

O uso massivo de agroquímicos na agricultura se baseia fundamentalmente na expansão dos cultivos transgênicos.

BRASIL

68



127

ARGENTINA



69

PARAGUAI



49

1 transgênico
aprovado

URUGUAI



49

1 milhão
de hectares
semeados

Argentina e Brasil, logo atrás dos Estados Unidos, são os dois países com mais área plantada de transgênicos no mundo.

série de megafusões, deixando o mercado nas mãos de apenas quatro megacorporações, que também avançaram – e seguem avançando – sobre nossos países por meio de *lobby* para sancionar regulamentos e leis que privatizam o principal recurso das comunidades camponesas.

A padronização da alimentação controlada por complexos industriais está se tornando cada vez menos diversificada. Os alimentos oferecidos contêm baixo valor nutricional, o que contribui para um cenário de baixa imunidade da maioria da população em países marcados pela desigualdade como os do Cone Sul, aumentando a vulnerabilidade a doenças infecciosas. E mesmo estes alimentos, cheios de restrições nutricionais e potencialmente causadores de problemas de saúde, são cada vez mais escassos para as massas de trabalhadores sem trabalho e sem renda.

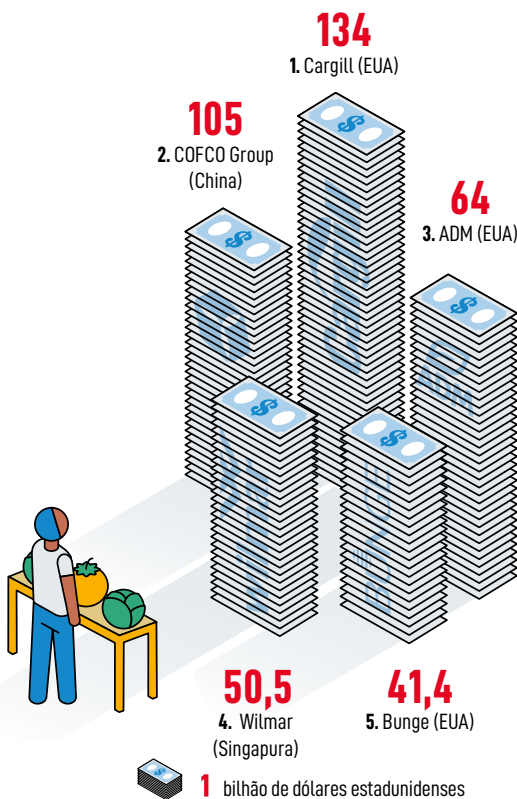
A distribuição de alimentos é decisiva para um cenário de insegurança alimentar. A distribuição hegemônica no mundo de hoje é feita por meio do mercado, com uma lógica de lucro corporativo, e não de garantia de viabilização de um direito. Os alimentos, considerados mercadorias, circulam de acordo com o poder de compra de cada mercado, região ou país, e necessidades são criadas com o único propósito de aumentar a venda.

Como ocorre em toda a cadeia, na fase de distribuição, um pequeno grupo de empresas que não produzem alimentos decide quais produtos temos que comprar e a que preço. Em muitos casos, por exemplo, os hipermercados chegam a abocanhar cerca de 60% do que valor da venda do produto.

Grandes cadeias, poderosos oligopólios com grande poder de decisão na formação de preços, também decidem

4. Os gigantes corporativos

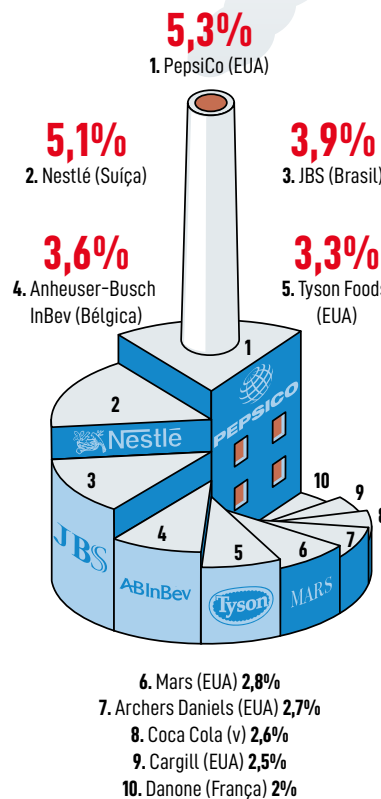
As dez maiores transnacionais de produtos agrícolas movimentaram cerca de 40% dos 1,320 trilhão de dólares do comércio global em 2020.



As cinco maiores empresas concentram nada menos que cerca de 30% deste mercado.

5. As "Big food"

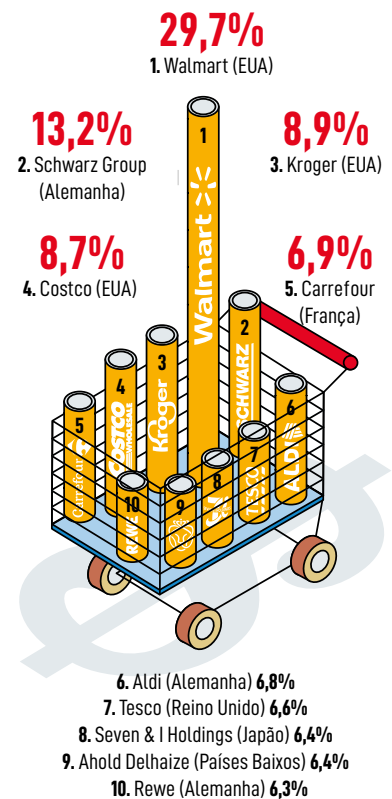
Dez transnacionais abocanharam 34% dos 1,316 trilhão de dólares que circularam no mercado mundial de alimentos e bebidas em 2020.



Essas dez empresas da indústria alimentícia concentram o processamento de matérias-primas para convertê-las em comestíveis ultraprocessados (UP).

6. O oligopólio de distribuição

De todos os gastos mundiais de consumidores de alimentos e bebidas, 11% está concentrado em apenas dez empresas.




E a divisão entre as dez empresas revela que a tendência é uma concentração cada vez maior, com duas transnacionais ficando com 43% desta fatia.

O FUNIL DOS SUPERMERCADOS

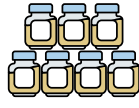
Milhões de consumidores, milhares de produtores e poucas cadeias monopolizadoras.

O que enfrentam os pequenos e médios produtores


Cada vez menos encontram alternativas para distribuir seus produtos, pois as grandes cadeias de varejo asfixiam seus fornecedores com políticas abusivas:




Oferecem seus produtos muitas vezes sem primeiro combinar as condições de venda; há algumas empresas que os obrigam a ceder gratuitamente a primeira entrega.




Assumem os custos de processamento, empacotamento e apresentação dos produtos.



Arcam com as despesas de promoções ou brindes para beneficiar as vendas nos supermercados.























Prazos de pagamento impraticáveis para os médios e pequenos produtores (muitas vezes, após 90 dias).




Precisam atender a exigências de certificações de qualidade.

As principais cadeias no Cone Sul

O supermercadismo veio acompanhado por um crescente processo de concentração e internacionalização do setor, nas mãos de um grupo menor de transnacionais:

	ARGENTINA	BRASIL	CHILE	URUGUAI
 Carrefour (França)				
 Walmart (EUA)	 Inclui: Chango Más	 Inclui: Grupo BIG	 Inclui: Líder e Ekono	 Representante: Ta-Ta
 cencosud (Chile)	 Representante: Disco, Jumbo e Vea	 Representante: Gbarbosa, Bretas, Perini e Prezunic	 Representante: Santa Isabel e Vea	
 GRUPE Casino (França)	 Representante: Libertad e Mini Libertad	 Representante: Pão de Açúcar		 Representante: Devoto, Disco e Geant
OUTROS	Coto La Anónima Dia		SMU	

Consumidores reféns dos preços impostos pelas grandes cadeias



Os custos de produção às vezes representam **1%** do que pagamos pelo produto, enquanto a distribuição e o marketing de uma mercadoria já fabricada podem responder a cerca de **50%** do que é cobrado.

sob quais condições esses alimentos são produzidos. Impõem condições que lhes geram enormes lucros, pagam preços baixos aos produtores e privilegiam em suas gôndolas produtos industrializados e pouco saudáveis, assim como alimentos “viajantes”, vindos do outro lado do mundo.

Este modelo, batizado de “supermercadismo”, ganhou força no Cone Sul a partir de 1990 e se consolidou pela penetração de transnacionais como Walmart, Carrefour ou o Grupo Casino (proprietário, no Brasil, do Assai, do Pão de Açúcar, do Compre Bem e do Extra), somado às ações de um grande número de empresas translatinas, como a maior do setor, a Cencosud, do Chile; ou nacionais, como o Grupo Coto na Argentina, o Grupo Vierci no Paraguai, o Grupo De Narvaez, que comprou o Walmart na Argentina, e a cadeia Ta-Ta no Uruguai.

O fato de a distribuição estar em poucas mãos contribui para a concentração de fornecedores: as grandes são as únicas que podem arcar com as condições de pagamento impostas pelos distribuidores, e são também aqueles que podem adaptar melhor sua produção às necessidades logísticas da distribuição em larga escala.

Essas empresas são tão grandes e poderosas que suas políticas podem ter um grande impacto nos hábitos alimentares e nas condições de trabalho dos consumidores e trabalhadores e trabalhadoras em todo o mundo, bem como sobre o meio ambiente. Todo esse sistema corporativo de produção de alimentos teve impacto sobre as dietas: hoje temos dietas baseadas em produtos ultraprocessados; comestíveis, mas não alimentícios. São produtos projetados em laboratórios para nos tornar viciados, e não para nos nutrir.

LIBERDADE DE ESCOLHA?

À primeira vista, um supermercado nos oferece produtos e variedade, mas a realidade contrasta com esta ideia fictícia. A diversidade de marcas esconde, na realidade, uma padronização de toda a cadeia que arrasa as culturas

Fontes: ETC group (2018) e Atlas del Agronegocio Transgénico del Cono Sur (2020).

A GLOBALIZAÇÃO DA COMIDA

A indústria alimentícia não produz alimentos, e sim mercadorias repletas de aditivos químicos, transformando e homogeneizando os hábitos e culturas.

Os "alimentos" ultraprocessados (UP)

Criados a partir de sofisticados processos industriais, são produtos duradouros, acessíveis, atraentes e altamente rentáveis, mas com qualidade alimentícia nula.

Manipulados quimicamente

- Não contêm nenhum alimento integral.
- Quantidades excessivas de açúcares, gorduras totais, gorduras saturadas e sódio.
- Aditivos como emulsificantes, corantes, conservantes, adoçantes e aromatizantes.
- Incluem óleos hidrogenados, amidos modificados ou isolados de proteínas e aditivos para realçar a cor, o sabor e o aroma.
- Baixo teor de proteína, fibra alimentar, minerais e vitaminas, em comparação com alimentos não processados ou minimamente processados.

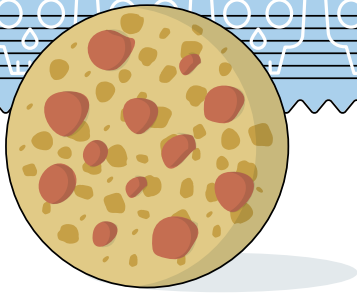
Contêm agrotóxicos

Em 2020, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) analisou 27 UP, encontrando os seguintes dados:

59,3% continham pelo menos um tipo de agrotóxico; e

51,4% apresentavam resíduos de glifosato ou glufosinato de amônio.

Também foi constatado que todos os produtos que continham trigo incluíam resíduos de agrotóxicos.



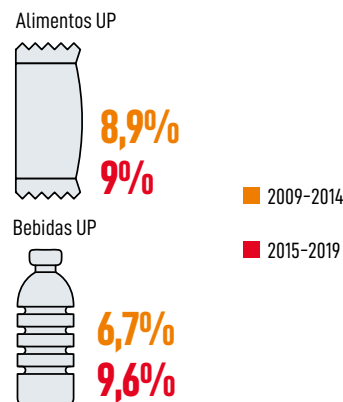
Um biscoitinho doce contém

Quantidades excessivas dos quatro nutrientes críticos (gorduras livres, gorduras saturadas, açúcares e sódio)

Entre 3 a 7 agrotóxicos + butóxido de piperonila*

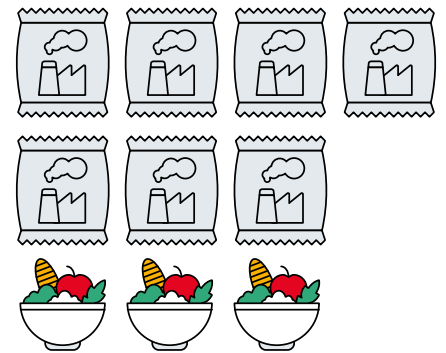
*Nomes comerciais: Butacide, Butóxido de Piperonila, Pybutrin, Pyrenone, Raid fulminador, Uld-PB-100. Fórmula: C19H30O5. Ação biocida: inseticida.

Vendas per capita de UP na América Latina

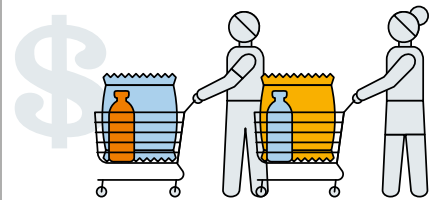


A ilusão da diversidade e da livre escolha 7 em cada 10

dos produtos que consumimos são industrializados.



E oferecem uma dieta pobre, com excesso de açúcar, gorduras de má qualidade e sal.

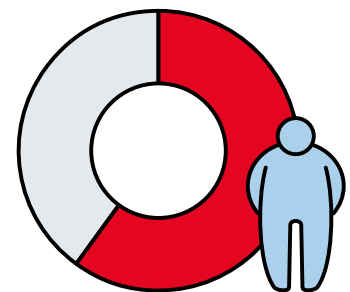


Apenas 10 empresas

controlam, em nível global, praticamente todas as marcas que encontramos nos supermercados.



São tão poderosas que suas políticas podem ter um grande impacto nos hábitos alimentares, nas condições de trabalho e no meio ambiente.



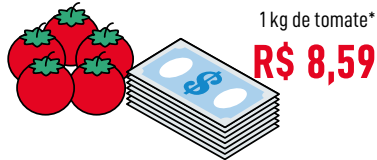
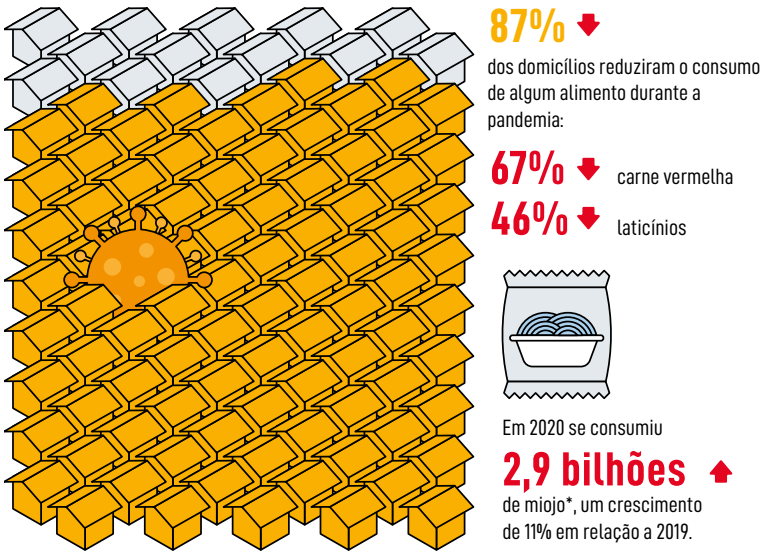
60% dos habitantes da América Latina vivem com sobrepeso.

Fontes: Observatorio Petrolero Sur (OPSur); Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, 2021.

NA PANDEMIA, MAIS ULTRAPROCESSADOS PARA POBRES

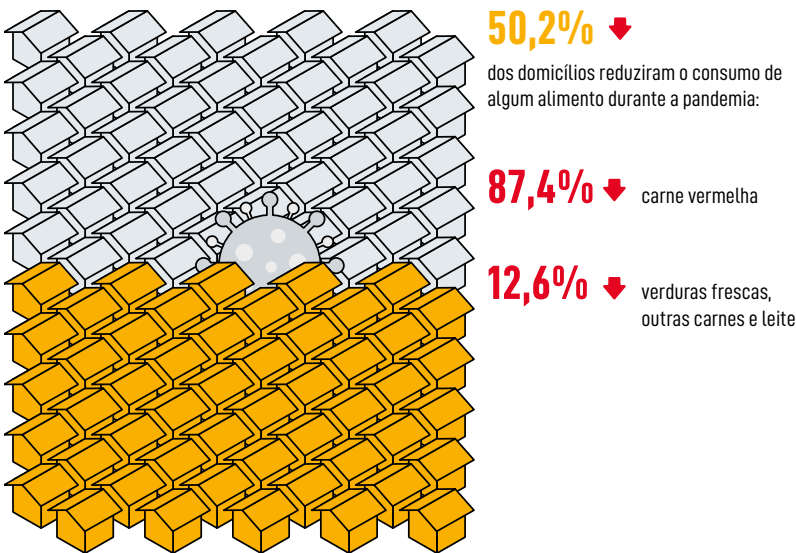
A queda da renda familiar levou a um menor consumo de alimentos saudáveis.

BRASIL



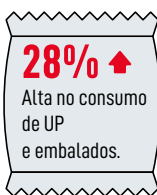
* cotação realizada no site do Carrefour (23/8/2023).

ARGENTINA (REGIÃO METROPOLITANA DE BUENOS AIRES)



CHILE

Durante a pandemia
↓ 47%
dos domicílios reduziram o consumo de carne e/ou peixe e
↓ 40%
reduziram as frutas frescas e verduras.



URUGUAI



Durante 2020, houve aumento de
40% ↑
na produção e no consumo de açúcar.

alimentares ricas e variadas, com territórios esvaziados ou então forçados a produzir a mesma coisa. É ilusão da liberdade de escolha. Os ingredientes e os diversos métodos de fabricação e técnicas de processamento utilizados pela indústria alimentícia criam produtos prontos para o consumo, que são duráveis, acessíveis, atraentes, de sabor muito agradável e altamente rentáveis.

Estes produtos ultraprocessados são expostos nas prateleiras dos supermercados em embalagens muito diversas e coloridas, em muitos tamanhos: esses fatores provocam a sensação de que estamos escolhendo o que vamos comer. Essa liberdade de escolha é extremamente falsa. Em primeiro lugar, os ingredientes desses produtos representam a mesma coisa: uma soma de açúcares, gorduras e sal. A fórmula mágica que os laboratórios dessas indústrias descobriram para nos tornar viciados em certos tipos de alimentos.

Além disso, com a diversidade de marcas expostas nas gôndolas, não nos damos conta que pertencem aos mesmos grupos empresariais onipresentes na indústria alimentícia. A Unilever é uma delas, com mais de quatrocentas marcas, e a Nestlé coloca mais de 8 mil produtos diferentes nas gôndolas do mundo. A marca substitui o varejista como a fonte de confiabilidade na hora de comprar, porém, os rótulos dos produtos quase sempre são incompreensíveis para quem procurar comprar alimentos de qualidade.

A concentração de megacorporações também ocorre entre os produtores e vendedores de agrotóxicos e pesticidas. E não é só isso: também são as mesmas corporações que controlam as sementes transgênicas que controlam o mercado de embalagens e tecnologia de agrotóxicos. Através de "acidentes" envolvendo transgênicos e pesticidas, envenenam nossos territórios e alimentos.

ALIMENTOS ENVENENADOS

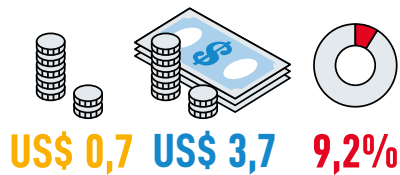
O avanço desse modelo de agronegócio na região expõe nossos alimentos a uma alta carga

Fontes: INDEC (Argentina), Folha de S.Paulo, Carrefour, Associação Mundial de Macarrão Instantâneo, RIMISP (2020) e Encuesta de Seguridad Alimentaria y Nutrición en Araucanía y Los Lagos.

UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL CUSTA CARO

No Cone Sul, uma dieta saudável (em nutrientes e diversidade) custa quatro vezes mais que uma alimentação baseada em UP.

ARGENTINA



BRASIL



CHILE



PARAGUAI



URUGUAI



■ Valor em dólar de uma dieta calórica mínima
■ Valor em dólar de uma dieta saudável
■ % da população sem acesso a uma dieta saudável

Fontes: FAO, FIDA, OMS, PMA, UNICEF 2020.

química gerada por pesticidas e fertilizantes sintéticos que são disseminados pelo solo, pela água e pelo ar, até chegar aos nossos pratos. Existe uma grande quantidade comprovada de venenos em frutas e hortaliças, laticínios e produtos ultraprocessados que consumimos. Argentina e Brasil estão entre os três países que mais plantaram áreas com transgênicos em 2019, atrás apenas dos Estados Unidos, com 71,5 milhões de hectares. Com as sementes transgênicas, as empresas criaram e fortaleceram um sistema de privatização e dependência da monocultura e da produção de *commodities*.

Entre os ingredientes que não entendemos nos rótulos dos alimentos ultraprocessados – e não declarados pelas empresas – também se encontram derivados de culturas geneticamente modificadas e vestígios de agrotóxicos. Como exemplos de aditivos derivados de transgênicos, podemos mencionar a lecitina de soja, usada como emulsificante (estabilizador de misturas, *a grosso modo*), e o xarope de milho, com alto teor de frutose, adicionado como adoçante. Em 2020, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) analisou 27 produtos ultraprocessados, classificados em oito categorias. Destes, dezesseis produtos continham pelo menos um tipo de agrotóxico (na maioria dos casos, resíduos de glifosato ou glufosinato de amônio). Cabe destacar que todos os produtos que continham trigo em sua composição apresentavam resíduos de agrotóxicos.

Os alimentos frescos comercializados nos mercados concentradores estão sujeitos à matriz do agronegócio imposta pelas grandes empresas de biotecnologia e química agropecuária, com o consentimento do Estado. Trata-se de herbicidas, inseticidas e fungicidas que são usados cada vez mais e em grandes quantidades e que acabam ficando como resíduos em nossos alimentos.

O último ataque aos nossos alimentos é direcionado ao pão. No ano de 2020, o governo argentino autoriza, pela Resolução 41/2020, o primeiro trigo transgênico do mundo. O trigo HB4 é mais um elo na cadeia dos transgênicos aprovados no mundo e, para além de sua suposta sustentabilidade e resistência à seca, ele se junta às monoculturas resistentes a agrotóxicos que já demonstraram seu fracasso.

Em maio de 2022, o Estado argentino completou sua aprovação, tornando-se o primeiro país do mundo a aceitar a comercialização deste cereal. Em 2023 Brasil e Paraguai seguiram o mesmo exemplo e aceitaram a semente transgênica. O trigo modificado chegará assim ao pão, ao macarrão e a todos os derivados da farinha – alimentos amplamente consumidos sobretudo pelos setores populares.

As megaempresas alimentares sustentam uma matriz que considera os alimentos como mera mercadoria, sendo seu único objetivo maximizar a produtividade com vistas a obter a maior rentabilidade possível. Esse objetivo é posto em marcha sem medir as consequências geradas pelo uso de milhões de litros de agrotóxicos e culturas transgênicas, tanto em problemas para a saúde da população, como pelo impacto sobre o meio ambiente e a biodiversidade. Uma matriz que produz mercadorias ultraprocessadas que são oferecidas e exaltadas pela publicidade, desprovida de identidade, e que são as mesmas em todo o mundo. Outro elemento que não pode ser negligenciado é o fato de a venda desses produtos haver crescido na proporção do crescimento da obesidade na região.

Enquanto a fome cresce na região ao longo da década, as transnacionais do setor ampliam seus lucros, com cada vez mais capacidade de fixar e impor condições para o acesso aos alimentos.

NÃO COMER OU COMER MAL

Somos resultado de um sistema que funciona bastante mal, que produz ao mesmo tempo 900 milhões de desnutridos e 1,5 bilhão de subnutridos com sobrepeso. Um sistema que tolera a fome e faz que aqueles que podem comer adoecem com os alimentos. Ambas as situações, não comer ou comer mal, têm consequências profundas e até irreversíveis sobre a saúde das pessoas.

No Cone Sul, milhões de pessoas não têm acesso a alimentos suficientes e, muito menos, a alimentos adequados do ponto de vista nutricional. A fome, ainda hoje, é um tabu. A palavra é mantida velada, escondida e metaforizada. Em muitos países, não é medida nem explicada nesses termos. Há números, na maioria das vezes subestimados, de pobreza, desnutrição, insegurança alimentar, mas os números não conseguem explicar o desespero daqueles que sofrem com chaga.

A naturalização da fome em algumas sociedades cria eufemismos: as pessoas sofrem dos “nervos”, e não passam fome. Um corpo faminto enseja uma crítica profunda da sociedade em que ele é produzido; no entanto, um corpo doente não implica qualquer crítica, pois a doença se enquadra na categoria de coisas que simplesmente acontecem com as pessoas. A fome também é posta no nível de “responsabilidade individual”. As famílias de meninas e meninos desnutridos são as vilãs. Há cerca de trinta anos, as organizações humanitárias internacionais argumentavam que uma das razões básicas para a desnutrição das crianças tinha a ver com as mães não saberem como alimentá-las, então a intervenção passava pela educação alimentar, para que elas dessem a seus filhos e filhas alimentos que não tinham.

O Covid só agravou esta situação de acesso aos alimentos. As epidemias ou pandemias não são democráticas. Podem afetar a todos, mas aqueles que mais morrem são os pobres, os mais vulneráveis. Não há na história nenhuma epidemia que tenha afetado mais os ricos que os pobres. O Covid não foi exceção.

Sociedade obesogênica

Por outro lado, entre aqueles que podem comer, ou comer mal, mas, no final das contas, comem, o consumo de alimentos ultraprocessados, seja por causa do preço, do enorme aparato de marketing ou mesmo através da assistência estatal, aumentou em toda a região, juntamente com o sobrepeso e a obesidade. A lógica que impulsiona a alimentação atual

é a grande produtora de sobrepeso e obesidade. O estímulo permanente para consumir muito, e que sejam alimentos gordurosos e doces, é parte do que a antropóloga argentina Patricia Aguirre chama de “sociedade obesogênica”.

Há muitas evidências de que a forma como os alimentos são produzidos pela indústria alimentícia e as formas como são consumidos são algumas das causas que hoje explicam as doenças não transmissíveis: alto nível de açúcar no sangue, resistência à insulina, obesidade, sobrepeso, diabetes, hipertensão, alguns tipos de câncer, doenças autoimunes, dermatológicas, neurológicas, entre outras. Hoje em dia, as doenças crônicas não transmissíveis, que estão relacionadas ao estilo de vida, estão entre as principais causas de morte.

E se a energia é barata e os micronutrientes são caros, o que comem as populações mais pobres? A resposta é bastante simples: alimentos baratos e ricos em energia, mas pobres em nutrientes, levando ao outro lado da moeda de um sistema alimentar estruturado apenas para gerar lucro: a obesidade da escassez.

A obesidade na pobreza é talvez a mais cruel, sobrepondo todos os problemas de desnutrição a todos os problemas de obesidade. Por isto é chamada de “má-nutrição”: que não se trata desnutrição, pois há excesso de energia, mas também não é um excesso de nutrição, pois carece de muitos micronutrientes importantíssimos, o que se agrava pelo fato de o Estado e os programas de ajuda humanitária basearem a assistência alimentar no fornecimento de energia barata, ou seja, em alimentos que deixam as pessoas doentes. Este sistema alimentar, além disso, também impacta o corpo das crianças.

Um dos exemplos mais gritantes dessa lógica foi a proposta do ex-governador de São Paulo João Dória (PSDB) de oferecer a *farinata*, um alimento feito à base dos restos de comida, na merenda escolar e em programas assistenciais. A ideia não prosperou diante da repercussão negativa de apresentar uma “ração humana” como solução para um problema social.

O triplo fardo da má-nutrição – *desnutrição, fome oculta e sobrepeso* – ameaça a sobrevivência, o crescimento e o desenvolvimento de crianças e jovens: duas em cada três crianças no mundo não recebem uma alimentação minimamente diversificada para o crescimento e o desenvolvimento saudáveis. De acordo com o relatório da FAO, se, em 1990, 6,2% das crianças com menos de cinco anos de idade no Cone Sul estavam acima do peso, em 2022 essa condição

FOME E MÁ ALIMENTAÇÃO: DUAS FACES DO MESMO MODELO

Alimentos baratos de má qualidade ou fome: a insegurança alimentar adocece os mais pobres.

A fome, uma enfermidade social

Efeitos no corpo humano do consumo de alimentos abaixo das necessidades diárias:

- 1. Diabetes:** Veja o quadro à direita.
- 2. Danos ao desenvolvimento intelectual e psicossocial:** Atrasos no aprendizado, na fala, na leitura e na memória. Ansiedade, apatia e irritabilidade.
- 3. Doenças cardiovasculares:** Redução da elasticidade dos vasos sanguíneos.
- 4. Hepatomegalia ou fígado aumentado:** Risco de falência hepática.
- 5. Saúde mais frágil:** Vulnerabilidade a infecções e doenças.
- 6. Palidez e emagrecimento repentino:** Perda de gordura e massa muscular.
- 7. Hipertensão arterial.**
- 8. Aumento do risco de fraturas ósseas.**
- 9. Problemas renais.**
- 10. Baixa estatura:** Altera o metabolismo do hormônio de crescimento.
- 11. Mortalidade infantil.**

Enfermidades ocasionadas pela má alimentação

A má alimentação está vinculada a muitas das doenças crônicas não transmissíveis: diabetes, obesidade, câncer, hipertensão, doenças cardiovasculares:

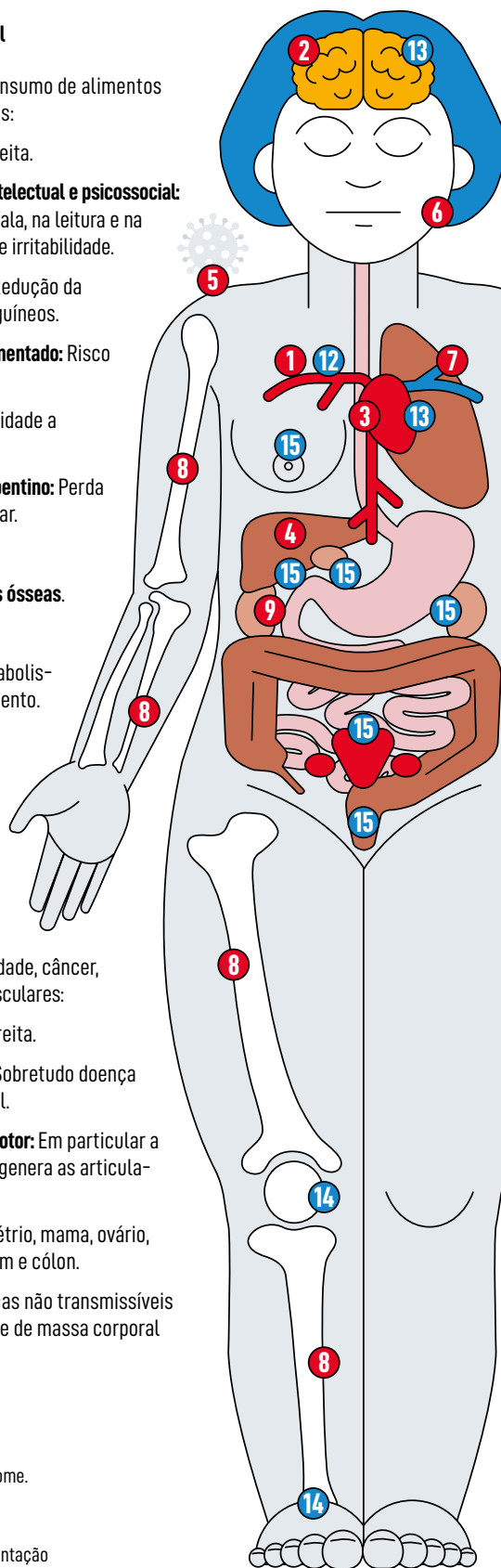
- 12. Diabetes:** Veja o quadro à direita.
- 13. Doenças cardiovasculares:** Sobre tudo doença cardíaca e derrame cerebral.
- 14. Distúrbios do sistema locomotor:** Em particular a osteoartrite, doença que degenera as articulações.
- 15. Alguns cânceres:** de endométrio, mama, ovário, próstata, fígado, vesícula, rim e cólon.

O risco de contrair essas doenças não transmissíveis cresce com o aumento do índice de massa corporal

2022

Em todo o mundo, **828 milhões** de pessoas passam fome.

 Fome  Má alimentação



Diabetes



537 milhões

de adultos em todo o mundo tinham diabetes em 2021; eram 108 milhões de pessoas em 1980.

Doença crônica na qual o corpo não é capaz de processar glicose (açúcar), de múltiplas causas, porém frequente em pessoas que tinham problemas alimentares na infância.

Mais de 80%

das mortes por diabetes são registradas em países de rendas baixas e médias.

Na América Latina há

24 milhões

de pessoas que adquiriram diabetes.

4 milhões

são meninos e meninas com menos de cinco anos.



Obesidade em mulheres do Cone Sul (%)

 1980  2016

ARGENTINA



BRASIL



CHILE



PARAGUAI



URUGUAI

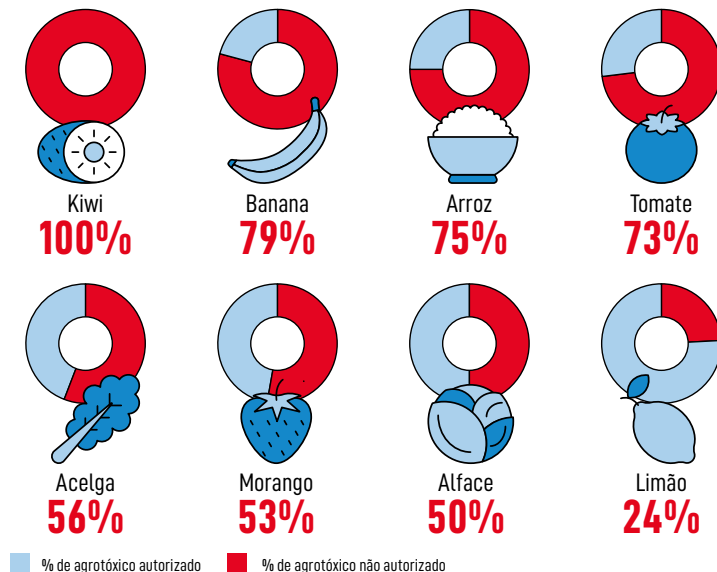


% 5 10 15 20 25 30 35

ALIMENTOS ENVENENADOS

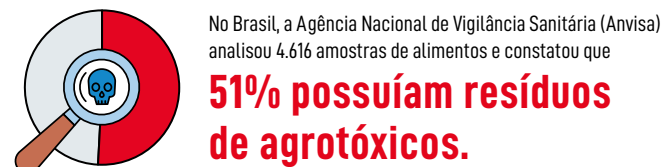
A agroindústria nos submete a uma carga elevada de pesticidas e outros químicos.

Agrotóxicos em frutas e verduras segundo o Senasa* (Argentina, 2019)



* Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria

** Agrotóxicos não autorizados podem ser cancerígenos, neurotóxicos ou disruptores endócrinos



Fontes: Plato Fumigado. Naturaleza de Derechos e Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), 2019.

CORPOS ENVENENADOS

Os agrotóxicos provocam intoxicações, hipotireoidismo, má formações e cânceres.

Falta transparência e debate público sobre as sobre os efeitos dos agrotóxicos na saúde humana.

As próprias comunidades afetadas pelo uso intensivo de agrotóxicos se organizam e fazem seus levantamentos, como é o caso do **Campamento Sanitario da Universidad de Rosario** (Argentina).



Em quatro províncias, foram entrevistadas mais de **130 mil pessoas entrevistadas** (mais de 50% da população local).

Comprovou-se que nessas localidades **as taxas de mortalidade por tumores**, bem como as disfunções

por causas tumorais, as **disfunções fetais** e os **transtornos da glândula tireoide**, entre outros problemas, eram maiores que a média nacional.



Fonte: Relatório do Relator Especial da ONU sobre o Direito à Alimentação (2017).

atingiu 9,7%, superando a média mundial, que está em 5,6% (Sofi, 2023). Se consideramos crianças e adolescentes, na Argentina 36,4% estão nessa situação; no Chile, são 35,5%, segundo dados consolidados na plataforma científica NCDRisC. Mas o que é realmente mais preocupante é que não há nenhum país na região com uma prevalência de sobrepeso inferior a 20% entre meninos, meninas e jovens entre 5 e 19 anos.

Os alimentos ultraprocessados seduzem e enganam as crianças com açúcar, óleos e aditivos, enquanto forjam uma identidade gastronômica inquebrável: a das marcas. Os supermercados estão repletos de personagens, cores e propostas concebidas com precisão para atingir os desejos mais profundos das crianças, levando-as a consumir o pior das prateleiras: produtos carregados de nutrientes críticos que as destroem. Trata-se de uma forma naturalizada e legitimada de violência que pode e deve ser prevenida com políticas públicas.

Nas prateleiras, temos produtos à base de queijo que não são queijo, líquidos à base de leite que não são leite, iogurte de morango sem morango, hambúrgueres e salsichas que têm tudo, menos carne. Tony, o Tigre, o coelho do Nesquik, o dinossauro do Danoninho e o palhaço do McDonald's têm sido personagens encantadores para as crianças por gerações. Em todas as embalagens de produtos dirigidos às crianças se dissimulam com precisão estímulos que são cuidadosamente projetados para orientar as decisões e posicionar produtos, definir gostos, desejos e aspirações.

A amamentação, que pode ser considerada o primeiro ato e a concretização da soberania alimentar, se encontra ameaçada por alimentos ultraprocessados. O uso de substitutos do leite materno é um motivo de preocupação. De acordo com a Unicef, as vendas de fórmula láctea quase dobraram entre 2005 e 2019, chegando a 55,6 bilhões de dólares.

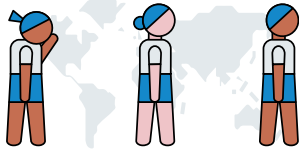
Corpos contaminados

A implantação do modelo do agronegócio em nossa região nos submeteu a uma elevada carga química, proveniente de pesticidas e fertilizantes sintéticos que são espargidos no solo, na água e no ar. Um corpo crescente de pesquisas científicas mostra que os agrotóxicos aplicados têm a capacidade de persistir

INFÂNCIA EM RISCO

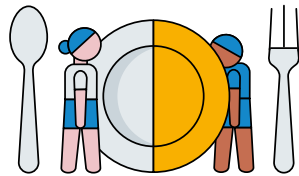
A fome, o sobrepeso e os químicos ameaçam a sobrevivência, o crescimento e o desenvolvimento de crianças e jovens.

A fome oculta



1 em cada 3

crianças com menos de 5 anos em todo o mundo sofre de desnutrição ou de sobrepeso.



1 em cada 2

crianças padece de fome oculta, que acontece quando a qualidade dos alimentos não supre as necessidades de nutrientes para o crescimento e o desenvolvimento adequados.

Amamentação, a primeira soberania ameaçada

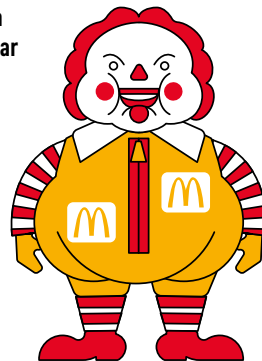


41%

é o aumento mundial na venda de fórmula infantil de 2008 a 2013.

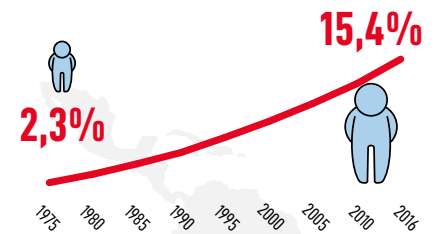
O marketing da fraude alimentar

Os produtos dirigidos às crianças muitas vezes escondem estímulos projetados especificamente para definir gostos, desejos e aspirações.

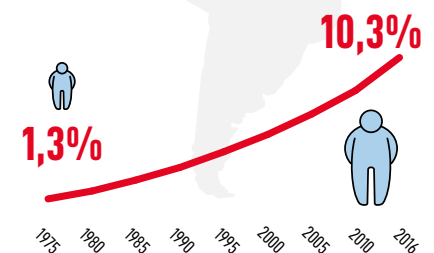


Crescimento da obesidade na América Latina

Crianças de 5 a 9 anos



Adolescentes de 10 a 19 anos



Fontes: OMS, UNICEF, DAES (2019) e Atlas da obesidade infantil (2016).

no meio ambiente e, devido ao fenômeno da deriva, são encontrados em cursos de água superficiais e profundos, solos, e até mesmo em águas pluviais.

As crianças, por suas características fisiológicas, acabam sendo particularmente vulneráveis à exposição a toxinas no ambiente. Esse problema assume uma complexidade maior quando se considera que eles podem apresentar problemas devido a exposição pré-natal ou transgeracional. Esses efeitos têm sido ligados ao desenvolvimento de cânceres e distúrbios do desenvolvimento neurológico.

A vasta expansão dos cultivos transgênicos se vincula a outro pilar do modelo: a criação industrial de animais. Os solos, tradicionalmente utilizados para pastagem, estão agora sendo utilizados para a produção de *commodities* a partir de eventos transgênicos. Nesta lógica de produzir a maior quantidade no menor tempo possível, os animais são amontoados em estabelecimentos destinados à sua reprodução e engorda. Geneticamente homogêneos, esses animais são alimentados com transgênicos e recebem doses de metais pesados, hormônios e antibióticos para acelerar o crescimento.

Em um documento produzido pelas Nações Unidas em 2020, são enumerados sete vetores antropogênicos de doenças zoonóticas emergentes: aumento da demanda por proteína animal; intensificação insustentável da agricultura; exploração de animais silvestres; aumento do uso de re-

ursos naturais devido à urbanização acelerada, mudanças no uso do solo e as indústrias extrativistas; as viagens e o transporte; mudanças nas cadeias de abastecimento de alimentos; e a mudança climática.

O avanço do desmatamento elimina ecossistemas que servem de *habitat* para muitas espécies de animais silvestres, favorecendo o contato destes com animais domésticos (uma situação que de outra forma seria muito mais rara). Ao mesmo tempo, o fato de os animais de criação serem geneticamente homogêneos e se encontrarem em condições de aglomeração torna-os mais vulneráveis à propagação de patógenos. O fluxo acelerado de pessoas e *commodities* entre países faz que novos patógenos se disseminem com facilidade através das fronteiras.

Poluição, agrotóxicos, agricultura intensiva, alimentos ultraprocessados, tudo isso faz que, apesar da diversidade de culturas, ecossistemas e territórios, o aumento da prevalência de certas doenças – câncer, obesidade, diabetes e doenças respiratórias – ocorra de maneira praticamente uniforme em todos territórios impactados pelas atividades extrativistas e pela lógica da indústria alimentícia. Nossos corpos são expressão do lugar que habitamos. Carregam as marcas deste modelo, que não só procura padronizar nossos gostos e nossas formas de comer, mas também a forma como ficamos doentes e morremos.

O SEQUESTRO DA DEMOCRACIA

Se a insegurança alimentar se agrava no Cone Sul, a realidade do agronegócio é radicalmente diferente. A cada ano, a área plantada de cultivos destinados à exportação avança, mesmo com as oscilações do mercado internacional. Um negócio tão seguro assim só é possível em economias de tanta instabilidade porque Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai construíram, nas últimas décadas, um marco institucional que torna a região uma espécie de paraíso do agronegócio. Se para a imensa maioria da população vale a regra do capitalismo selvagem, esse setor conta com proteção generosa do Estado para seguir lucrando. As benesses vão desde generosas isenções de impostos, passam por um arcabouço legal permissivo para infrações sociais e ambientais e, claro, envolvem o repasse direto de dinheiro público. Na prática, os países contribuem para financiar o lucro do agronegócio em prejuízo de políticas que poderiam garantir o direito à alimentação saudável para toda a população.

O caso da soja é emblemático. No Brasil, apenas em renúncias fiscais, o setor deixa de recolher R\$ 60 bilhões em toda sua cadeia, valor que corresponde ao dobro das desonerações aplicadas a produtos da cesta básica ou a quatro meses do que é gasto com o Bolsa Família – que beneficia cerca de 21 milhões de pessoas (outubro de 2023). O estudo *O custo da soja para o Brasil*, do economista Arnaldo de Campos, revela que a soja ficou com 52% do crédito rural

destinado pelo poder público para custear a lavoura brasileira, em 2022. Ao lado de outra *commodity*, o milho, são 72% do crédito rural do país apenas para essas duas culturas. Já o feijão obteve menos de 1% do total, beneficiando três vezes mais produtores.

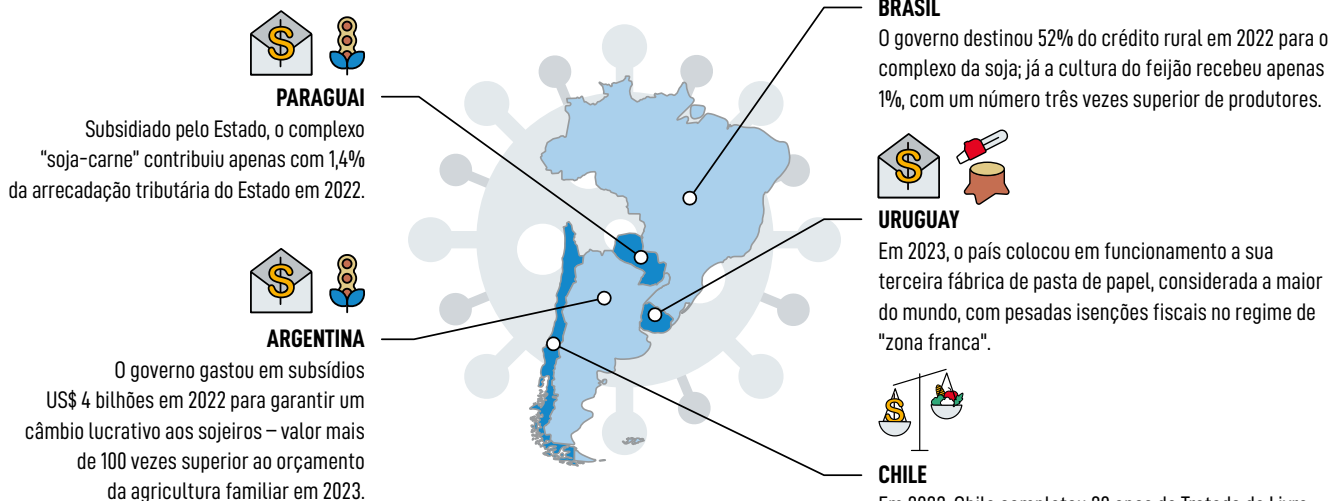
O reflexo de tanto apoio é mais que evidente. Entre 2009 e 2022, a área plantada de soja dobrou, passando de 21,7 milhões de hectares para 41,1 milhões de hectares; a trajetória do feijão foi exatamente a contrária, com uma redução de quase 37%, passando de 4,3 milhões de hectares para 2,7 milhões de hectares (IBGE, 2023).

Claro que essa generosidade do Estado para o agronegócio não é obra do acaso. Trata-se de uma construção política, com um *lobby* custeado por muito financiamento privado, que torna hoje o seguimento um dos mais influentes no país, além de ser um dos pilares da extrema direita. A gestão de Jair Bolsonaro (2019-2022) deixou um rastro de evidências sobre o projeto associado ao agronegócio: sucateamento de órgãos de fiscalização ambiental e trabalhista; cumplicidade com a grilagem de terras; farto financiamento público; sorro aos endividados.

Nessa corrida desenfreada para doutrinar o Estado brasileiro, vale tudo, principalmente mentir. Como mostrou reportagem da *Pública*, as principais entidades do agronegócio e os canais de comunicação do setor espalham *fakenews*

CONE SUL: O PARAÍSO DO AGRONEGÓCIO

O Estado garante os lucros exuberantes da produção de *commodities* na região.



Fontes: *Dólar soja, una medida desesperada para un problema sistémico* (2023); *O custo da soja para o Brasil* (2023); *Con la soja al cuello* (2023); *Alimento como trama de vida* (2023).

negando a mudança climática. Não se trata apenas de divulgar a versão de supostos cientistas questionando o aquecimento global, mas também de comprar publicidade em redes sociais para promover ideias como de que não há desmatamento da Amazônia. Tais entidades patronais do agronegócio também municiam a poderosa bancada ruralista, que ganha musculatura eleição após eleição. Durante o governo Bolsonaro, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) tinha metade de todas as cadeiras do Congresso; atualmente, soma 60% de todos os congressistas.

O vínculo do agronegócio com a extrema direita ficou explícito quando parte dos empresários do setor não aceitou a derrota de Bolsonaro em 2022 e passou a financiar a ruptura institucional. Ao investigar a tentativa de golpe de 8 de janeiro, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) identificou que, entre 16 financiadores da balbúrdia, 13 são fazendeiros, em boa parte ligados a grupos de poder do agronegócio. Quatro são líderes nacionais regionais da Aprosoja, entre elas as principais, a Aprosoja Brasil e Aprosoja Mato Grosso, como revelou *De olho nos ruralistas*.

Embora publicamente defendam o livre mercado e o neoliberalismo, na prática, o projeto político financiado pelo agronegócio depende amplamente do Estado para realizar seus lucros. Além de financiamento público e isenção fiscal, o Cone Sul virou o paraíso do agronegócio permitindo o avanço das sementes transgênicas e uso desregulado de agrotóxicos, a imensa maioria deles proibidos nos países de origens das próprias fabricantes. E a ironia é tão grande que Jair Bolsonaro, o presidente brasileiro que mais autorizou pesticidas, usou em seu mandato 158 vezes o cartão corporativo (recursos públicos) para comprar alimentos orgânicos.

Na Argentina, o apoio de entidades ruralistas a Javier Milei nas eleições de novembro de 2023 evidencia essa ligação com a agenda da extrema direita. As propostas do novo presidente são mais que afinadas com a pauta

BRASIL: O SEQUESTRO DA POLÍTICA PELOS RURALISTAS

O poder do agronegócio para além do bolsonarismo.



4 X

É quanto o agronegócio recebe a mais que a agricultura familiar segundo o Plano Safra 2023-2024.



R\$ 18 bilhões

Foi o que o BNDP emprestou ao setor primário em 2021, que emprega 7% da população ocupada. Foi a primeira vez que superou a indústria, que recebeu R\$ 11,2 bilhões e emprega 12%.



300 deputados e **47** senadores

fazem parte da Frente Parlamentar Agropecuária, ou seja, quase 60% dos mandatos do Congresso.



€ 2 milhões

Foi quanto as transnacionais como Bayer, Basf e Syngenta gastaram para apoiar o lobby do Instituto Pensar Agro.



2.030

venenos agrícolas aprovados durante o mandato de Jair Bolsonaro.



R\$ 56,81 bilhões

Foi quanto o agronegócio da soja deixou de recolher apenas em impostos federais ao longo de 2022.

ARGENTINA: O AGRONEGÓCIO DÁ AS CARTAS

Desde 1996, as políticas ameaçam territórios e a soberania alimentar.



8 milhões

de hectares de florestas e matas nativas foram desmatadas.



70 milhões

de toneladas de soja transgênica por ano não alimenta – ao contrário, produz fome.



65

transgênicos autorizados. Quando presidente, Mauricio Macri fez 24 liberações autorizações em 4 anos, recorde histórico.



6 bilhões

de litros de veneno pulverizados em nossos territórios, incluindo 107 herbicidas proibidos em outros países, 36 deles "altamente perigosos".

Leis da agricultura familiar

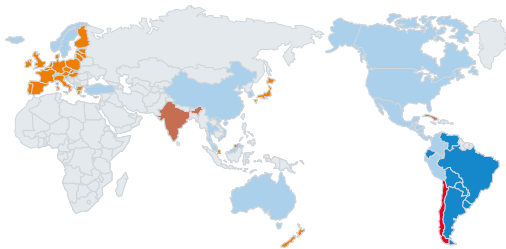
- A Lei 27.118 de Reparação Histórica da Agricultura Familiar para a Construção de uma Nova Ruralidade foi aprovada em 2014, mas acabou regulamentada de forma incompleta oito anos depois, sem orçamento definido.

- A Mesa Agroalimentaria Argentina apresentou cinco projetos em 2022 para evitar o desaparecimento de pequenos e médios produtores na Argentina. Nenhum avançou no Parlamento.

Fontes: *El Agronegocio no tiene grieta*. *Naturaleza de Derechos* (2021). *Alimentación en Argentina: Entre los derechos y los negocios* (2021); *O custo da soja para o Brasil* (2023); *Brasil de Fato* (2023); *Atlas dos agrotóxicos* (2023); Ministério da Agricultura.

CHILE: DEPENDÊNCIA DA IMPORTAÇÃO DE ALIMENTOS

O país do Cone Sul (e do mundo) com mais Tratados de Livre Comércio (TLCs).

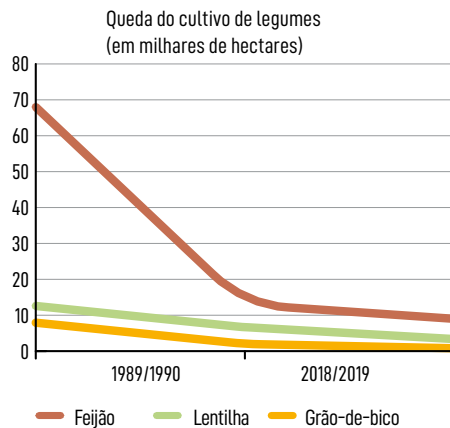


O Chile já assinou
23 acordos
que liberam o comércio
com mais de
65 países

■ TLCs vigentes ■ Associação econômica ■ Complementação econômica ■ Acordo limitado

Consequências

- Enfraquecimento do apoio à agricultura camponesa;
- Regras de produção e comercialização que favorecem grandes transnacionais;
- Mercantilização e privatização da água e da terra;
- Padronização da produção e perda de diversidade nutricional e ambiental.



Fonte: 25 años de tratados de libre comercio e inversión en América Latina: análisis y perspectivas críticas (2020)

PARAGUAI: REPÚBLICA DA SOJA

Impostos baixos (ou nulos) para as grandes corporações exportadoras.

2012: Golpe parlamentar contra Fernando Lugo.
Aprofunda-se um marco regulatório sob medida para os transgênicos, com:

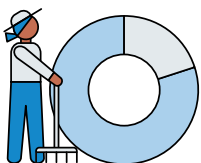
- Liberação de transgênicos em caráter de exceção;
- Eliminação de avaliações de biossegurança e do requisito de licença ambiental;

2013: veto à criação do imposto sobre soja, trigo, milho e girassol. O Estado deixou de receber

↓ US\$ 470 milhões

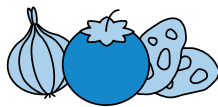
2014: Descartou-se o projeto de lei que propunha a cobrança de até 13% de imposto imobiliário das grandes propriedades rurais.

2021: É promulgada lei que aumenta as penas para pessoas que ocupam terra.



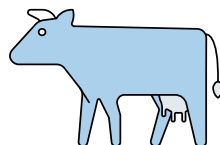
80%

dos produtores rurais carecem de acesso à assistência técnica e a canais de comercialização.



16%

foi a alta anual das importações desde 2016, sobretudo tomate, cebola e batata.



1%

é a porcentagem da produção de carne destinada ao consumo interno, o restante é exportado.

do setor: redução ou eliminação de impostos retidos na fonte para exportações; revogação da lei de terras, que até certo ponto restringe a propriedade estrangeira; redução de direitos trabalhistas; subordinar a construção de vias públicas ao investimento privado do setor rural; financiamento público para exploração de recursos naturais. Talvez uma das mais extravagantes medidas seja a promessa de privatizar o mar para a pesca. Seu governo se anuncia com o aprofundamento da posição do país como exportador de *commodities*, agravando o cenário de crise alimentar.

Mas não é de hoje que a Argentina trilha esse caminho. Desde o final dos anos 1990, o país consolidou um modelo agroalimentar baseado no agronegócio independentemente de quem estava no comando do país desde então. O presidente peronista Alberto Fernandes, por exemplo, lançou mão de um expediente incomum para garantir mais rentabilidade ao setor. Durante seu governo, a inflação disparou e o peso se desvalorizou fortemente em relação ao dólar. Mas se a economia do país enfrentava uma crise generalizada, o agronegócio passou a contar com uma "ajudinha" especial. Para estimular a exportação de soja e de derivados, o governo decidiu pagar um prêmio aos produtores. As empresas podiam vender seus produtos para o exterior por um câmbio mais favorável, protegido, mais rentável do que a cotação oficial. Com o nome de "dólar soja", o programa representou uma transferência direta de recursos públicos para o setor. Os valores empregados nas duas primeiras versões desta medida superam, com folga, o valor de todo o orçamento da agricultura familiar ou do Subsídio Universal para Crianças (AUH) pago a 4,4 milhões de crianças argentinas anualmente.

O Uruguai não foge à realidade da região, com um modelo agroindustrial e florestal concentrado, extrativista e poluente. Pouquíssimas empresas dominam a maior parte do mercado de alimentos e do setor florestal, este último com isenções fiscais significativas. Em

Fonte: BASE-IS.

URUGUAI: UM RETROCESSO PARA A SOBERANIA ALIMENTAR

O governo neoliberal de Luis Lacalle Pou estimula a expansão do agronegócio e reduz apoio à agricultura familiar.

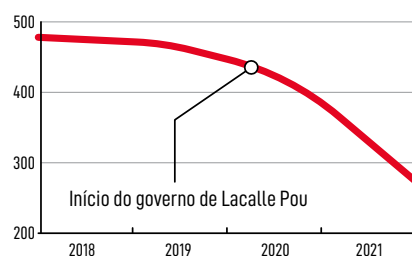
Aprovação em 2020 da Lei de Urgente Consideração (LUC), que **alterou políticas de incentivo à agricultura familiar**, como por exemplo em:



Artigo 356: Desvirtua a política de reforma agrária ao permitir que camponeses contemplados não precisem "trabalhar diretamente na terra" e permite que não seja obrigatório viver na área.

Artigo 357: Libera 50 mil hectares de terras exclusivas da reforma agrária para a livre comercialização.

Redução do orçamento* da agricultura familiar



* em milhões de pesos uruguaios.

Licença para destruir

O monocultivo de eucalipto responde, hoje, por

↓ **23%**

da área plantada do país. Em 2021, Lacalle Pou vetou a reforma da Lei Florestal, sob o argumento que violava o "direito à propriedade", ao colocar limites à expansão do cultivo destinado para a indústria de celulose.

Fonte: Alianza Biodiversidad.

meio à pandemia, tal qual no Brasil, o novo governo neoliberal de Luis Lacalle Pou desmantelou as políticas para a agricultura familiar, com cortes significativos nos órgãos destinados a garantir acesso à terra para camponeses e camponesas. Além disso, com a aprovação da Lei de Urgente Consideração (LUC) logo no início de seu mandato, estimulou a comercialização de terras originalmente destinadas à reforma agrária e fragilizou a atuação do Instituto Nacional de Colonização (INC), órgão público cujas funções incluem a regulamentação de terras e a promoção do desenvolvimento rural.

Esse favorecimento ao agronegócio nas políticas públicas provoca situações contraditórias. Em 2023, houve uma grave crise de abastecimento de água na capital Montevideo. Porém, nenhuma medida foi tomada em relação aos maiores consumidores do recurso hídrico. Estima-se que soja, pecuária, arroz e produção de celulose usem 60 vezes mais água anualmente que o volume disponível para consumo humano.

Porém, com relação ao acesso a recursos hídricos, nenhum país da região tem situação tão agonizante como o Chile. A água, no país, é uma mercadoria, comercializada livremente por empresas, e não um direito cujo acesso é garantido pelo Estado. Evidentemente enquanto a população enfrenta em diversas regiões crises recorrentes de acesso à água, as empresas sobretudo do agronegócio especulam com os recursos hídricos.

Essa política ultraliberal, pouco vista na imensa maioria dos países, está em sintonia com a lógica geral predominante do Estado chileno. Trata-se do país com maior número de tratados de livre comércio assinados em todo o planeta. Desde o final da década de 1990, foram 26 acordos com mais de 50 países. A falta de apoio à produção local e a abertura do mercado para o setor externo foram desastrosas para a agricultura camponesa. Em 2022, a população rejeitou uma nova Constituição, que estabelecia uma série de direitos

sociais e da natureza, além de garantir a soberania alimentar, a função social da terra e uma nova lógica de gestão dos recursos hídricos. Em dezembro de 2023, um novo texto foi rejeitado, dando sobrevida à versão herdada do período da ditadura militar de Augusto Pinochet (1973-1990).

No Paraguai, as políticas públicas e as regulamentações relativas à produção agropecuária aprofundam o modelo agroexportador e o avanço da produção transgênica. Até junho de 2012, era possível registrar algumas tentativas de políticas públicas destinadas a fortalecer a agricultura camponesa e indígena. Após o golpe parlamentar contra Fernando Lugo, teve início uma série de marcos regulatórios favoráveis ao agronegócio, a exemplo da aprovação acelerada de transgênicos. Neste esquema jurídico de apoio às grandes corporações do campo, ampliaram-se a militarização e a criminalização das lutas camponesas, ao mesmo tempo que a pilhagem dos territórios se aprofundou: naquele ano, novas leis permitiram a intervenção das Forças Armadas em conflitos internos e, em 2021, foi promulgada uma lei que aumenta as penas para pessoas envolvidas em ocupações de terras. De agosto de 2020 a julho de 2021, cresceram os despejos forçados e os ataques de civis armados contra comunidades camponesas e indígenas.

O país também tem um modelo tributário regressivo, com a menor e mais desigual carga tributária da América Latina: taxas baixas para grandes corporações e uma enorme carga de impostos indiretos, como o IVA (Imposto sobre Valor Agregado). Em 2012, entrou em vigor o imposto de renda pessoal, e o imposto das empresas caiu de 30% para 10%. Em 2013, veta-se a criação de uma taxa sobre a soja, o trigo, o milho e o girassol. As contribuições fiscais do agronegócio são ínfimas, enquanto o uso – e abuso – dos recursos naturais em sua produção é desproporcional. Uma lógica que de alguma maneira é a regra em toda a região.

O PÃO DE CADA DIA

Thiago de Mello (1926-2022)

Que o pão encontre na boca
o abraço de uma canção
construída no trabalho.
Não a fome fatigada
de um suor que corre em vão.

Que o pão do dia não chegue
sabendo a trave de luta
e a troféu de humilhação.
Que seja a bênção da flor
festivamente colhida
por quem deu ajuda ao chão.

Mais do que flor, seja fruto
que maduro se oferece,
sempre ao alcance da mão.
Da minha e da tua mão.



PARTE 2

ALTERNATIVAS



APOSTAR EM UM SISTEMA ALIMENTAR SUSTENTÁVEL

Anderson Amaro Silva dos Santos*

"Quem inventou a fome são os que comem"

CAROLINA MARIA DE JESUS

A crise instalada no Brasil nos últimos tempos envolve aspectos econômicos, sociais e ambientais. O desenvolvimento social e o equilíbrio ambiental no país tem sido fortemente impactado nesse processo, com o crescimento vertiginoso do desmatamento, queimadas e uso indiscriminado de agrotóxicos, prejudicando não só a saúde, mas a qualidade de vida da população.

Essa situação é cada vez mais evidente para o campesinato brasileiro. Suas comunidades são destruídas pelo avassalador avanço do agronegócio e suas monoculturas, acarretando conflitos agrários, violência no campo e o êxodo rural (principalmente da juventude). Trata-se de uma das consequências mais cruéis dessa realidade, que compromete e ameaça a produção de alimentos. Vemos também o agravamento do problema urbano. Camponeses, empurrados para as grandes cidades, passaram a inchar a periferia das grandes metrópoles (favelas), aumentando os problemas sociais do país, causando um crescimento desordenado, desemprego em massa, miséria e fome.

Romper com o modelo do agronegócio, um dos responsáveis pela situação que vivemos, exige necessariamente unificar as forças sociais, camponesas e urbanas a fim de seguir na luta pela defesa dos territórios, pela construção da soberania alimentar, pela qualidade de vida e por um país justo e democrático.

Um dos elementos chave para se considerar nesse cenário é a questão ambiental. O Brasil tem liderado o ranking mundial de devastação florestal e vivencia uma crise com vários desafios que, se não resolvidos, vão ampliar suas repercussões sociais e econômicas. Nilo Luiz Saccaro Junior (2016) elenca alguns deles, como a incapacidade de gerir resíduos, o que causa a poluição do solo e da água e prejudica a agricultura, além de aumentar os gastos com tratamento de água e saúde. Já o desmatamento é fator determinante da crise energética, provocando desequilíbrio hídrico.

Para se contrapor à destruição dos bens naturais no país, é necessário delinear caminhos para a ocupação dos territórios rurais que sejam capazes de permitir a produção de

alimentos, juntamente com a preservação do meio ambiente gerando Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e minimizando, assim, a questão da fome.

Tais problemas foram agravados durante a pandemia, quando além de lidar com a desinformação se fez necessário lutar de forma sistemática em defesa da democracia. Nesse período a sociedade amadureceu a compreensão de que o alimento representa, por sua força material e simbólica, um importante elo entre as organizações do campo e da cidade. Trata-se de um vetor de convergência e acúmulo de forças para a promoção de transformações estruturais, nas quais se concretizaram com muitas experiências exitosas de parceria entre camponeses (produtores) e trabalhadores muitas vezes desempregados (consumidores), com doação ou venda de comida para quem precisava vender e comer.

Pacto de poder

Porém, esse caminho para mudar nossa realidade enfrenta um poderoso adversário. Hoje, o sistema alimentar tradicional possui elevados gastos energéticos, como a poluição das águas, dos solos, desmatamento, além de proporcionar alimentos não saudáveis. Compreendido como a forma de produção, distribuição, comercialização e consumo de alimentos, esse sistema alimentar é hegemônico hoje pelos interesses do agronegócio no Cone Sul. Trata-se de uma sequência de atividades que envolve a alimentação desde sua plantação até o seu consumo.

Nosso sistema alimentar tem como base a produção de monoculturas agrícolas, cultivadas quimicamente, a partir de uma associação do grande capital agroindustrial em consonância com a grande propriedade fundiária. Como define frei Sérgio Görgen (2016), o agronegócio pode ser entendido como um "pacto de poder" e está estruturado principalmente no capital financeiro.

Essa hegemonia do agronegócio se criou pelas mãos do Estado, do mercado e das instituições representativas da agricultura capitalista, sendo importantes instrumentos

as universidades públicas, as escolas técnicas federais, o parlamento, as empresas estatais, os órgãos de assistência técnica e extensão rural. Tais ferramentas, entre outras, conseguiram “ganhar” para a hegemonia do agronegócio inclusive organizações representativas da pequena agricultura, e marcando os limites de atuação da “contra-hegemonia”, de modo que estamos sempre atuando em reação a uma ação do agronegócio.

Para que seja possível romper ou minimizar os efeitos nocivos desse modelo, é preciso apostar em um sistema alimentar sustentável. Como aponta André Luiz Santos Costa (2021), esse sistema alternativo se caracteriza por ser um modelo de produção, de processamento e distribuição dos alimentos que não apresenta desperdício de recursos naturais, como também prejuízos ambientais em seu processo. Além disso, produz alimentos saudáveis para a população.

O modo de produção camponês tem sido protegido, incentivado e valorizado em diversos países mundo afora, seja em experiências socialistas como em Cuba, onde o campesinato

tem sido a base da produção de alimentos, seja em países onde é dominante o modo de produção capitalista, como França e Alemanha. Em comum, está a produção de alimentos, a dinamização da economia local, a produção de baixo impacto, a produção de alimentos com valor de uso.

Na história do Brasil e dos países do Cone Sul, tradicionalmente a agricultura camponesa sempre foi bloqueada, reprimida e perseguida, ao passo que a agricultura colonial e capitalista sempre foi incentivada, protegida, financiada. Há, portanto, uma história de produção da desigualdade social, seja pelas “livres forças do mercado”, seja pela ação ou não ação do Estado, sempre em favor da grande produção.

Apesar da situação sobre o campesinato até aqui desfavorável, a inflação dos alimentos, a demanda por alimentos saudáveis, a necessidade de uma agricultura de baixo impacto ambiental, a crise estrutural das cidades e a emergência climática, entre outros aspectos, colocaram a agricultura camponesa não como um resíduo do passado em extinção, mas como a protagonista da agricultura necessária para a



humanidade, ou seja, agricultura camponesa como agricultura do presente e do futuro.

Isso porque o sistema alimentar camponês sustentável oferece à população segurança alimentar e nutricional, pois está embasado na agroecologia. Essa matriz tecnológica apresenta uma oportunidade para agricultura camponesa em suas variadas formas de existência, além de promover benefícios econômicos sociais e ambientais.

O momento histórico coloca como necessário um amplo debate no conjunto da sociedade sobre a questão camponesa disputando mentes e corações do campo e da cidade. Tal processo exige uma organização capaz de fazer a disputa ideológica, que enfrente o agronegócio pela afirmação da agricultura camponesa. Para isso, é necessário superar a pobreza no campo, a fragmentação da organização camponesa, o isolamento das lutas camponesas no conjunto da luta da classe trabalhadora, entre outras questões.

Podemos afirmar que sistemas alimentares sustentáveis são um projeto de campo e de sociedade, nos quais as pessoas e a natureza são o centro. Por isso, o desafio é para os países do Cone Sul a organização de uma produção diversificada de alimentos saudáveis, visando a alimentação de toda a população com alimentos de qualidade, sustentabilidade dos meios e sistemas produtivos para as atuais e futuras gerações e a distribuição justa e equitativa para o conjunto da população.

E a forma mais eficaz para a construção da autonomia e soberania das famílias, das comunidades e territórios é o trabalho sistemático nos territórios de base agroecológica, avançando em uma base tecnológica popular adaptada a sua realidade, materializando dessa forma o poder popular.

Em síntese, o sistema camponês de produção é um arcabouço composto de várias vertentes. Se quisermos romper com o modelo do agronegócio, é preciso superar vários desafios, a saber: 1) *Fortalecer a aliança camponesa (campo) e operária (cidade)* – por meio do alimento, que representa através de sua força material e simbólica um importante elo entre as organizações do campo e cidade de forma interseccional como vetor de convergência e acúmulo de forças para a promoção de transformações estruturais; 2) *Fortalecer a agroecologia* como o modelo de produção necessário e urgente para o campo, onde o modo de vida e reprodução do campesinato encontram solo fértil na cultura, na arte e nas tradições camponesas, como caminho para a produção de alimentos saudáveis, e livres de agrotóxicos, garantindo a permanência no campo com o acesso às tecnologias, saúde, educação, moradia, transporte, cultura, esporte e

lazer; 3) *Acabar com a fome e a pobreza* – atualmente são mais de 33 milhões de pessoas em situação de fome. As populações famintas se encontram nas cidades, principalmente nas periferias urbanas, e no campo brasileiro. No campo, agravada pela histórica limitação do acesso à terra, aos bens comuns da natureza, como água e sementes, e pela ação estruturada da indústria alimentar e do agronegócio; 4) *Assegurar a preservação do meio ambiente e os biomas*, de suas belezas, de seus significados e importância para a vida do planeta; 5) *É preciso acabar com os conflitos agrários* – os defensores de direitos humanos tomaram pelas mãos do capital, com a omissão, a conivência, e por vezes pelo aparato militar do Estado, sobretudo no Norte e no Nordeste. Os camponeses, povos das águas, das florestas, indígenas e quilombolas seguem resistindo e enfrentando os impasses da luta pela terra, pois sabemos que a única forma de emancipação é o exercício da soberania sobre nossas riquezas e territórios; 6) *A reconstrução das comunidades camponesas* – onde as mesmas possam cumprir seu papel para o abastecimento nacional, pois pensar em abastecimento é pensar em produção e consumo. 7) *Garantir uma reforma agrária ampla e massiva* – dando função social à terra que é a produção de alimentos saudáveis para alimentar o povo; 8) *Assegurar a implementação de políticas públicas e subsídios* para famílias camponesas, pois é o melhor investimento do Estado e da sociedade para o bem comum de todos (segurança, habitação, saneamento, estrutura urbana, saúde etc.) É muito mais barato garantir condições e meios de manutenção das famílias no campo que resolver os problemas acumulados pelo êxodo rural nas periferias urbanas.

Partindo desse entendimento, podemos afirmar que o sistema camponês de produção é capaz de romper com o modelo do agronegócio, rumo à construção da soberania alimentar, qualidade de vida e um Brasil democrático e justo.

* *Anderson Amaro Silva dos Santos é camponês Camponês, dirigente do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), membro da Via Campesina e CLOC, bacharel em Serviço Social e graduando em História pela Universidade Estado da Bahia (UESB).*



A DEFESA DO TERRITÓRIO

Se a fome não é resultado de um processo natural, mas sim de um sistema alimentar, mudar essa realidade significa construir outro modelo para o campo e de sua relação com as cidades. Um ponto de partida é garantir que a agricultura familiar, camponesa e indígena tenha amplo acesso aos bens comuns, principalmente o acesso à terra, à água e às sementes. Sem isso, não há soberania alimentar possível.

Este capítulo trata do direito dos povos a fazer uso dos recursos naturais para garantir vida digna, e não por acaso se inicia destacando a importância da reforma agrária. A história do Cone Sul também é a história da luta pela terra, e as experiências de democratização de seu acesso são referências para sociedades mais justas social e ambientalmente.

Uma das experiências recentes mais destacadas de produção a partir da reforma agrária é o caso do arroz orgânico produzido nos assentamentos vinculados ao Movimento Sem Terra (MST). Hoje, 260 famílias, a maioria próxima da capital Porto Alegre, estão envolvidas em um processo produtivo que garante alimentos saudáveis e respeito ao meio ambiente. São assentados de lutas realizadas no estado do Rio Grande do Sul desde 1990, quando conquistaram o direito à terra para plantar. Ainda nos anos 2000 começaram a produzir arroz orgânico, mesmo em um contexto desfavorável, sem apoio do governo ou acesso a crédito. Aos poucos, desenvolveram um processo organizado em cooperativas que hoje distribui alimentos para escolas, feiras e supermercados em todo o país. Trata-se da maior produção de arroz orgânico da América Latina.

Essa é uma das experiências mais bem-sucedidas entre as mais de 160 cooperativas, 120 agroindústrias e 1.900 associações vinculadas ao MST, que também produzem café, frutas, hortaliças, leite, uva, castanhas, entre outras dezenas de produtos. Essa perspectiva de trabalho cooperativo é desdobramento de um processo que se inicia ainda na ocupação de terra, com a formação de Núcleos de Base (NBs) para a produção no território. A resistência debaixo da lona preta se faz sobretudo a partir do entendimento de que é com saídas coletivas que se encontram as respostas para as necessidades imediatas.

Esse é um primeiro nível de cooperação no interior do MST; um segundo, quando há conquista do assentamento, é um sistema mais complexo que necessita de mais investimentos e organização, e se desenvolve geralmente em um empreendimento econômico coletivo, como uma cooperativa

ou uma associação. E tal salto de qualidade se dá em um processo que articula luta pela terra, formação política e técnica, além da reivindicação de políticas públicas.

As cooperativas e associações do MST são, na prática, um exemplo da viabilidade da reforma agrária popular, a principal bandeira do movimento para transformar o campo brasileiro e que organiza 450 mil famílias assentadas. Em resumo, a proposta atualiza o programa tradicional de reforma agrária, cujo lema é "terra para quem nela trabalha". O desafio hoje é se opor ao modelo do agronegócio produzindo alimentos saudáveis e, nessa disputa, a agroecologia é fundamental. O programa de reforma agrária popular defende o acesso à terra por meio do assentamento de famílias sem terra preferencialmente próximas às grandes cidades, garantindo o reconhecimento dos territórios aos povos indígenas e comunidades quilombolas. Seria um primeiro passo fundamental para as mais de 110 mil famílias que vivem em acampamentos hoje no Brasil. E há terra disponível. Grandes proprietários que devem impostos ao Estado totalizam 200 bilhões de reais. Se o governo recebesse apenas essa terra em troca das dívidas, seriam arrecadados 6 milhões de hectares, onde cerca de 200 mil famílias poderiam viver e trabalhar com uma nova matriz tecnológica baseada na agroecologia, com respeito à biodiversidade e compromisso com a produção de alimentos saudáveis.

Embora muitos países ao redor do planeta tenham realizado reformas agrárias no contexto do desenvolvimento do regime capitalista, como os próprios Estados Unidos, no Cone Sul a divisão de terras é um tema espinhoso. O único país que teve seu processo de reforma agrária foi o Chile, durante o governo de Eduardo Frei Montalva (1964-1970), quando a lei 16.640 estabeleceu o limite de posse de terras em 80 hectares de irrigação básica. A partir deste tamanho, a propriedade seria considerada latifúndio e poderia ser passível de expropriação pelo Estado. Poucos anos depois, Salvador Allende (1970-1973) colocou em prática a reforma agrária mais profunda sem uma revolução que a impulsionasse e conseguiu distribuir cerca de 40% da terra cultivada.

A realidade mudou muito com o golpe militar de Augusto Pinochet (1971-1990), quando houve um acelerado processo de concentração de terras nas mãos de latifundiários. Cerca de 5 mil camponeses e camponesas foram expulsos das áreas conquistadas com a reforma agrária. O latifúndio cresceu e consolidou um cenário de concentração de terras.

Com a redemocratização, essa trajetória se aprofundou enquanto o Chile se tornava o país com mais acordos de livre comércio do planeta.

As organizações camponesas retomaram com vigor o debate da reforma agrária nos últimos anos sobretudo na Convenção Constituinte (2021-2022), quando propuseram inovações que seria dever do Estado garantir a função social e a função ecológica da terra. Porém, a derrota no plebiscito deixou essa agenda, ao menos por enquanto, distante do horizonte do poder público.

Mas não se trata apenas de garantir na lei o direito à terra. É preciso colocá-lo em prática. O Paraguai é um caso emblemático porque três artigos da Constituição de 1992 abordam a reforma agrária e leis relacionadas, como o Estatuto Agrário e a criação do Instituto de Desenvolvimento Rural e da Terra, também estão vigentes. Nunca houve, no entanto, vontade política de implementar a reforma agrária, e para isso muito contribuiu a hegemonia do setor agroempresarial.

Um aspecto muito particular do Paraguai são as *tierras mal-habidas*, termo utilizado para se referir a milhões de hectares grilados por empresários, políticos e militares durante a ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989). As organizações camponesas e de direitos humanos defendem há anos uma Lei Especial de Recuperação de Tierras Mal-Habidas para que a Justiça investigue a origem dessas grandes propriedades denunciadas. Isso possibilitaria a recuperação de pelo menos 10 milhões de hectares que poderiam ser destinados à reforma agrária.

Embora o Estado siga se omitindo, os movimentos camponeses continuam pressionando pela reforma agrária, muitas vezes em um processo longo, com muitas idas e vindas. Um exemplo é a luta da comunidade San Juan de Puente Kyha, localizada no distrito de Francisco Caballero Álvarez, conhecido como Puente Kyha, no departamento de Canindeyú (a cerca de 500 quilômetros de Assunção e a 30 quilômetros da fronteira

O ARROZ ORGÂNICO DO MST

Uma experiência exemplar da viabilidade da reforma agrária e a produção sem venenos.

Mudança na forma de produção começou em 1999, com a produção do arroz "Terra Livre", em resposta à crise econômica e aos malefícios provocados pelo uso abusivo de agrotóxicos. Desde então, assentamentos vinculados ao MST do Rio Grande do Sul começam a produção sem venenos propondo um **modelo alternativo** para o campo e em defesa da soberania alimentar.



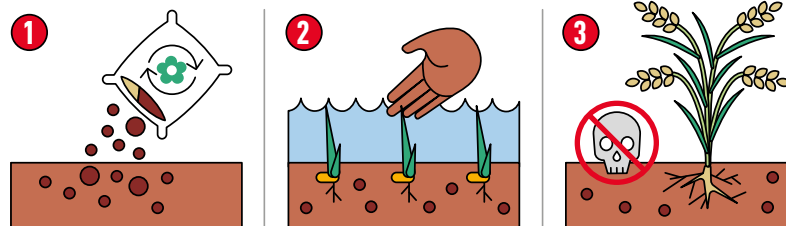
260 famílias

produzem em um sistema de cooperação e intercâmbio de experiências em

14 assentamentos

Da reforma agrária em 11 cidades da região metropolitana de Porto Alegre

Técnicas de produção livre de agrotóxicos



1. O solo é tratado com matéria orgânica, como esterco animal e palha de arroz, calcário, pó de rocha e fosfato natural; há uso de Biofertilizantes e repelentes naturais. 2. A semente é plantada em um solo previamente inundado utilizando sementes pré-germinadas, permitindo um controle mais eficiente de ervas daninhas. 3. Meses depois, obtém-se um arroz livre de agrotóxicos pronto para ser colhido.

Arroz saudável para o povo

2.736 hectares

da maior produção orgânica da América latina

15 mil toneladas

destinadas também para programas sociais como o **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)** ou o **Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)**.

Comércio solidário em

40 feiras

Ecológicas do entorno de Porto Alegre

36 Armazéns do Campo

Fazem parte da rede de produtos da reforma agrária, localizados em 13 estados.

Exportação e comércio justo



O arroz orgânico é vendido para outros países, como Estados Unidos, Portugal, Holanda, Alemanha, Espanha e Venezuela.

Feiras da reforma agrária

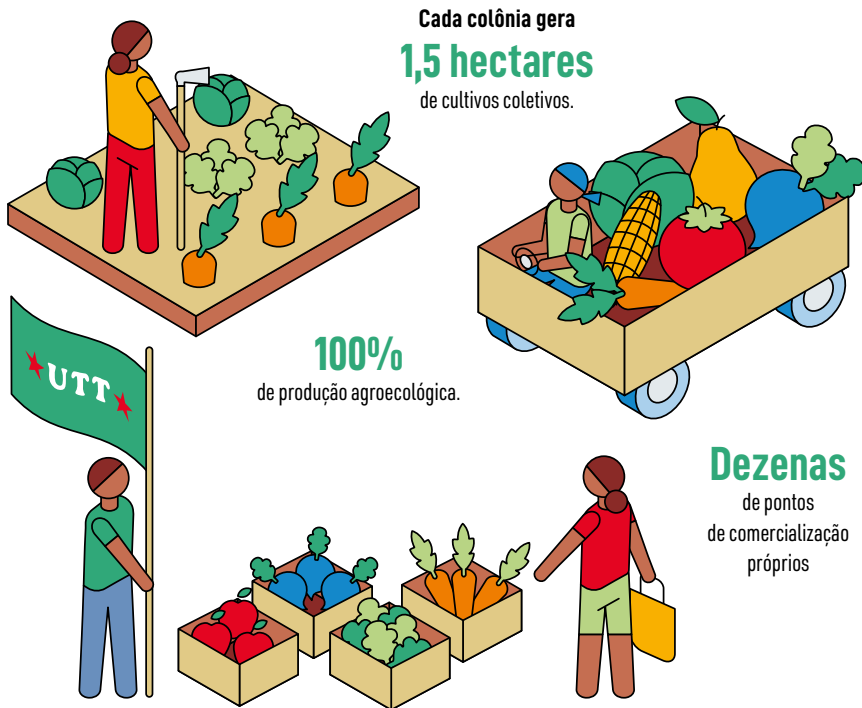


Organizadas nos estados, nas microrregiões e também nacionalmente, as feiras apresentam a produção camponesa dos assentamentos além de mobilizar a sociedade com uma programação político-cultural em defesa da soberania alimentar.

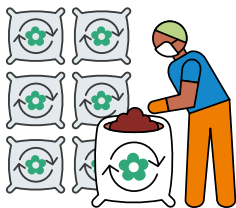
Fonte: MST.

COLÔNIAS AGROECOLÓGICAS DE ABASTECIMENTO URBANO DA UTT NA ARGENTINA

Terras de uso comunitário e circuitos de proximidade para uma distribuição mais eficiente e econômica.

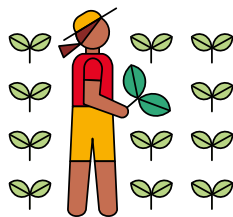


A partir das **Colônias Agrícolas** e dos processos de transição agroecológica, a UTT desenvolve infraestruturas coletivas que permitem autogerir seus próprios circuitos de comercialização.



Biofábricas

para produção de insumos.



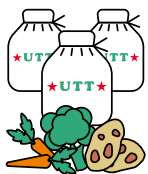
Viveiros

comunitários barateando custos.



Rede nacional

de comercialização para distribuir alimentos.



350

centros para a distribuição de cestas agroecológicas em Buenos Aires e região.



14 Locais

integrados à Rede de Armazéns Soberanos, além de açougues agroecológicos e mercados.

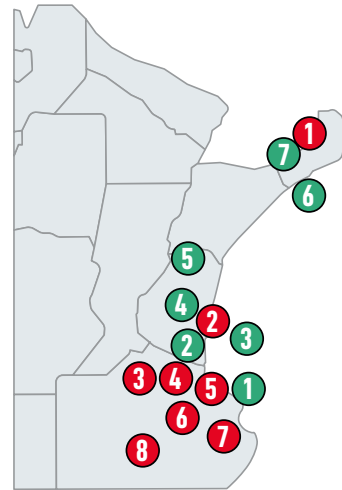


86 cooperativas

em todo o país, produzindo cerca de 250 produtos entre secos e lácteos.

Um projeto em expansão

Depois de um processo de mobilização e pressão do Estado, a UTT conseguiu conquistar espaços onde foram criadas colônias na Província de Buenos Aires e no interior do país.



● Colônias ● Corredor mesopotâmico

1. Colonia Agroecológica de los Productores Independientes de Puerto Piray, Misiones
2. Colonia Agroecológica de Gualeguaychú Las Piedras, Entre Ríos
3. Colonia Agroecológica de Mercedes, Buenos Aires
4. Colonia Agroecológica 20 de abril-Dario Santillán de Jáuregui, Luján, Buenos Aires
5. Colonia Agroecológica 28 de noviembre de San Vicente, Buenos Aires
6. Colonia Agroecológica Integral de Abastecimiento de Máximo Paz, Buenos Aires
7. Colonia Agroecológica Integral de Abastecimiento Urbano de Castelli, Buenos Aires
8. Colonia Agroecológica Integral de Abastecimiento Urbano de Tapalqué, Buenos Aires

Corredor mesopotâmico

Estabelece uma logística estratégica que articule necessidades das províncias em função de reduzir o preço da comida, produzir alimentos saudáveis, potencializar a produção das cooperativas e da agricultura familiar.

1. **Buenos Aires:** Mercados Agroecológicos e Cooperativas
2. **Gualeguaychú:** Venda à prefeitura. Colônia Agrícola Carlos Arenas
3. **Concepción del Uruguay:** Armazém da UTT
4. **Concordia:** Comunidade de vida Juan XXIII
5. **San José Feliciano:** Venda à prefeitura
6. **Oberá:** Ervas da Selva Titrayjú. Cooperativas de ervas Grapia milenaria e Tamandúá.
7. **Eldorado:** Produtores Independentes de Piray

com o Brasil). Trata-se de uma luta emblemática do campesinato paraguaio. Foram mais de vinte anos de resistência, que envolveram a ocupação da terra, violentos despejos e repressões promovidas por empresários de soja e – após muita organização – a retomada da terra. Sua condição de território fronteiriço, com forte incidência do empresariado do agronegócio brasileiro, o transforma em um enclave de soja, com uma dominação cultural observada na língua e nos meios de comunicação.

Ainda em 1993, cerca de 800 famílias ligadas à Associação Regional Camponesa de Canindeyú, que fazia parte da Federação Nacional Camponesa (FNC), ocuparam uma área de 20 mil hectares que seria passível de desapropriação de acordo com a Lei de Reforma Agrária. Logo deram entrada nos trâmites junto ao Instituto de Bem-Estar Rural (IBR) e, em 1995, conseguiram que o governo reconhecesse a possibilidade de desapropriá-la. Poucas semanas depois, sofreram repressão e despejo violento. Após um tortuoso processo de negociação e muita pressão pública, esse território foi expropriado pelo governo que, depois, o vendeu aos camponeses.

O Estado, porém, não apoiou a manutenção daquelas famílias na terra, sem fornecer serviços básicos ou políticas de crédito acessível. Empresários do agronegócio começaram a pressionar os camponeses que, em muitos casos, tiveram de alugar suas terras para o cultivo de soja. A reviravolta se deu em 2009, quando os camponeses remanescentes no território, juntamente com a FNC, iniciaram a retomada da colônia. O processo incluiu novas repressões, detenções e omissão do Poder Judiciário. Mesmo assim, as famílias camponesas organizadas tiveram sucesso em recuperar seu território.

Com o avanço dos megaprojetos extrativos sobre os territórios, ocorre uma ampliação profunda nas lutas e defesas do território: a terra transcende aspectos meramente produtivos e incorpora a dimensão cultural. Indígenas e camponeses começam, assim, a declarar seu direito à terra e também ao território. Trata-se da defesa dos modos de habitar, da forma de vida dos povos indígenas e das comunidades camponesas; a terra é o espaço que sustenta a vida, juntamente com a água e as sementes, e também é a condição de possibilidade de um projeto de vida digno.

No Brasil, grupos territoriais diversos, reconhecidos pela legislação como Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), também estão fortalecendo a luta em defesa de seus territórios. Isso levou ao surgimento, em 2011, da primeira articulação política regional desses grupos no estado do

Maranhão, a Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais. Um ano depois, sem conhecimento prévio, surge na Bahia proposta similar, tendo como horizonte político a defesa dos territórios, da soberania alimentar e da autodeterminação.

O primeiro encontro das duas Teias aconteceu em 2017, durante a V Jornada de Agroecologia na Bahia, com a ida de uma caravana da Teia do Maranhão aos territórios da Teia da Bahia. Em 2022, a partir do surgimento de outras iniciativas espelhadas nas duas experiências, um encontro ampliado das Teias dos Povos buscou desenhar bases políticas comuns. As Teias identificam a luta por terra e território e a construção da soberania alimentar como diversa e fundamental. Este processo é pautado pela ancestralidade, como fundamento que permite entender as origens, os caminhos e o destino dos povos, bem como firmar os acordos em busca da aliança fincada em princípios inegociáveis: a defesa da natureza, da comunidade, das sementes, da espiritualidade, e do direito de ser e de existir.

Ao longo da história da Argentina, há diversos exemplos de lutas e triunfos para garantir o direito à terra. Em Misiones, no nordeste da Argentina, em 2004, foi promulgada a Lei Provincial n.4093, “Plano de Fixação e Colonização”. Essa lei ordena a expropriação de um conjunto de propriedades no nordeste da província (departamentos de Guaraní, San Pedro e General Belgrano). Esta lei resulta de uma mobilização de pequenos produtores familiares e trabalhadores rurais que enfrentam as empresas florestais pelo acesso aos recursos naturais (terra, água e floresta). Um total de 41 mil hectares foram expropriados como resultado da luta das organizações que trabalharam coletivamente pela problemática social da terra. Dezoito anos depois, ainda falta que o Estado provincial conclua as expropriações e entregue as medições a cada produtor.

Nos últimos anos, a irrupção de um novo sujeito social agrário é tão surpreendente quanto inovadora. Embora as organizações que os agrupam – como a União de Trabalhadores da Terra (UTT) e o Movimento de Trabalhadores Excluídos-Rama Rural (MTE Rural) – tenham nascido e se desenvolvido territorialmente a partir de 2010, sua irrupção massiva durante o governo de Mauricio Macri é de particular significado popular. É uma novidade como essas organizações reposicionaram na agenda política a luta pelo acesso à terra na Argentina, a partir da proposta e implementação das Colônias Agroecológicas de Abastecimento Urbano da UTT e do programa de Terra, Teto y Trabajo impulsado por Patria Grande, uma frente política de diversos movimentos sociais rurais e urbanos tendo a reforma agrária como um de seus pontos centrais.

A TECNOLOGIA SOCIAL DAS CISTERNAS NO SEMIÁRIDO

Iniciativa da sociedade civil que virou política pública federal e mudou a realidade de milhões.

A partir de organizações sociais, sindicatos rurais, movimentos populares, setores da igreja, nasce uma articulação que alterou o paradigma das políticas no Semiárido e se opôs à "indústria da seca". Em vez das grandes obras, com forte impacto ambiental e marcadas por histórias de corrupção, a aposta é pela articulação da comunidade em torno de um projeto participativo, de baixo custo e de apoio à produção local. A iniciativa foi reconhecida pela ONU como uma das seis mais importantes no combate à desertificação.

5 milhões

de pessoas contempladas (68% mulheres) em 1.157 cidades.

1,1 milhão

de unidades familiares.

200 mil

unidades destinadas ao cultivo de alimentos e cuidado com animais.

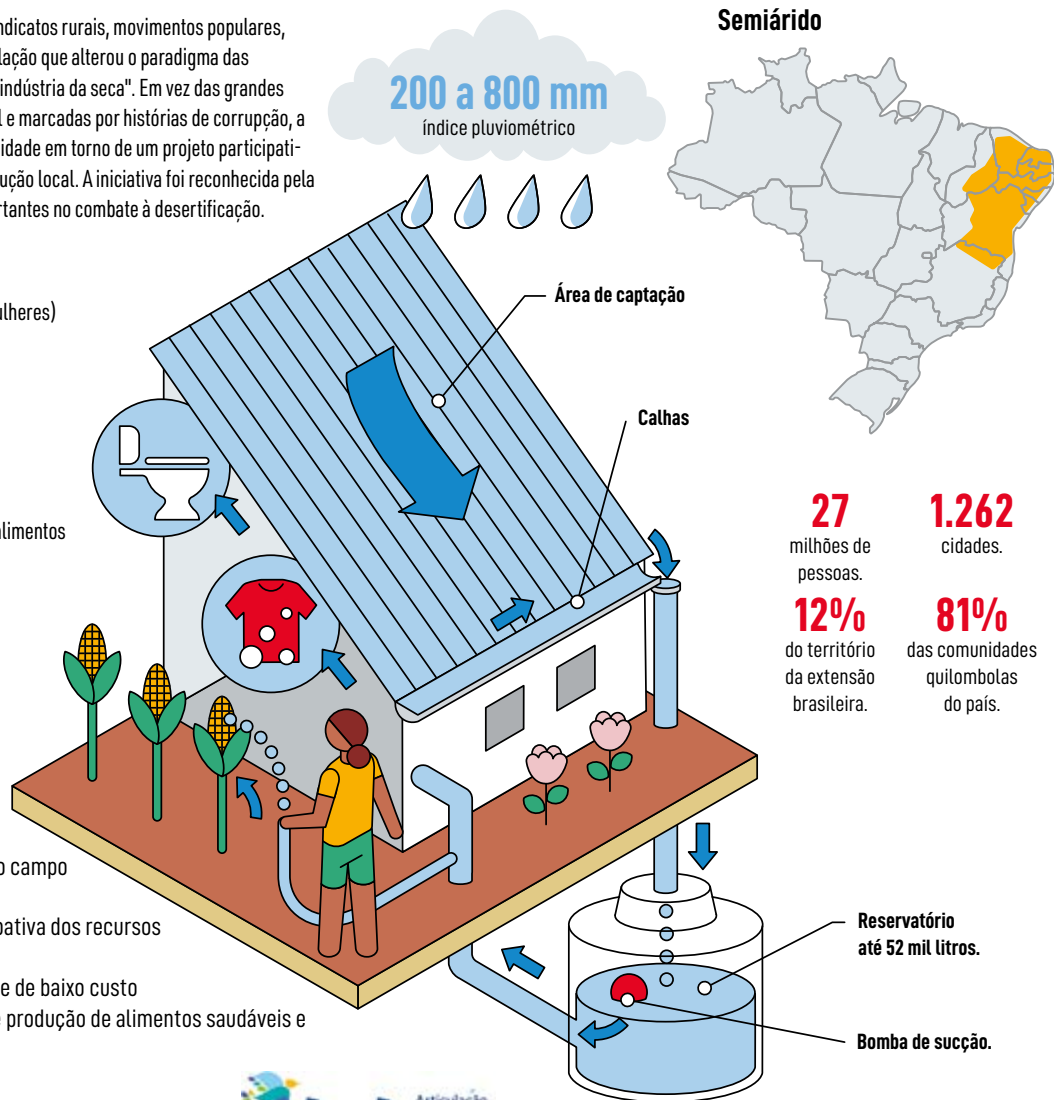
6.471

unidades construídas nas escolas.

Benefícios da democratização do acesso à água

- Manutenção da população no campo
- Autonomia camponesa
- Construção e gestão participativa dos recursos hídricos
- Tecnologias sociais simples e de baixo custo
- Articulação com políticas de produção de alimentos saudáveis e compras públicas

Fonte: ASA (Articulação no Semiárido Brasileiro).



Semiárido



27
milhões de
pessoas.

1.262
cidades.

12%
do território
da extensão
brasileira.

81%
das comunidades
quilombolas
do país.

As Colônias são um projeto para acessar terras fiscais e instalar colônias onde famílias produtoras, até então arrendatárias no cinturão hortícola de La Plata, possam se realocar para viver e produzir. Após vários anos de protestos sociais, mobilizações e diversas negociações com diferentes órgãos do Estado, a organização já conquistou diferentes espaços onde criaram várias Colônias, dentro da província de Buenos Aires e também em localidades do interior do país.

Lutas pela água

Na defesa da soberania alimentar, não basta apenas ter acesso à terra. A escassez de recursos hídricos, muitas vezes

com anuência dos governos, tem uma relação direta com a expulsão da população do campo. O caso do Chile é um caso extremo. A ditadura comandada por Augusto Pinochet (1973-1990) aliou uso da violência pelo Estado com políticas neoliberais para transformar o campo chileno, priorizando a produção de *commodities*. Uma das primeiras medidas tomadas pela ditadura militar foi separar a propriedade da terra do acesso à água. Não foram poucos os casos em que famílias camponesas venderam seus "direitos à água" e já não podiam produzir. O passo seguinte foi abandonar a terra.

No Uruguai, existe uma longa tradição na luta pela água. No plebiscito de 31 de outubro de 2004, 64% dos uruguaios votaram a favor da reforma constitucional que conferiu ao

Estado a responsabilidade exclusiva pela gestão da água. O artigo 47 da Constituição Nacional especifica: "A água é um recurso natural essencial para a vida. O acesso à água potável e ao saneamento constituem direitos humanos fundamentais". Em 2017, se aprova a Lei de Irrigação para Destino Agrário, que possibilita a criação de reservatórios e represas, com a participação do capital financeiro, contrapondo-se ao Estado como gestor da água. Houve forte mobilização nos anos seguintes contra essa legislação, mas não foram alcançadas assinaturas o suficiente para submeter essa nova lei a um referendo.

No Brasil, uma das referências na luta no campo por acesso à água é a Rede de Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), que desenvolve o "Programa um milhão de cisternas rurais (P1MC)". É a maior iniciativa do gênero da América Latina em relação ao acesso à água, com a participação comunitária das famílias. Iniciado no início dos anos 2000 no Semiárido, consiste na construção de cisternas com placas de cimento pré-moldadas capazes de armazenar até 16 mil litros de água da chuva. Elas são instaladas a poucos metros das residências e seu funcionamento prevê a captação de água da chuva usando o telhado da casa, que drena a água por meio de calhas. É uma tecnologia simples, adaptada à região e fácil de replicar.

Mas o programa não prevê apenas acesso à água; a questão central é a descentralização e democratização deste recurso. Antes do P1MC, as "soluções" para as famílias rurais sem água passavam por políticas executadas de cima para baixo, sem participação da comunidade local – algo fundamental no P1MC – e com grandes obras de represas, frequentemente construídas em terrenos privados. Com as cisternas, a ideia é desenvolver um trabalho de forma comunitária para a gestão da sua própria água.

Tão importante quanto a água é a forma de construir as cisternas, que prioriza a capacitação e o envolvimento das famílias e da comunidade, sob o paradigma de que a água é

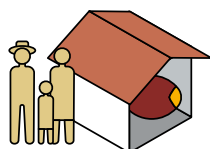
CASAS DE SEMENTES

Espaços de trabalho organizado e de resgate, multiplicação, melhoramento e conservação das variedades de sementes existentes nas comunidades e nas regiões. Ferramentas indispensáveis para a soberania alimentar, nasceram a partir da necessidade de camponesas e camponeses



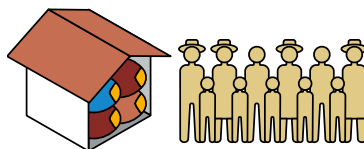
Escalas das casas de semente

Familiares



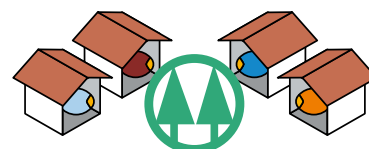
- Unidade de produção camponesa composta por guardiões/as de sementes crioulas que armazenam sementes para seu próprio uso ou para troca em feiras regionais.

Comunitárias



- Modelo de gestão coletiva, dispõem de estrutura específica para guarda das variedades crioulas.
- Distribuição a famílias camponesas na hora do plantio ou para trocar entre grupos da comunidade e da região.

Territoriais



- Redes formadas pelos guardiões e guardiãs e por casas comunitárias de sementes crioulas com maior alcance, abarcando várias comunidades e municípios.
- Possuem mais estrutura física, com equipamentos de secagem, limpeza, melhoramento e espaços para conservar maiores quantidades. Modelo de gestão coletiva geralmente em forma de cooperativa.
- Vendem para outras organizações camponesas e para programas públicos de compra e distribuição de sementes.
- Almejam alcançar processos de autonomia em relação à produção e disponibilidade de sementes, imprescindível na construção da soberania alimentar.

Fonte: La Revolución de una semilla. Fundación Rosa Luxemburgo (2021).

um direito e a cisterna uma conquista familiar. A participação social e comunitária está prevista em todas as etapas da execução do programa. Antes da construção, são realizados espaços de formação que abordam a gestão dos recursos hídricos, o cuidado da cisterna, as particularidades da região em que habitam. Tudo com uma metodologia participativa e reflexiva. Em 2014, mais de um milhão de cisternas já haviam sido construídas. Tudo isso sofreu um forte retrocesso após o golpe parlamentar contra Dilma Rousseff, porém a expectativa é que agora, com o governo Lula, esse processo seja fortalecido novamente.

A experiência brasileira rendeu frutos também na Argentina, onde mais de 450 mil famílias que vivem em áreas rurais isoladas não têm acesso ao direito básico à água. Como detalha Eduardo Belelli, do Movimento Nacional Campesino Indígena (MNCI), em seu relatório *Água en el sur del mundo*. Apesar de possuir um território de dimensões significativas, 94% da população vive em cidades concentradas, sendo 70% em apenas quatro províncias. Ao mesmo tempo, 75% do território está em situação de semiaridez ou aridez. Somente em 2015 o Ministério da Agricultura implementou uma política específica de assistência para o acesso à água com a participação das organizações camponesas. As trocas entre movimentos camponeses, especialmente quando famílias da Argentina viajaram para o Nordeste do Brasil e conheceram o "Programa um milhão de cisternas", tiveram papel central nesse processo. Foram criados espaços de capacitação com camponeses de três províncias (Córdoba, Mendoza e Santiago del Estero). Em 2015, construíram a primeira cisterna comunitária, de 52 mil litros, em território camponês em San Roque (Cruz del Eje, Córdoba). E foram formadas onze equipes em cinco províncias.

As cisternas de placas permitem armazenar até 16 mil litros para enfrentar a seca em áreas rurais e periurbanas, são econômicas e de autoconstrução. A partir do impulso das organizações, o programa ProHuerta (do Ministério do Desenvolvimento Social e do Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária) criou um componente específico sobre a temática da água. Em um único ano, 2019, iniciaram a autoconstrução comunitária de 2.300 cisternas em nove províncias.

Sementes soberanas

Durante muitos anos, em todo o mundo, organizações sociais e comunidades têm conduzido experiências coletivas de proteção de sementes e valorização dos conhecimentos

associados à biodiversidade: redes locais e feiras de troca onde circulam sementes crioulas e nativas; casas, bancos, abrigos, bibliotecas de sementes, cooperativas, guardiões e guardiãs. Espaços e práticas que, em sua maioria, não seguem transações comerciais ou envolvem dinheiro. Ações familiares ou comunitárias, principalmente em escala local, mostram que o cuidado com as sementes faz parte de um conjunto de ações cooperativas que garantem o acesso à diversidade, a segurança alimentar e a conservação da agrobiodiversidade.

Nos últimos anos, também surgiram iniciativas de produção de sementes agroecológicas em maior escala, para garantir as experiências produtivas e agroecológicas dos movimentos camponeses. A experiência do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) no Brasil é emblemática. A organização desenvolveu e implementou Unidades de Processamento de Sementes Crioulas (UBS) nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Desde a implementação, centenas de milhares de famílias receberam sementes produzidas pelo MPA nessas unidades. Eles também desenvolveram áreas de cultivo exclusivas para a produção de sementes, nas quais são produzidas sementes para distribuição local e regional, geralmente em sistemas coletivos, contribuindo para que as famílias camponesas recuperem o acesso e o controle sobre variedades de sementes básicas, como milho, arroz e feijão.

As Casas de Sementes são espaços de autonomia e proteção, ao mesmo tempo que constituem uma ação política em defesa da biodiversidade, desempenhando um papel social importante em nível regional e local, como a criação de comunidades e a participação democrática. A organização é uma referência na região pelo desenvolvimento desses espaços em diferentes escalas, e sua metodologia foi compartilhada e replicada em outros países.

A organização de mulheres camponesas Conamuri no Paraguai começou como um pequeno grupo nos anos 1990 e hoje é composta por mulheres de mais de 200 comunidades rurais. Em um processo de resistência territorial ao modelo de produção agroexportador, está a Semilla Róga (casa de sementes). Seu objetivo é resguardar e conservar sementes nativas e crioulas. Também realizaram um processo de levantamento de dados na comunidade, resgatando mais de 60 espécies ao longo desse processo.

Na comuna de Chépica, na região de O'Higgins, no Chile, em novembro de 2015, o sindicato de mulheres camponesas Anamuri estabeleceu um Instituto de Agroecologia buscando manter o patrimônio alimentar do país, preservando e

multiplicando sementes de origem autóctone, com técnicas transmitidas de geração em geração. Formação e proteção se articulam nesse espaço, onde mulheres camponesas participam anualmente da Escuela Sembradoras de Esperanza, aprendendo métodos de conservação e agroecologia. Ao mesmo tempo, conservam sementes para protegê-las e multiplicá-las, com um estoque que já soma 250 espécies.

Por diversas regiões da Argentina, em áreas rurais e urbanas, encontramos guardiões, guardiãs, Casas de Sementes e cooperativas em maior escala. A Minka Semillera (Cedepo-Maela) nasceu há trinta anos em Florencio Varela. Hoje há mais de 80 variedades de sementes crioulas resguardadas em uma Casa de Sementes, onde a multiplicação ocorre de forma coletiva. A Minka valoriza os conhecimentos de produtores da região para reproduzir e conservar sementes com altos padrões de qualidade. As trocas de espécies geralmente ocorrem em outra modalidade que os movimentos têm para a proteção, as Feiras de Troca de Sementes, espaços de intercâmbio que geralmente antecedem os períodos de plantio.

Em Misiones, na Tríplice Fronteira, há quase trinta anos, agricultores e organizações sociais formaram o Movimento Semillero. Existe uma rede de cerca de vinte casas de sementes, unidades familiares de proteção e cooperativas de produção de sementes para venda em grande escala, que pelo menos uma vez por ano se reúnem na Feira Provincial de Trocas. Sem dúvida, as redes de troca são fundamentais para a conservação delas e da agrobiodiversidade, e a ação coletiva é a prática que garante o livre acesso às sementes.

No Uruguai, a Rede Nacional de Sementes Nativas e Crioulas é composta por mais de 250 propriedades familiares, envolvendo mais de 350 produtores distribuídos em cerca de quatorze departamentos. O principal objetivo é resgatar e valorizar variedades crioulas ou tradicionais, para aumentar a disponibilidade de sementes para a produção familiar - seja para autoconsumo ou abastecimento de mercados locais - no contexto do fortalecimento da soberania alimentar. A cada dois anos, é realizado um Encontro Nacional e Festa da Semente Crioula, onde são estabelecidas as diretrizes políticas da Rede. Alternadamente, a cada dois anos, também são realizados Encontros Regionais para a troca de sementes e abordagem de temas de interesse.

Alcançar processos de autonomia em relação à produção e disponibilidade é fundamental na construção da soberania alimentar. A BioNatur, vinculada ao MST, tornou-se uma referência no continente na produção de sementes agroecológicas. Trata-se da rede de sementes que originalmente se constituiu como um instrumento estratégico para as ações da

Campanha de Sementes do movimento, ainda no início dos anos 2000. Essa experiência ganhou força e relevância, bem como apresentou um salto de qualidade e em sua capacidade de produção, constituindo-se em uma iniciativa fundamental para a promoção da agroecologia não só no Brasil.

Nesse sentido, a experiência da BioNatur nos apresenta uma abordagem diferente para continuar pensando em ações de defesa de sementes: o desafio da produção em média e grande escala para abastecer de sementes nativas e crioulas, bem como para sustentar os projetos produtivos das organizações sociais. As sementes são o elemento mais ameaçado pelo modelo do agronegócio na cadeia de produção de alimentos. Não há futuro soberano para a agricultura familiar, camponesa e indígena sem a produção de suas próprias sementes.

SUMÁRIO



COMER É UM ATO POLÍTICO

Para além de denunciar as consequências negativas do sistema alimentar baseado nas transnacionais e no agro-negócio, o desafio das organizações populares é construir um novo projeto alimentar que combata a fome, produza alimentos saudáveis sem destruir o meio ambiente e enfrente as desigualdades sociais. Essa que parece ser uma tarefa utópica, na realidade, vem sendo construída pouco a pouco por inúmeras iniciativas no Cone Sul. São experiências que atestam a viabilidade de um sistema alimentar baseado na agroecologia, na soberania alimentar e no poder popular.

Três décadas atrás, quando as sementes transgênicas se expandiam pela América do Sul, a palavra "agroecologia" era praticamente desconhecida. Hoje, é uma bandeira que conecta lutas no campo e na cidade. E, acima de tudo, é uma forma de produção que já incorpora milhares de hectares dos países da região, com diversidade de práticas e desafios, mas que se apresenta como uma alternativa concreta de produzir alimentos saudáveis para o povo.

Em Mendoza, na Argentina, a Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra / Movimiento Nacional Campesino Indígena – Somos Tierra (UST-MNCI-ST) conseguiu implementar sistemas produtivos integrais que garantem previsibilidade em todo o circuito de produção. Um exemplo é o caso do tomate. A produção agroecológica é planejada da semente à comercialização, viabilizando um circuito econômico no marco da soberania alimentar.

Para a Via Campesina, a agroecologia é um patrimônio dos povos rurais e ancestrais, colocado a serviço da humanidade. É uma maneira de ser, viver e produzir que tem fundamentos biológicos e sociais, com uma forte relação com a proteção da natureza, enfoque de gênero, alta diversificação, reaproveitamento de produtos e insumos, autonomia e suprimento local e regional de alimentos saudáveis.

Nesta perspectiva, a agroecologia é uma abordagem tecnológica subordinada a objetivos políticos e, portanto, sua prática precisa ser coletiva, solidária e adaptada às condições materiais e sociais concretas. Os camponeses e as camponesas, agricultores familiares, pescadores artesanais e os povos indígenas são os protagonistas fundamentais nessa história.

Consultório Técnico Popular (CoTePo) é o nome de um espaço inédito na Argentina criado com a finalidade de produzir bioinsumos para a agroecologia, em uma iniciativa da Unión de Trabajadores de la Tierra (UTT). Lá são produzidos o

popular *bocashi*, um adubo orgânico obtido misturando terra, esterco de vaca, frango ou cabra, cinzas e água, entre outros ingredientes, e o *purín* de cebola, composto usado como repelente natural. As biofábricas da UTT começaram produzindo em tambores de 20 litros e foram crescendo aos poucos. Hoje, produzem milhares de litros por semana, abastecendo também camponeses que não fazem parte da organização.

Com bioinsumos para a agroecologia, o CoTePo consegue manter a produtividade semelhante à agricultura convencional, porém com uma economia de 80% em insumos, além da preservação do meio ambiente. Assim são produzidos alimentos com mais qualidade nutricional e sem veneno, com custo final semelhante ou até mesmo inferior ao do tomate vendido nos mercados tradicionais.

O CoTePo também obteve a recuperação e melhoria de sementes, como parte da estratégia para alcançar autonomia em relação aos insumos dolarizados, garantindo preços justos e acessíveis para a distribuição e comercialização de alimentos saudáveis. A partir da metodologia camponês a camponês (*ver capítulo 10*), foi criada uma rede de referências que, além de produzir de maneira agroecológica em suas propriedades, são facilitadores-promotores.

Para a ampliação da agroecologia, também é vital desenvolver infraestruturas coletivas que lhes permitam ter soberania em seus próprios circuitos de abastecimento de insumos, produção e subsequente distribuição-comercialização. No Brasil, o caso das cooperativas da reforma agrária e dos Armazéns do Campo do MST é exemplar (*ver capítulo 8*). Outra experiência importante é a do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que organiza os Centros Territoriais de Cooperação, onde realizam atividades de formação, cooperação, produção e criação de tecnologias agroecológicas. São espaços que em que camponeses e camponesas vivenciam outro tipo de convivência e desenvolvem práticas afinadas com modelos alternativos de comercialização.

Os conhecimentos também se disseminam para unidades de produção mais distantes por meio do pacote tecnológico camponês, que apresenta um conjunto de conhecimentos, práticas e alternativas para a transição agroecológica. Nessa dinâmica, é fundamental incentivar a lógica da cooperação entre as famílias. O objetivo é fortalecer os Sistemas Camponeses de Produção (SCP), uma proposta de construção de espaços cada vez mais diversos na oferta de alimentos e cada vez menos dependentes de insumos externos. Com

ALIMENTOS SAUDÁVEIS PARA O POVO

Conectar o campo e a cidade por meio da produção de alimentos saudáveis e do abastecimento popular.



O Movimento de Pequenos

Agricultores (MPA) organiza famílias em comunidades camponesas e desenvolve alternativas para fornecer alimentos agroecológicos para o povo, no marco da defesa de um projeto popular para o Brasil.



Cozinha solidária

Em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) ou em ações próprias, o MPA apoia experiências de cozinhas solidárias com a finalidade de levar alimentos saudáveis para as periferias urbanas. O objetivo é estabelecer outras relações sociais, econômicas e culturais entre famílias rurais, produtores urbanos e consumidores.

Fonte: Movimento de Pequenos Agricultores (MPA).



Mercado popular de alimentos

Esta iniciativa surgiu no Espírito Santo em 2011 e desde então é um território de defesa da soberania alimentar que envolve cerca de 200 famílias da região. Comercializam mais de 300 produtos diferentes. O projeto é coordenado pelos participantes com autonomia em relação ao poder público.

Cestas camponesas

- Em algumas cidades, o MPA organiza um circuito de integração campo-cidade. Todas as semanas, há uma consulta aos camponeses e camponesas sobre suas necessidades e a previsão de produção. Em seguida, compartilham essas informações com consumidores inscritos na "Cesta camponesa de alimentos saudáveis" e registram as encomendas de produtos agroecológicos.
- Os produtos são enviados diretamente para as casas dos assinantes, eliminando intermediários que encarecem a transação.
- A demanda garantida incentiva mais camponeses e camponesas a fazerem a transição agroecológica.



Raízes do Brasil

Espaços de convívio e de comercialização destinados à alimentação agroecológica e à valorização da cultura camponesa. Contribuem para encurtar os circuitos de distribuição, aproximando produtor e consumidor de alimentos saudáveis. Além da venda de produtos, há uma programação cultural diversa e oficinas de bordados. Atualmente, Rio de Janeiro, Salvador, Aracaju e Picos (Piauí) contam com unidades.

Outras experiências

- Feiras livres organizadas.
- Festas de valorização da cultura camponesa.
- Vendas para programas sociais de distribuição de alimentos e merenda escolar.

esse horizonte, prioriza-se a relação entre unidade familiar, comunidade e território, estabelecendo novos parâmetros para as relações campo-cidade.

No Paraguai, a Yerba Mate Ecológica La Comuna é uma conquista das famílias camponesas do assentamento Ñu Pyahu, vinculado à Organización de Lucha por la Tierra (OLT), que, para melhorar a economia camponesa e indígena, apostaram na industrialização artesanal. O processo começou com 22 famílias na localidade de Tava'i (no departamento de Caazapá) em 2005. Anos depois, com a intenção de disseminar a produção agroecológica, as produtoras e produtores foram incentivados à germinação de sementes, reprodução de mudas e expansão do cultivo de erva-mate para outras comunidades e assentamentos. Conseguiram obter 12 mil mudas.

Em 2014, as famílias do assentamento realizaram a primeira feira com erva-mate produzida artesanalmente, alcançando 300 quilos para iniciar a construção e conquista de mercados alternativos. Em 2015, colheram oito toneladas de folhas verdes, produzindo três toneladas de erva-mate

agroecológica processada. Em cinco anos, esses números aumentaram para 54 toneladas de folhas verdes e 20 toneladas de erva-mate. Durante a pandemia, contribuíram com a entrega de produtos agroecológicos para os kits doados às famílias em Tava'i.

O pano de fundo dessas experiências está na organização política dos camponeses e camponesas, em um processo que se inicia muitas vezes na luta pela conquista da terra e se mantém na produção coletiva. A construção da soberania alimentar se dá, assim, a partir da capacidade de organização popular e autogestão dos territórios e comunidades. A produção agroecológica adquire escala e volume através da organização cooperativa, solidária e autogerida de processos cada vez mais complexos, que exigem investimentos materiais e capacidades coletivas de planejamento e gestão.

Alimento é político

A fase da comercialização com frequência se apresenta como a prova dos nove para essas experiências. Trata-se

de um momento-chave que gera controvérsias inclusive dentro de organizações populares. Pouco a pouco, porém, no caso da alimentação, para além de critérios estritamente econômicos relacionados a custos de produção, preço final e margem de lucro, a politização do alimento se impôs como um elemento fundamental nesse debate.

“Comer é um ato político” é um lema que se coloca muito além da questão do consumo de alimentos produzidos sem veneno. A democratização do acesso a alimentos saudáveis, produzidos sem agrotóxicos, só será obtida com a democratização do acesso à terra e a igualdade de classe, raça e gênero, além do respeito à biodiversidade. Não há soberania alimentar com degradação da natureza ou milhões de pessoas em situação de fome.

Tampouco se trata de superdimensionar a capacidade de “mudar o mundo” apenas a partir do “consumo consciente”, desconsiderando o papel crucial que o Estado e as políticas públicas devem exercer para garantir o direito à alimentação da população (*ver capítulo 12*), ou as relações desiguais de poder que governam o sistema alimentar e, especialmente, a comercialização de alimentos no capitalismo contemporâneo (*ver capítulo 5*).

Ao mesmo tempo, diferentes experiências de movimentos camponeses e organizações populares mostram que é possível construir mercados alternativos, regidos por outros princípios, que funcionam como um *bypass* (desvio) – como considera o pesquisador J. D. Van der Ploeg. São iniciativas que permitem aos produtores e consumidores contornar os nós de concentração que caracterizam os impérios alimentares das transnacionais.

Na Argentina, os Almacenes Campesinos “Monte Adentro” do Movimento Campesino de Córdoba (MNCI-ST) abastecem com seus produtos o consumo dos moradores da região, distribuindo a produção de mais de 100 famílias camponesas. Formado por seis organizações territoriais localizadas no oeste, noroeste e norte de Córdoba, o MNCI-ST surgiu há 21 anos com o objetivo de lutar pela defesa da vida camponesa. A comercialização é um de seus principais eixos de atuação.

Em 2017, a organização inaugurou o primeiro armazém em Córdoba; depois criou outro em Villa Dolores e em seguida mais um na localidade de Deán Funes. Monte Adentro é, ao mesmo tempo, o nome dos armazéns e também a marca coletiva dos produtos do movimento. Também são articulados e vendidos produtos do cinturão verde da cidade, de cooperativas, de coletivos autônomos, organizações e empreendimentos da economia popular.

Também na Argentina o setor rural do Movimento de Trabalhadores Excluídos (MTE Rural) articula, em cooperativas e associações de camponeses, pequenos produtores e comunidades originárias para melhorar a qualidade de vida e trabalho daqueles que produzem alimentos. Trata-se de uma maneira de formalizar e visibilizar o trabalho da agricultura familiar. Hoje, a organização está presente em vinte províncias e organiza 25 mil famílias na área rural.

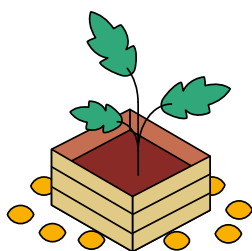
No campo da comercialização, o MTE Rural desenvolve três linhas principais de atuação: venda no atacado para o Estado e instituições, com a participação em licitações e fornecimento para programas sociais. Outro ramo de atuação é o trabalho social comunitário, que envolve a distribuição direta para organizações que atuam no território urbano, como a Frente Popular Darío Santillán, Barrios de Pie, la Dignidad, para que montem cestas básicas e entreguem em cozinhas populares. Trata-se de uma política concreta de aliança campo-cidade que fortalece vínculos entre as organizações e gera impactos diretos nas comunidades periféricas. Por fim, o MTE também desenvolve circuitos de comercialização estabelecendo uma ponte direta entre a população produtora de alimentos e a população trabalhadora dos centros urbanos, para eliminar intermediários e, ao mesmo tempo, reconhecer de forma justa o trabalho das famílias produtoras.

No Brasil, há diversas experiências semelhantes. O MPA, em articulação com outras organizações, estimula a criação de redes de apoio à comercialização, por meio da associação de cooperativas, desenvolvendo alianças com consumidores para reduzir o preço final dos alimentos. Uma das iniciativas mais bem-sucedidas está na cidade do Rio de Janeiro, com as “cestas camponesas”. Durante a pandemia, mais de 15 mil unidades foram comercializadas em 30 bairros da capital carioca. As cestas fazem parte do Sistema de Abastecimento Alimentar Popular (SAAP), que propõe outras relações sociais, econômicas e culturais entre famílias camponesas, produtores urbanos e consumidores (chamados de “ces-tantes”). Central para essa articulação são os Raízes do Brasil, espaços de alimentação saudável, convívio cultural e debate político. Hoje, Rio de Janeiro, Salvador, Teresina e Aracaju já possuem espaços semelhantes, onde também são realizadas feiras.

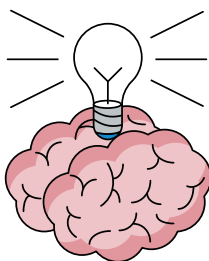
Além disso, o MPA em aliança com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) abastece seis cozinhas solidárias em quatro capitais brasileiras. Uma emenda parlamentar da deputada Taliria Petrone (Psol-RJ) fortalece esse vínculo entre as organizações, garantindo que o poder

PRODUÇÃO DE TOMATES: DA SEMENTE AO ARMAZÉM

Experiência produtiva do Movimento Nacional Campesino Indígena – Somos Tierra (MNCI-ST), na província de Mendoza, Argentina.



- Sementes próprias para a produção de mudas de tomate agroecológico, cultivadas em viveiros da organização.



- Planejamento da produção anual. Plantio escalonado de acordo com as necessidades da fábrica.



- Comercialização em redes de fornecimento locais e no Almacén Campesino em Mendoza.



- Processamento em diferentes tamanhos de recipientes de tomates inteiros e triturados nas fábricas Manos del Pueblo em Mendoza, Córdoba, Rosário.

Fonte: Movimento Nacional Campesino Indígena – Somos Tierra (MNCI-ST).

público apoie a iniciativa diretamente com a compra de alimentos saudáveis. Trata-se de uma maneira de combater a fome não com as sobras ou produtos de má qualidade, mas sim com o que é produzido de maneira justa social e ambientalmente.

A rede Armazém do Campo, lançada pelo MST em 2016, é uma das experiências mais bem sucedidas do comércio de produtos da reforma agrária. Hoje já são 36 unidades em 13 estados além de outras tantas experiências de comercialização de cestas de produtos agroecológicos em diversas cidades. Além de produtos agroecológicos de cooperativas e associações vinculadas ao movimento, o Armazém do Campo também se destaca pelas atividades político culturais realizadas regularmente que, não raramente, mobilizam milhares de pessoas com programações que mesclam apresentações musicais, lançamentos de livro e debates políticos.

A iniciativa surgiu após o sucesso de outra experiência emblemática para a defesa da soberania alimentar no Brasil: a Feira Nacional da Reforma Agrária, realizada em São Paulo, no Parque da Água Branca. Os números são expressivos: a última edição, em maio de 2023, reuniu cerca de 320 mil pessoas e comercializou 560 toneladas de alimentos saudáveis. Participaram da atividade 1.700 feirantes, que trouxeram produtos de 1.200 municípios de todo o país. Foram doadas pelo MST 38 toneladas de alimentos, beneficiando 24 entidades que atuam nas periferias de São Paulo.

A Feira Nacional também contou com mais de 400 artistas que se apresentaram no evento que durou quatro dias. Além da programação cultural, um dos espaços mais frequentados é o “Culinárias da Terra”, que reuniu 30 cozinhas e comercializou refeições típicas dos mais variados estados brasileiros. Ao longo dos anos, Feira Nacional ganhou tamanha dimensão

que a Câmara Municipal de São Paulo a colocou no calendário oficial de eventos da cidade em 2019.

É um passo no reconhecimento desse instrumento fundamental para a soberania alimentar. Em seus diversos formatos, denominações e frequências, a feira é o modelo de comercialização mais difundido na agricultura familiar. Geralmente, é um espaço de venda de excedentes, produtos frescos ou industrializados, mas que gera grande impacto na economia dos produtores e um impacto socioeconômico e cultural nas localidades em que ocorre.

Na Argentina, a Rede de Feiras Francas de Misiones conta atualmente com 90 mercados e feiras, em cerca de 55 municípios da província. A primeira feira começou em 1995 por impulso do Movimento Agrário de Misiones (MAM), replicando experiências de feiras do Sul do Brasil. No Chile, segundo dados do Ministério da Agricultura, existem aproximadamente 1.150 feiras livres, operadas por mais de 110 mil comerciantes, gerando um total de cerca de 350 mil empregos diretos.

Essas experiências de comercialização direta e/ou autogerida também permitem uma melhoria significativa na remuneração do trabalho, ao mesmo tempo que barateiam o preço dos alimentos para o consumidor, gerando formas muito mais equitativas de distribuição do valor produzido entre os atores dessa cadeia.

No Uruguai, o Mercado Popular de Subsistência é organizado a partir de coletivos de base territorial: cooperativas, sindicatos, organizações de bairro, para comprar coletivamente de cooperativas, empresas recuperadas e produtos da agricultura familiar. Possibilita o acesso a produtos mais baratos e de melhor qualidade que não seguem a lógica especulativa dos supermercados. Envolve cerca de

600 famílias em 47 bairros de Montevideu, Canelones e San José, com uma lista de 300 produtos, dos quais 247 são de empreendimentos autogestionados.

Economia popular camponesa

Na Argentina, a diversidade de experiências populares que envolvem resistência, produção e comercialização na cidade e no campo deu origem a um segmento identificado como “economia popular camponesa”. Trata-se de um processo que do movimento de trabalhadores desocupados – *piqueteros* – e também dos trabalhadores e trabalhadoras que assumiram as fábricas que foram à falência com a crise do neoliberalismo.

De acordo com o Registro Nacional de Fábricas Recuperadas, existem 435 empresas recuperadas em toda a Argentina, sendo 56 delas produtoras de alimentos. A maioria faz parte de Redes de Comércio, Comercializadoras ou Mercados Populares, e muitas delas produzem alimentos a preços mais acessíveis para que os setores populares possam ter acesso a chocolates (Arrufat), cereais (Cereal Coop), óleos de boa qualidade (Aceitera La Matanza), laticínios e queijos (Tambo La Resistencia ou Master Cheese), apenas para mencionar algumas.

Essas experiências se aprofundaram com a proliferação do trabalho coletivo nos setores populares e desenvolveram uma nova dinâmica para formas associativas já existentes, como as do mundo camponês indígena e da tradição cooperativa argentina. Por um lado, o movimento *piqueteiro* conseguiu transformar com protestos massivos políticas sociais compensatórias em projetos de valorização do trabalho e da atuação coletiva no território e na comunidade. Por outro lado, as fábricas recuperadas, através da ação direta, recuperaram os meios de trabalho e de vida. Com o lema “Ocupar, produzir e resistir”, o foco central se colocou na autogestão e nos meios populares de produção.

Essa novidade – o trabalho como organizador da trama comunitária – potencializou a construção de vínculos entre resistências urbanas e camponesas, consolidando embriões de desenvolvimento autônomo. Muitas delas têm a politização do alimento como centralidade. Isso é o que a economia popular tem fortalecido nos últimos anos: formas de produção, distribuição, troca e consumo baseadas no respeito ao trabalho humano e à natureza. Em seu núcleo está a perspectiva do papel que a organização popular desempenha na transformação social e a importância de se colocar em prática já o que se projeta para o futuro.





EDUCAÇÃO PARA A SOBERANIA ALIMENTAR

Uma das principais ferramentas para disseminar a agroecologia e garantir a soberania alimentar é a educação. Por essa razão desde 2005 a Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC) e a Via Campesina Internacional lançaram os Institutos de Agroecologia Latino-Americanos (IALAs), inspirados no acúmulo dos processos de resistência ao colonialismo da América Latina e, mais recentemente, ao avanço das políticas neoliberais.

Cada IALA tem um perfil próprio, mas compartilha a metodologia da Via Campesina, utilizando a educação popular e a pedagogia “camponês a camponês”, a partir de uma proposta abrangente de formação que estimula processos participativos, o desenvolvimento de novas lideranças e a incidência na construção de uma nova cultura política na região.

Nos mais diversos cursos técnicos e de nível superior ministrados nesses espaços, camponeses e camponesas aprendem a conviver em comunidade e ampliam seus conhecimentos em agroecologia, em um processo que envolve compartilhamento de técnicas, recuperação de práticas ancestrais de povos originários.

Em toda a América Latina, já são dez IALAs que, localizados no Brasil, Paraguai, Argentina, Chile, Colômbia, Venezuela e América Central, constroem programas educativos com a finalidade de gerar processos de autodeterminação, baseados na defesa da soberania alimentar e da reforma agrária integral e popular.

Cada IALA possui um perfil próprio e dialoga diretamente com o contexto local e suas necessidades. O objetivo é fomentar um movimento agroecológico em realidades e biomas específicos. Outra característica dos IALAs é o sistema de alternância. Os educandos e as educandas dividem-se entre um período em sua comunidade e outro período na escola, para que possam vivenciar o conhecimento com sua comunidade e para que os cursos atendam à demanda de várias regiões.

A primeira experiência foi a Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA), criada em 2005, no assentamento Contestado, na cidade da Lapa (Paraná), em uma parceria que envolveu os governos da Venezuela e do Paraná, Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Movimento Sem Terra (MST).



INSTITUTOS DE AGROECOLOGIA LATINO-AMERICANOS (IALAs)

A construção coletiva de uma educação emancipadora para produzir alimentos saudáveis

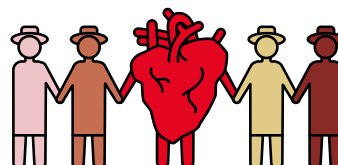


Nascem em 2005, criados pela **Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC)** e pela **Via Campesina**, com a finalidade de disseminar práticas e técnicas da agroecologia entre camponeses e camponesas.

1. Escola Niceto Perez, Cuba
2. IALA Ixim Ulew, Nicarágua
3. IALA Paulo Freire, Venezuela
4. IALA Mario Cano, Colômbia
5. IALA Amazônico, Brasil
6. Universidade Camponesa, Brasil
7. Escola Latino-Americana de Agroecologia, ELAA, Brasil
8. IALA Guaraní, Paraguai
9. IALA Sembradoras de Esperanza, Chile
10. Universidad Campesina, UNICAM, Argentina



A metodologia "camponês a camponês" é uma das principais práticas dos IALAs, adaptada a cada contexto. Surgida na Ásia nos anos 1920 e disseminada na Nicarágua e em Cuba a partir de 1970, essa metodologia rompe com o modelo convencional de assistência técnica e considera o intercâmbio entre camponesas e camponeses o elemento central da produção de conhecimento para a transição agroecológica.



IALA, semeadoras de esperança no Chile



- O Instituto de Agroecologia das Mulheres do Campo faz parte desse processo de educação com uma abordagem de gênero, concebida por e para as mulheres.

- Foco na formação agroecológica de mulheres camponesas e indígenas, valorizando sua contribuição na agricultura camponesa e na construção de um feminismo camponês e popular.

- Seu objetivo é disseminar uma pedagogia e processos formativos a partir de uma perspectiva anticolonial, antipatriarcal e antirracista.

- Surgiu em 2015, na região de Orilla de Auquino, comuna de Chépica, comunidade rural que foi berço da reforma agrária no Chile.

Fontes: CLOC, Via Campesina. IALAs: *La Universidad Campesina de América Latina*. GRAIN. 2019. *¿Por qué construir un Instituto de Agroecología Latinoamericano -IALA*. Via Campesina. 2018.

A proposta de educação da escola se divide em três eixos – acesso ao conhecimento científico, conhecimentos populares e troca de saberes entre os povos da América Latina – e está calcada na pedagogia do oprimido de Paulo Freire e no materialismo histórico. Hoje há dois cursos principais na ELAA: Tecnologia em Agroecologia e Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza e Agroecologia.

O IALA Guarany, localizado em San Isidro de Curuguaty no Paraguai, se distingue pela defesa da agricultura camponesa em meio à ameaça do monocultivo de soja e milho; lá, os camponeses guaranis lutam para defender sua cultura, terras e idioma. A Universidad Campesina "Unicam-Suri" em Santiago del Estero, Argentina, por sua vez, está localizada

em uma terra de artesãos camponeses e se destaca por fortalecer os vínculos entre campo e cidade por meio de processos de formação coletiva de jovens. O IALA "Sembradoras de Esperanza" no Chile é uma referência que guia a luta e o papel que as mulheres camponesas devem desempenhar na América Latina.

O IALA "Amazônico", situado em Parauapebas no Pará, forma-se em um ambiente de luta pela terra e conservação do bioma amazônico. O instituto fica em uma área doada pelas famílias do Assentamento Palmares II e está inserido em vários processos de luta e resistência dos povos amazônicos, recebendo educandos e educandas não só dos estados brasileiros que compõem esse bioma, mas também dos países vizinhos, como Colômbia, Venezuela, Equador e Peru. Pelas

características da região, o IALA Amazônico se destaca pelo trabalho com sujeitos e sujeitas que se organizam em defesa das águas, da floresta e dos territórios de forma geral.

Os IALAs são pontos fundamentais do acúmulo histórico do trabalho com a educação popular na região pelos movimentos camponeses. Surgem de processos concretos de resistência, luta pela terra e construção de alternativas ao modelo hegemônico do agronegócio no campo. É nesse pacote que a agroecologia se coloca como uma matriz tecnológica chave para camponeses e camponesas.

Apenas nas comunidades organizadas pelo MST, no Brasil, há cerca de 120 escolas de ensino médio, 200 escolas de ensino fundamental completo e mais de mil escolas de ensino fundamental, espalhadas em 24 estados. Cerca de 200 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos estão cadastradas hoje nestas unidades. As estruturas de ensino geram ainda renda complementar às famílias que vivem onde as escolas estão instaladas, a partir da contratação de educadores, merendeiras etc. Atualmente, cerca de 10 mil trabalhadores e trabalhadoras ligados à educação atuam em assentamentos e acampamentos. Há ainda cursos de graduação em educação rural em pelo menos 40 universidades, cursos de graduação e pós-graduação no Programa Nacional de Educação Rural (Pronera). Isso sem citar os processos de alfabetização de jovens e adultos, baseados no método cubano *Yo, sí puedo*, que incorporam a soberania alimentar como um de seus pontos centrais.

Na Argentina, os espaços educativos dos movimentos e organizações também são diversos: Universidades Campe-sinas, Escolas Rurais de Alternância, Cátedras Livres de Soberania Alimentar nas Universidades, Ensino Médio Popular, Especializações ou Técnicas em Agroecologia ou Economia Social; ou, por exemplo, o Centro de Educação, Formação e Pesquisa Campesina (Cefic) Tierra de la UST-MNCI ST, em Jocolí, Mendoza.

O Cefic é um espaço que representa um projeto de milhares de camponeses, militantes e educadores convencidos da construção de uma sociedade com justiça e dignidade social. Surgiu em 2010, a partir de um trabalho de base em mais de 35 comunidades onde se discutiu que tipo de escola queriam construir. E é a partir daí que se constitui um centro pedagógico e de pesquisa vinculado à promoção e defesa dos direitos camponeses e das questões agroalimentares, por meio de suas três principais linhas de ação: educação, formação política e pesquisa. A organização camponesa e os movimentos sociais estabelecem em sua atividade cotidiana a importância de vincular a ação e o pensamento.

Conceitos-chave

O processo educativo relacionado à agroecologia, na perspectiva da soberania alimentar, vai muito além da transferência de técnicas e práticas sistematizadas. A partir da metodologia “camponês a camponês”, o conhecimento é compartilhado tendo educandos e educandas como protagonistas do processo, na perspectiva da pedagogia de Paulo Freire. E os aprendizados da resistência popular na região possuem uma centralidade nesse processo.

O próprio conceito de soberania alimentar nasce do enfrentamento das organizações e dos movimentos do campo contra o neoliberalismo e o avanço das empresas transnacionais sobre os sistemas alimentares, que eliminaram o direito dos povos à terra e ao território e alteraram profundamente suas formas de vida.

A soberania alimentar tem como base a Declaração de Roma de 1996, com a definição de que se trata do “direito de cada nação de manter e desenvolver sua própria capacidade de produzir os alimentos básicos de seus povos, respeitando a diversidade produtiva e cultural”. A proposta foi gestada pela Via Campesina e referendada no Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar realizado em Havana, Cuba, em 2001.

Temas fundamentais como a agroecologia, a alimentação saudável, combate ao aquecimento global, diversidade sexual, além do papel das mulheres e dos jovens, foram se incorporando ao conceito de soberania alimentar ao passar do tempo, no ritmo dos novos desafios que as contradições que o próprio modo de produção capitalista colocava na ordem do dia.

Soberania alimentar, por sua vez, requer a soberania popular, o que rompe com a lógica da dependência da produção de mercadorias agrícolas, minerais e ambientais impostas aos países da periferia do capitalismo global. Assim, a resistência dos povos do campo, da água e das florestas ao agronegócio adquire uma ampla dimensão quando se conectam soberania alimentar e agroecologia, mobilizando questões agrárias, ambientais e urbanas.

Ao conceber a educação como uma ferramenta política central para alcançar a transformação social, os movimentos camponeses construíram um processo educativo, recuperando o legado de Paulo Freire relacionado às lutas pela libertação e dignidade humana. E nesse caminho pedagógico, a prática da pergunta, a curiosidade e, acima de tudo, a solidariedade são fatores indispensáveis para a construção de subjetividades que propõem alternativas concretas não só ao modelo hegemônico no campo, mas em toda a sociedade.



ANAMURI



Chile

FEMINISMO COMO HORIZONTE

Mais de 100 mil mulheres protagonizaram, em agosto de 2023, a maior mobilização massiva realizada no Brasil naquele ano. Trabalhadoras rurais, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, sem-terra, extrativistas, LGBTQIA+ e moradoras de centros urbanos tomaram a Esplanada dos Ministérios em Brasília para apresentar reivindicações vindas de todos os cantos e interiores do país. Foi a 7ª Marcha das Margaridas, uma mobilização realizada a cada quadro anos que colocou na agenda política o lema “Pela Reconstrução do Brasil e pelo bem viver”. O protagonismo feminino está no centro do debate da soberania alimentar. A dimensão do ato responde também aos crescentes ataques promovidos por um modelo que alia patriarcado, extrativismo e colonialismo. O avanço de projetos e políticas extrativistas se traduz principalmente em injustiças contra as populações mais vulneráveis e seus ambientes de vida.

A estrutura patriarcal impõe que quem tem menos a ganhar com as mudanças são os corpos mais oprimidos na hierarquia de poder: as mulheres e dissidências. De acordo com a FAO (2018), as mulheres no campo produzem metade dos alimentos globalmente, mas possuem acesso desigual aos recursos produtivos. No entanto, o trabalho feminino tem sido invisibilizado, naturalizando uma divisão sexual do trabalho que marginaliza e oculta a importância central das mulheres. O trabalho invisível e as tarefas de reprodução historicamente operaram como pilares para o funcionamento das relações patriarcais no campo. São as mulheres que mais trabalham no campo e em casa, mas ao mesmo tempo estão marginalizadas do acesso a direitos, como a posse de terra ou a tomada de decisões sobre o que e como produzir.

O patriarcado atravessa o social de forma integral, o que envolve aspectos econômicos, ecológicos, produtivos e as relações humanas, tanto entre pessoas, quanto entre as pessoas e a natureza. A lógica de exploração dos territórios como meras mercadorias para obtenção de lucros, sem considerar a qualidade de vida, a preservação ambiental e dos alimentos que consumimos diariamente, está diretamente relacionada à exploração que as mulheres rurais historicamente sofrem em suas vidas e corpos: “Nossos corpos também são sementes, também são territórios”.

No entanto, o avanço dos megaprojetos do capital encontrou um ator social inesperado: as mulheres assumiram a tarefa da resistência. Nascidas nas comunidades camponesas e indígenas do Abya Yala, organizações de mulheres campo-

neas do Cone Sul, como a Conamuri no Paraguai, a Anamuri no Chile, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) do Brasil, assim como mulheres nos movimentos mistos e nos movimentos ambientais com forte ancoragem comunitária, vêm construindo há décadas um feminismo camponês popular. Esse feminismo entende que a estrutura do poder patriarcal tem duas vias principais: 1-) o modelo extrativista de espoliação, vinculado a um patriarcado branco; 2-) o colonialismo interno, que possui uma perspectiva patriarcal que impera nas próprias comunidades e organizações e que nega às mulheres seu papel como sujeitas políticas.

O aprofundamento do extrativismo deu origem a um ativismo de base que começa localmente, no geral, e se desenvolve a partir da percepção do risco que a destruição da natureza representa para as comunidades. No entanto, esse ativismo também surge a partir das casas, cozinhas, campos e cooperativas, em resposta a várias formas de violência e desigualdades no acesso a recursos como terra, sementes e água. É assim que, em resposta às preocupações da vida cotidiana e a situações de violência dentro das próprias comunidades, as mulheres se organizam, muitas vezes sem se reconhecer como feministas no início do processo, mas construindo formas de luta e resistência que se contrapõem às características do patriarcado em cada território. E o fazem muitas vezes colocando sua própria vida em risco, diante da violência desmedida de um modelo extrativista-patriarcal.

As formas dessas construções nos territórios são tão diversas quanto as formas de resistência e as manifestações da espoliação, mas todas têm como foco central a defesa da vida e a certeza de que apenas sobreviver não basta. Mulheres e dissidências passaram por um processo de compreensão da complexidade das múltiplas violências e opressões, mostrando que não é suficiente apenas acessar direitos, ter representação em espaços de poder ou buscar igualdade; é necessário mudar a trama do sistema.

As mulheres construíram uma leitura e uma posição política que lhes permitiram identificar uma relação crucial entre o modelo opressor do agronegócio e os diferentes tipos de violência no campo. A cada ciclo de desapropriação, a violência contra mulheres se multiplica e, diante disso, o atual ciclo de lutas do feminismo popular, de caráter urbano, destaca a visibilização das lutas ecoterritoriais e destaca a urgência de torná-las transversais.

Desde as cozinhas populares até a ocupação de terras para produção, são apresentadas estratégias políticas de defesa dos territórios com foco central no cuidado da vida. Sem dúvida, os feminismos populares, ecoterritoriais e camponeses são hoje o movimento mais poderoso diante desse avanço do modelo de acumulação.

A defesa do comum se configura como um projeto estratégico desses feminismos, como eixo de vinculação e articulação diante das fraturas históricas e discursivas em toda a região. Os feminismos também contribuem para pensar as estratégias políticas dos movimentos e o sentido de comunidade.

Uma estratégia que foi tecida pela capacidade de o feminismo de impulsionar redes, repensar as formas de comunicação e também em outras formas de processos educativos. Dimensões que o feminismo ampliou, por exemplo, através da educação popular, trabalhando muito com o corpo, sensibilidades e outras formas de solidariedade, apoio e sustentação. Construíram uma prática centrada no autocuidado, não como uma resposta individual, e sim como uma proposta coletiva. Uma proposta em que a diversidade é valorizada. Não buscam homogeneizar, mas sim romper com a imagem de um tipo específico de mulher, para poder se enxergar de diferentes formas de ser camponesa ou indígena, considerando as diversas identidades sexuais no campo.

A mudança do modelo agroalimentar por meio do impulso à agroecologia implica transformar as relações de sexo/gênero do sistema capitalista e patriarcal. Isso acarreta produzir de uma forma que desafia a lógica capitalista desde a raiz, através de uma prática que articula a economia camponesa e a economia feminista.

O feminismo incomoda, questiona as organizações, interpela as relações de opressão, seja de gênero, racial, de classe, territorial ou urbana. E, acima de tudo, nos mostra que a defesa dos bens comuns e da vida digna, através da recuperação de saberes, formas organizativas e identidades, são experiências fundamentais para continuar construindo o caminho em direção à soberania alimentar diante do avanço corporativo sobre a vida e os territórios dos povos.



ALIMENTO SAUDÁVEL COMO DIREITO

Apesar da crise alimentar no Cone Sul, já existem no continente esboços de políticas públicas que visam a soberania alimentar e a garantia do direito universal à alimentação. Também há experiências recentes de movimentos camponeses, redes e articulações cidadãs que inspiram a busca de soluções e a criação de marcos legais nesse sentido. São iniciativas que ainda não têm a escala, a ênfase e o apoio técnico e financeiro do poder público para mudar concretamente o modelo hegemônico do agronegócio. No entanto, essas conquistas servem como referência e podem ser aprofundadas se houver mobilização da sociedade e disposição do poder público de transformar a realidade.

Quando falamos em erradicar a fome, não há dúvidas de que eliminar as injustiças sociais, raciais e de gênero é um pressuposto indispensável, ainda mais em países tão caracterizados pela desigualdade (*ver capítulo 1*). Mas, para garantir a oferta de alimentos de qualidade e saudáveis para todos e todas, é preciso também colocar o Estado a serviço de um novo sistema alimentar.

Um ponto de partida é a implementação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses, Camponesas e Outras Pessoas que Trabalham em Zonas Rurais (UNDROP). Sua aprovação se deu em 2018, na ONU, após um intenso processo de debate e construção com a participação central dos movimentos camponeses internacionais. Trata-se de um marco para a soberania alimentar global, somando-se ao reconhecimento da FAO, três anos antes, da agroecologia como fundamental para a erradicação da fome na América Latina e no Caribe.

O texto da UNDROP reúne políticas públicas centrais para o planejamento e a renovação da política agrária mundial e dos sistemas alimentares em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030. Destacam-se, em particular, a defesa de que os camponeses têm o direito de definir seus próprios sistemas agroalimentares e o entendimento de que Estado deve intervir no mercado para garantir preços justos e renda adequada.

Em outubro de 2023, cinco anos após a UNDROP, um Grupo de Trabalho de especialistas independentes da ONU foi criado durante a 54ª sessão do Conselho de Direitos Humanos em Genebra. Este grupo será responsável por “promover a disseminação e aplicação efetiva e integral da UNDROP”, incentivar boas práticas, coletar informações, contribuir para a assistência técnica e o desenvolvimento de capacidades,

além de formular recomendações ao Conselho de Direitos Humanos. Isso abre um novo caminho para a possibilidade de influência em vários níveis do Estado para a implementação efetiva.

Ainda na questão internacional, o direito à alimentação, por sua vez, está previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos desde 1948. Porém, no Cone Sul, apenas Brasil e Paraguai o garantem explicitamente em suas Constituições. O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) é outro marco fundamental nesse debate. Em seu artigo 11, define que “direito à alimentação adequada se realiza quando todo homem, mulher e criança, sozinho ou em comunidade com outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, a uma alimentação adequada ou aos meios necessários para sua obtenção”.

O PIDESC, adotado pela ONU em 1966, foi assinado por 71 países – entre eles, Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. A questão é que não basta garantir direitos na lei, o fundamental é observar sua aplicação na prática e isso requer pressão sobre o poder público para que efetive tais preceitos, por meio de ações concretas.

Esperança e realidade

O Brasil, em particular, vive um momento de perspectiva de avanços em relação aos países do Cone Sul. Com a derrota de Jair Bolsonaro (PL) nas eleições de 2022, o país vislumbra a possibilidade de reverter os retrocessos nas políticas que o levaram a figurar novamente no mapa da fome (*ver capítulo 7*). De fato, o primeiro ano do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi marcado, por um lado, pelas melhoras das condições econômicas e redução da pressão inflacionária dos alimentos e, por outro lado, pelo esforço de retomar políticas públicas que fizeram parte do ciclo de governos petistas entre 2003 e 2016.

É bem verdade que a correlação de forças favorável ao agronegócio principalmente no Congresso brasileiro levou o governo a corroborar medidas que aprofundam o domínio das transnacionais no sistema agroalimentar, como por exemplo a aprovação do cultivo do trigo transgênico ou do Pacote do Veneno (projeto de lei 1.459/2022), que entre outras medidas atenta contra a saúde humana e amplia o uso de agrotóxicos no Brasil. Neste último caso, o presidente Lula vetou os artigos mais nocivos da legislação, mas sua decisão

O DESAFIO DO CONE SUL DE GARANTIR A SOBERANIA ALIMENTAR



1. Direito à alimentação adequada

Reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), estabelece que as pessoas têm direito a se alimentar com qualidade e dignidade. Em 1966, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) foi aprovado pela Assembleia Geral da ONU, ratificado por 171 países, definindo que toda pessoa deve ter acesso físico e econômico, de maneira constante, a uma alimentação adequada ou aos meios necessários para sua obtenção.

2. Soberania alimentar

Direito dos povos de definir suas políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos a fim de garantir o direito à alimentação para toda a população. Tal objetivo deve ser alcançado com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos de vida de camponeses, indígenas e de pescadores.

BRASIL

O desafio de combater à fome e garantir a soberania alimentar requer ações emergenciais e mudanças estruturais no modelo agrícola. Algumas prioridades seriam:

1. Uma visão integral da importância da reforma agrária, da agricultura familiar e dos povos tradicionais na produção de alimentos saudáveis.
2. A função social da terra e a transição agroecológica para a produção de alimentos livres de venenos e transgênicos.

Medidas necessárias

- Assentamento das famílias que vivem nos acampamentos, distribuição de cestas básicas e suspensão dos despejos.
- Fortalecimento do orçamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
- Retomada da atuação da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e das políticas de formação de estoques reguladores.
- Desburocratização e adequação das exigências para que a agricultura camponesa, familiar e indígena possa fornecer alimentos para os programas sociais.
- Apoio à agroecologia e às iniciativas de desenvolvimento de uma nova matriz para a agricultura brasileira.

Cerca de

110 mil famílias

vivem acampadas hoje no país.



URUGUAI



2021

Ano em que foi aprovado o Plano Nacional de Agroecologia (PNA), que declara ser de interesse geral a promoção e o desenvolvimento de sistemas de produção, distribuição e consumo de alimentos agroecológicos para fortalecer a soberania e a segurança alimentar.

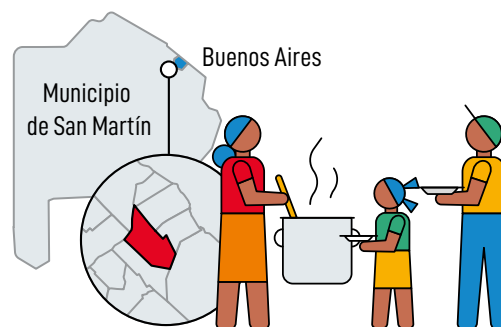
PARAGUAI

Conquistas interrompidas após o golpe

- 2009 ○ Aprovação do Plano Nacional de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional do Paraguai (Planal), primeira iniciativa do país para combater a fome de forma integral.
- 2012 ○ Golpe parlamentar contra Fernando Lugo; início de restrições às iniciativas de apoio à agricultura camponesa e familiar; medidas de apoio ao avanço da monocultura de soja.
- 2019 ○ Criação do Vice-Ministério da Agricultura Familiar e Camponesa, pela lei n.6286, vinculado ao Ministério da Agricultura.
- 2022 ○ Realização do Censo Agropecuário Nacional (CAN).

ARGENTINA

No município de San Martín, na Província de Buenos Aires, o poder público apoia processos que garantem qualidade e recursos para associações e cooperativas, fortalecendo espaços comunitários (escolas, cozinhas populares, clubes) que oferecem alimentos saudáveis para a população.



A Subsecretaria do Trabalho e da Economia Social e solidária destina

40% do orçamento

para a economia popular, por meio de cooperativas de produção (camponesas e urbanas) ou de comercialização. Garante, assim, o abastecimento das escolas de San Martín e de cerca de 180 cozinhas populares do município, gerando

15 mil alimentações diárias.

CHILE



Novos paradigmas para a soberania alimentar

Uma ampla articulação da sociedade civil elaborou uma nova agenda de reivindicações durante o primeiro processo Constituinte, em 2019.

Mesmo com o impasse após os plebiscitos que rejeitaram duas versões da Carta Magna, trata-se de um referencial para as organizações locais:

- O Estado deve garantir a função social e ecológica da terra;
- Promoção de mercados locais e feiras livres;
- Reconhecimento da agricultura camponesa e indígena, além da pesca artesanal, como atividades fundamentais para a produção de alimentos;
- Reconhecimento da soberania alimentar como um princípio fundamental para a garantia do direito à alimentação e definição das políticas agrícolas e alimentares.

ainda pode ser derrubada pelos deputados e senadores. Impasse semelhante se apresenta no caso do Marco Temporal, que na prática atenta contra os direitos dos povos indígenas a seu território. Pela nova lei aprovada no Congresso, os povos indígenas só teriam acesso às terras em que estavam em outubro de 1988. Lula vetou alguns dos artigos mais nocivos da medida, porém essa decisão pode ser derrubada pelos parlamentares. A tendência é que essas questões sejam levadas ao Judiciário.

Com relação à retomada das políticas públicas, destaque para a revitalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), agora com a inclusão do Programa das Cozinhas Solidárias (*ver capítulo 13*), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o lançamento do Brasil Sem Fome, a reinstalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), o fortalecimento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e a reconstituição da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo).

São medidas que contribuem para que o país retome a trilha de combate à fome. Os efeitos práticos ainda não foram observados na escala em que o problema se apresenta. Um exemplo é o balanço do que aconteceu com o PAA, que contrata a produção da agricultura familiar camponesa e indígena para a distribuição de cestas básicas gratuitas para pessoas em situação de insegurança alimentar. O orçamento de 2023, definido ainda pelo governo Bolsonaro, previa apenas R\$ 2,7 milhões para seu programa similar, o Alimenta Brasil. Como revela uma reportagem da agência *o joio e o trigo*, por uma série de fatores, houve uma recomposição do orçamento do PAA, que chegou a R\$ 516 milhões (até novembro de 2023). O problema é que, embora o orçamento tenha crescido, apenas metade desse total (R\$ 263,2 milhões) foi, de fato, executada até o início de dezembro.

O PAA não só tardou em realizar as contratações ao longo do ano (os primeiros contratos começaram a sair em agosto), como uma série de travas burocráticas e administrativas tem dificultado o acesso de camponesas e camponeses aos recursos. Além disso, mesmo com a retomada, o orçamento do programa não atingiu o valor que teve em 2012, quando somou R\$ 621 milhões em um cenário em que a crise alimentar no Brasil era muito menor.

Até o momento, o orçamento federal previsto para 2024 não aponta para a retomada da dimensão que esses programas tiveram no passado. A previsão inicial para o PAA é de uma verba de R\$ 401,8 milhões. Já para a reforma agrária, que ficou paralisada ao longo do ano, a situação é ainda mais grave. Está previsto um orçamento para o Instituto Nacional

de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de R\$ 567 milhões, valor similar ao definido por Bolsonaro em 2020 e que representa cerca de um quinto do menor orçamento que o órgão teve entre 2006 e 2013.

Na Argentina, a situação é ainda mais complicada. As primeiras medidas do governo ultraneoliberal de Javier Milei agravaram a crise alimentar no país, afastando o governo de seu dever de garantir o direito à alimentação. Mesmo com incertezas em relação às políticas públicas para o setor da agricultura familiar no país, será fundamental fortalecer e sustentar as iniciativas dos movimentos sociais, dos estados provinciais e locais, ao mesmo tempo que seguirá a disputa sobre o papel do Estado.

Com relação a ações nas escalas regionais e locais, há diversas experiências que apontam nesse sentido. Uma experiência destacada é a de San Martín, na região metropolitana de Buenos Aires, que hoje compra de cooperativas da economia popular camponesa cerca de 40% dos alimentos que abastecem suas cozinhas populares e as cestas básicas distribuídas à população.

Como no caso do PAA no Brasil, a compra pública é uma das políticas mais eficazes para garantir o desenvolvimento de sistemas camponeses de produção. Além de ser um importante apoio à agricultura familiar, permite abastecer escolas, hospitais, comedores e outras instalações públicas com alimentos saudáveis.

Nesse tema, merece destaque a iniciativa do governo do Ceará de Elmano de Freitas (PT), que criou, no início de 2023, um ambicioso programa de combate à fome no estado. O projeto articula a compra pública de alimentos da agricultura familiar e camponesa, a criação de cozinhas populares e distribuição de renda à população mais pobre para aquisição de produtos em comércios locais. Em pouco mais de seis meses, foram instaladas 1.080 cozinhas em 181 municípios, que garantem alimentação regular a cerca de 100 mil pessoas.

Além da aquisição, outro desafio para a agricultura familiar é a viabilização de estruturas de armazenamento e transporte que muitas vezes são barreiras quase intransponíveis para a comercialização. O programa Entramados Productivos do governo de Alberto Fernández na Argentina trouxe avanços. Em colaboração com universidades, cooperativas, organizações camponesas e governos locais, foram construídas 14 unidades para promover a produção de alimentos em cooperativas e associações, além de 59 armazéns populares chamados Nodos Solidários de Alimentos.

Outra experiência significativa argentina é o das empresas públicas de alimentos. Uma delas surgiu em 2020, em plena

pandemia, na cidade de Rosario, lançada pelas organizações Ciudad Futura e Patria Grande. A ideia foi criar Unidades de Beneficiamento Local que têm como fornecedores uma rede de pequenos e médios produtores de alimentos. A fim de reduzir custos e assim prestar assistência alimentar, essas unidades dividem em pequenas quantidades e empacotam os produtos conforme as necessidades locais.

No início de 2022, a Patria Grande abriu outra empresa pública no Mercado Central em Buenos Aires. Províncias como La Rioja, San Luis, La Pampa, Formosa e Catamarca já possuem unidades similares e processam alimentos como carnes, farinhas, óleos, verduras, enlatados, bebidas. Fornecem esses produtos ao mercado interno a preços acessíveis e, em alguns casos, também para o comércio exterior. Contam, para isso, com apoio de governos locais e de províncias. São experiências que apresentam um impacto positivo na comercialização de alimentos, garantindo a partir da economia popular o abastecimento de produtos da cesta básica para organismos públicos e o mercado interno a preços justos. Além disso, as unidades contribuem para a produção da agricultura familiar camponesa, permitindo escoamento e previsibilidade.

O crescimento da agroecologia no Uruguai é um dos desafios refletidos no Plano Nacional de Agroecologia (PNA), elaborado por uma diversidade de movimentos, organizações e instituições, principalmente da Red de Agroecología del Uruguay, la Red de Semillas Nativas y Criollas y la Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología. O PNA responde à lei n.19.717, aprovada no final de 2018. A normativa estabeleceu a formação de uma Comissão Honorária Nacional (composta por organizações sociais, acadêmicos e representantes do Estado) para a criação de um plano com foco na agroecologia e na produção.

Em fevereiro de 2020, a Comissão já havia divulgado as diretrizes do programa, mas o novo governo de Luis Lacalle Pou atrasou sua aprovação devido às críticas contidas em relação ao agronegócio. O plano, enfim, foi apre-

AGROECOLOGIA URBANA EM ROSÁRIO

Política pública incentiva a criação de Hortas comunitárias desde o fim dos anos 1980.

Espaços socioprodutivos

■ Espaços verdes

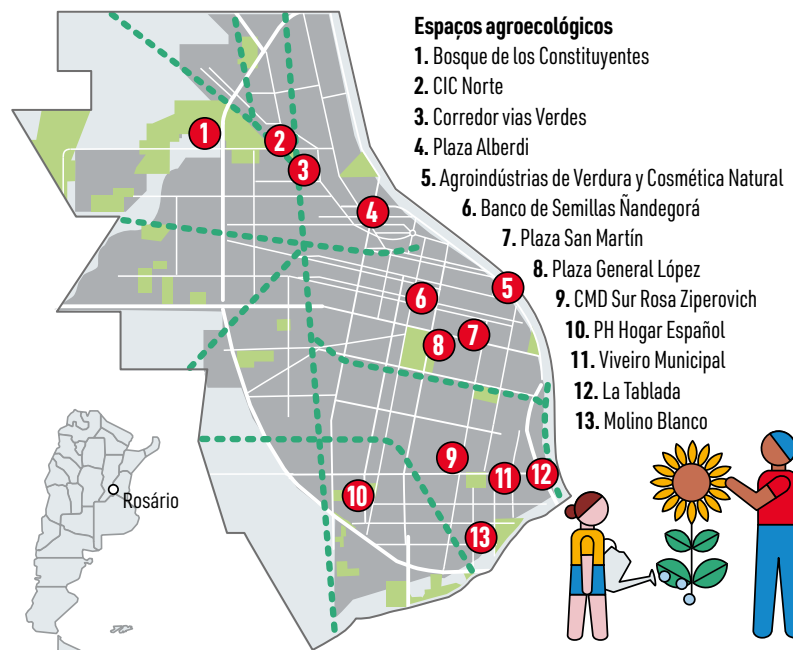
Terrenos amplos (parques, praças, reservas) onde se realizam atividades produtivas, culturais, esportivas, educacionais e de capacitação.

— Corredores verdes

Terrenos próximos às linhas férreas onde são cultivadas hortaliças e ervas aromáticas.

■ Toda a cidade

Estímulo a criação de horas nas residências, nas escolas e em espaços urbanos degradados convertendo-os em espaços verdes produtivos



40 hectares

distribuídos em 7 Parques Hortas e 8 Hortas Produtivas Grupais além de hortas hospitalares, escolares e terapêuticas.

75 hectares

de áreas públicas destinadas exclusivamente para a agricultura urbana.

65 %

são mulheres participando das hortas coletivas.

10 hectares

distribuídos em novos três Parques Hortas, criados a partir de 2022.

2.400

pessoas produzem nas hortas para abastecimento familiar e 300 para comercializar.

2.500 toneladas

de verduras por ano são produzidas e vendidas em 20 feiras semanais.

Cronologia das hortas urbanas

- 1987/90 ○ **Fase pioneira:** Um grupo de cidadãos cria o modelo de Horta Grupal Comunitária.
- 1990/97 ○ **Institucionalização:** Diversas instituições municipais se articulam com o coletivo das hortas.
- 1998/2001 ○ **Agroecologia:** Conexão da agricultura urbana de Rosario com o resto da província.

- 2002/05 ○ **Disseminação:** 700 hortas comunitárias pequenas em terrenos emprestados.

- 2002/08 ○ **Política pública:** Criação do Plano de Agricultura Urbana (PAU).

- 2008/19 ○ **Participação cidadã:** Desenvolvimento da gestão dos espaços verdes entre poder público e os coletivos de hortas de Rosario.

DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DOS CAMPONESES (UNDROP)

A adoção da UNDROP pela ONU em 2018 foi uma importante conquista do movimento camponês internacional.

Novos desafios

- Garantir que os direitos consagrados pela Declaração sejam respeitados, protegidos e promovidos pelos Estados.
- Transformar a UNDROP em uma ferramenta política e jurídica para assegurar o direito das famílias que vivem e trabalham no campo a uma vida digna e na construção de um modelo agrícola com justiça social, soberania alimentar e respeito à biodiversidade.



sentado em maio de 2022 e propõe, entre outras medidas, a criação de espaços de comercialização (feiras e mercados regionais de produtos agroecológicos), o envolvimento de governos estaduais e municípios, compras públicas de alimentos e políticas ativas para famílias produtoras agroecológicas.

Cidades pela soberania alimentar

A escala local se mostra um espaço privilegiado de atuação para as políticas que garantem o direito à alimentação e a soberania alimentar. São diversas as experiências de cultivos em pequenas áreas em uma cidade ou em extensões maio-

res em suas periferias, destinados ao consumo próprio das famílias ou à venda em pequena, média ou grande escala – dependendo se estão organizados em cooperativas ou não.

Agroecologia urbana é um projeto político e produtivo que possui potencial transformador diante de múltiplas crises. Um exemplo disso é a região metropolitana de Rosário, a terceira maior população da Argentina (com 1,2 milhão de habitantes), onde o processo se iniciou ainda em 1987. Naquele ano, agrônomos reunidos na ONG Centro de Estudios de Producciones Agroecológicas (Cepar), membros da cooperativa de moradia popular Saladillo Sur e moradores da comunidade de Villa El Mangrullo decidiram promover a instalação de hortas para a produção familiar e social de alimentos.



O projeto virou política pública em 2002, com a criação do Programa de Agricultura Urbana (PAU), iniciativa com orçamento próprio inserida no Plano Estratégico de Ordenamento Territorial e Metropolitano 2008-2018. A partir desse momento, houve a ampliação e diversificação do público contemplado, a criação e o aprofundamento de técnicas agroecológicas e de práticas adicionais de geração de renda para as famílias produtoras, e a realização de atividades de visibilização e valorização dos benefícios para o meio ambiente dessa prática.

O processo se ampliou em 2016, com o Projeto Cinturón Verde, que estimulou os cultivos da zona periurbana de Rosário a passar por processos de reconversão agroecológica. A ideia foi promover uma produção em maior escala de alimentos saudáveis para atender à demanda crescente.

Alguns dos espaços denominados socioprodutivos da agroecologia urbana na área metropolitana de Rosario são hortas familiares, hortas escolares e organizadas em pequenos espaços, como varandas e terraços, além de corredores verdes ao longo das vias férreas que atravessam a cidade. No entanto, os lugares mais destacados são os Parques Jardins, grandes espaços públicos em que são desenvolvidas atividades produtivas, culturais, esportivas, educativas e formativas. Lá, são realizadas visitas e formações para o público, que aprende sobre a agroecologia urbana em um intercâmbio direto com os produtores e sua produção.

Do outro lado da cordilheira dos Andes, entre colinas e desfiladeiros nas periferias de Valparaíso, no Chile, em 2020 iniciou-se um processo de recuperação de conhecimentos e práticas agroecológicas para multiplicar hortas urbanas durante a pandemia. O que surgiu em uma situação de emergência se consolidou como uma política pública. Hoje já são 17 hortas comunitárias que se articulam com o EcoMercado Solidario, uma iniciativa do Fundo Solidário de Investimento Social (FOSIS) e da prefeitura local. A produção coletiva das hortas comunitárias é distribuída entre as comunidades e nas cozinhas comunitárias que seguem funcionando depois da pandemia.

A cidade de Maricá, no Rio de Janeiro, tem uma experiência no mesmo perfil. As hortas e pomares organizados em espaços públicos do município já abasteceram a população com mais de 22 toneladas de alimentos desde outubro de 2020. Mais de 60 variedades vegetais, entre hortaliças, raízes, tubérculos, frutíferas e plantas medicinais, são produzidos nos chamados “jardins comestíveis”, que já se tornaram referência de política pública no combate à fome. A colheita nesses espaços se soma à produção da Fazenda

Pública Joaquín Piñero, uma área do município cedida para moradores interessados em trabalhar com agricultura, mas que não conseguem pela falta de um pedaço de terra. Os alimentos agroecológicos são distribuídos em escolas, asilos e restaurantes populares.

Além disso, por meio do programa Horta em Casa, a prefeitura fomenta a produção de alimentos saudáveis e livres de veneno nas residências, fornecendo assistência técnica especializada para o desenvolvimento de uma agricultura urbana que pode se tornar um complemento na renda familiar. Também há um banco de sementes crioulas com mais de 20 espécies para estimular esses cultivos. Uma fábrica de desidratados, criada pela prefeitura em 2021, beneficia os alimentos e fornece para as escolas banana desidratada e mandioca descascada.

Eleições municipais

Ações como essas são bem-vindas principalmente em 2024, quando o Brasil terá eleições municipais. Hoje as cidades brasileiras possuem um significativo repertório de experiências, que apresentam um leque importante de políticas públicas de fortalecimento da soberania alimentar. Cabe destaque nesse sentido um projeto da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) que, entre maio de 2021 e fevereiro de 2022, estimulou uma série de experiências inovadoras de incidência política em âmbito municipal para promoção da soberania alimentar. Após esse processo, um mapa georreferenciado foi lançado com 59 experiências em todo o território nacional.

Com a iniciativa Agroecologia nos Municípios, a ANA teve como objetivo construir experiências-piloto de mobilização no desenvolvimento de políticas públicas, avançando no ciclo de elaboração, implementação e monitoramento da ação do poder público. Foi um desdobramento da campanha Agroecologia nas Eleições lançada em 2020, que mapeou mais de 721 iniciativas entre políticas públicas, programas e legislações em 531 municípios de todas as regiões do Brasil. Uma carta-compromisso foi elaborada na ocasião e 1.240 candidatas/os assinaram o documento; desse conjunto, 172 foram eleitas/os, sendo 47 prefeitos/as e 125 vereadores/as.

São indicadores de que a articulação das organizações em defesa da soberania alimentar, em diferentes escalas, assim como sua sistematização, é suficientemente poderosa para combater a fome e construir alternativas para novas formas de convivência com o meio ambiente.

PODER POPULAR CONTRA A FOME

Diz o samba que “quando tudo parece estar perdido, é nessa hora que você vê, quem é parceiro, quem é bom amigo, quem tá contigo, quem é de correr”. Na pandemia não foi diferente. Se no Brasil, por exemplo, o governo de Jair Bolsonaro abandonou a população à própria sorte, foi a solidariedade de famílias, amigos, comunidades, organizações sociais, religiosas e movimentos populares, principalmente, que nos momentos mais críticos da crise procurou garantir as necessidades básicas da população mais pobre. A fome explodiu no país, e a mobilização social em torno da distribuição de alimentos ganhou relevância.

A criatividade popular para enfrentar a crise do Covid-19 promoveu um laboratório de experiências de organização social e de busca de saídas respostas coletivas. Uma série de iniciativas nascidas ou potencializadas naquele momento seguem existentes, dialogando com práticas históricas de trabalho de base territorial e incorporando novos atores, temas e alianças. Desde o fornecimento direto de alimentos até a orientação sobre cuidados de saúde ou o apoio para acessar programas sociais, a tarefa das organizações sociais adquiriu uma dimensão central.

Para além de seus efeitos imediatos, as experiências de solidariedade também se contrapõem às soluções individuais ou às visões de que o mercado tem por si só a resposta para todos os problemas. Na ação concreta, desarticulam ideias típicas do neoliberalismo e oferecem à sociedade uma alternativa construída coletivamente para os problemas sociais. E não se trata de fazer da virtude um vício, até porque boa parte dessas iniciativas são acompanhadas por processos de formação política que dialogam sobre a necessidade de se organizar e exigir do Estado que garanta as necessidades básicas da população.

Para além do assistencial

É nesse sentido que as ações dos movimentos populares se diferenciam das campanhas de conduzidas por conglomerados empresariais ou organizações vinculadas às elites econômicas. Atraídas pelo marketing e pela visibilidade que essas atividades proporcionam, tais iniciativas desenvolvem uma perspectiva passiva, assistencialista, que silencia o povo como sujeito de direitos. Os setores populares são colocados em um lugar de “beneficiários” da ação de um terceiro, como dependentes ou pouco ativos na luta pela

transformação das condições estruturais que produzem as desigualdades sociais, étnicas, raciais e de gênero.

Embora cada experiência realizada pelos movimentos populares do Cone Sul tenha suas particularidades, essas ações têm como distinção o fato de apontar para transformações estruturais na sociedade, de modo que a organização popular, a soberania alimentar e o direito à alimentação ocupam um lugar central. Isso tem sido uma preocupação do Movimento Sem Terra (MST), por exemplo, que organizou uma massiva campanha de solidariedade no Brasil.

Desde março de 2020, o MST organizou a doação de 8 mil toneladas de alimentos saudáveis e 2.500 milhões de marmittas em 24 estados. Os números são impressionantes, mas não se trata apenas da entrega da comida. Um dos aspectos centrais dessa ação tem sido combinar a solidariedade com a pedagogia do trabalho de base, exercitando a educação popular e contribuindo também com o aprendizado de outras organizações com os quais se trabalha em cooperação. O alimento, assim, é a porta de entrada de um processo político em que sua preparação, na panela vazia, carrega o tempero da luta camponesa, pela reforma agrária, tudo entendido como parte da mensagem de solidariedade.

As possibilidades de atuação são múltiplas. Em Pernambuco, por exemplo, colocou-se em prática uma dinâmica também verificada em outros estados, como Paraná e Ceará, com diversas ferramentas: doação de alimentos saudáveis pelos assentados da Reforma Agrária; criação de Bancos Populares de Alimentos em regiões periféricas; mapeamento das necessidades da comunidade pelos agentes populares de saúde; produção coletiva em hortas comunitárias; e doação de refeições previamente preparadas em cozinhas solidárias.

Batizada de Mãos Solidárias, a campanha foi reconhecida pelo prêmio Pacto contra a Fome, iniciativa organizada por duas agências da ONU: para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e para Alimentação e Agricultura (FAO). Apenas na região metropolitana do Recife foram entregues cerca de 1,6 milhão de marmittas.

Cada uma dessas ações é o resultado de um processo de organização popular. Realiza-se um processo de sensibilização junto às famílias dos assentamentos e dos acampamentos, para que participem na distribuição de alimentos nas zonas periféricas da região metropolitana, contribuindo com



parte de sua produção no campo, assim como a de qualquer cooperativa. Sob o lema da aliança entre o campo e a cidade, reservam uma manhã de trabalho semanal em uma horta comunitária, para esta ação solidária.

Os alimentos arrecadados são enviados aos Bancos Populares de Alimentos, espaços localizados em regiões periféricas de onde serão distribuídos. A comunidade que receberá a doação define onde será localizado e é responsável por sua gestão. Os critérios sobre quem receberá os alimentos são definidos coletivamente. Os agentes populares de alimentação ou de saúde desempenham um papel fundamental nesse sentido (*leia mais abaixo*).

Os moradores da comunidade recebem formação e uma cartilha para identificar as necessidades do entorno, para depois realizar um mapeamento das principais necessidades e vínculos existentes. Além de fornecer informações básicas sobre a assistência sanitária, coletam informações sobre o perfil dos residentes, suas vulnerabilidades e começam a identificar as possibilidades de articulações.

Em algumas comunidades, um dos primeiros trabalhos coletivos é justamente a criação de uma horta agroecológica comunitária, que vai suprir parte das necessidades identificadas. O espaço é sustentado em articulação com escolas, associações de moradores ou com coletivos, inclusive em áreas abandonadas, e é cuidado por militantes dos movimentos populares. Também é realizado um processo de

formação sobre a horta e a importância de produzir alimentos saudáveis, sem agrotóxicos.

Em Pernambuco, a gama de forças que fortalecem essa iniciativa é ampla e inclui sindicatos, igrejas e universidades. O processo envolve diversos atores, entre eles, organizações da Via Campesina, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento Brasil Popular, Levante Popular da Juventude ou Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos (MTD).

Cozinhas Solidárias

Está claro que as formas históricas de organização popular estão na base dessas iniciativas. Durante a pandemia, o Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST) intensificou a criação de cozinhas solidárias nos estados onde está presente. O crescimento foi espantoso e responde à necessidade urgente da população. Hoje, já são 47 cozinhas em 14 estados que servem pelo menos uma refeição por dia; antes da pandemia, existiam duas experiências no Rio de Janeiro.

Até hoje, já foram servidas cerca de 3 milhões de marmittas e mais de 400 toneladas de alimentos foram processadas. O MTST arrecada fundos através de doações e da articulação com sindicatos, entidades e organizações sociais. No Rio de Janeiro, os alimentos passaram a ser comprados prioritariamente do Movimento dos Pequenos Agricultores

INICIATIVAS SOLIDÁRIAS EM DEFESA DA SOBERANIA ALIMENTAR

Alianças de movimentos camponeses, urbanos e organizações sociais criam experiências comunitárias para alimentar o povo.



ESPAÇOS COLETIVOS DE ALIMENTAÇÃO

Cozinhas solidárias, comunitárias ou populares referem-se a espaços em que alimentos são preparados diariamente e distribuídos de forma gratuita a pessoas da comunidade ou em situação de rua. As formas de compartilhar as refeições variam de acordo com as práticas sociais e históricas de cada país.



CESTAS BÁSICAS DE ALIMENTOS SOLIDÁRIOS

Organizações e cooperativas organizam cestas básicas de vegetais, frutas e alimentos secos para doação, com ou sem apoio do poder público, ou venda a preço de custo. Muitas dessas cestas solidárias são destinadas aos espaços coletivos de alimentação organizados pelas organizações.



BANCOS DE ALIMENTOS

Uma das ferramentas de territorialização das ações solidárias são os bancos de alimentos, espaços autogeridos nas periferias urbanas. Esses locais recebem doações de alimentos e os armazenam para distribuição, a partir de critérios discutidos democraticamente e coletivamente.



COMPRAS COMUNITÁRIAS

Organização coletiva que promove o comércio popular de emergência, a soberania alimentar e o fortalecimento das redes sociais de solidariedade. Procura consolidar processos de fortalecimento organizacional e territorial, bem como independência em relação a grandes cadeias de consumo.



AGENTES POPULARES / FORMAÇÃO

Experiências de formação e educação popular de agentes/promotores de direitos (à alimentação, à saúde) no contexto das ações de políticas solidárias dos movimentos, visando desenvolver consciência política da ação solidária e a defesa de direitos sociais.



HORTAS COMUNITÁRIAS E FARMÁCIAS VIVAS

Iniciativas de hortas comunitárias e plantas medicinais para abastecer espaços coletivos de alimentação.

URUGUAI

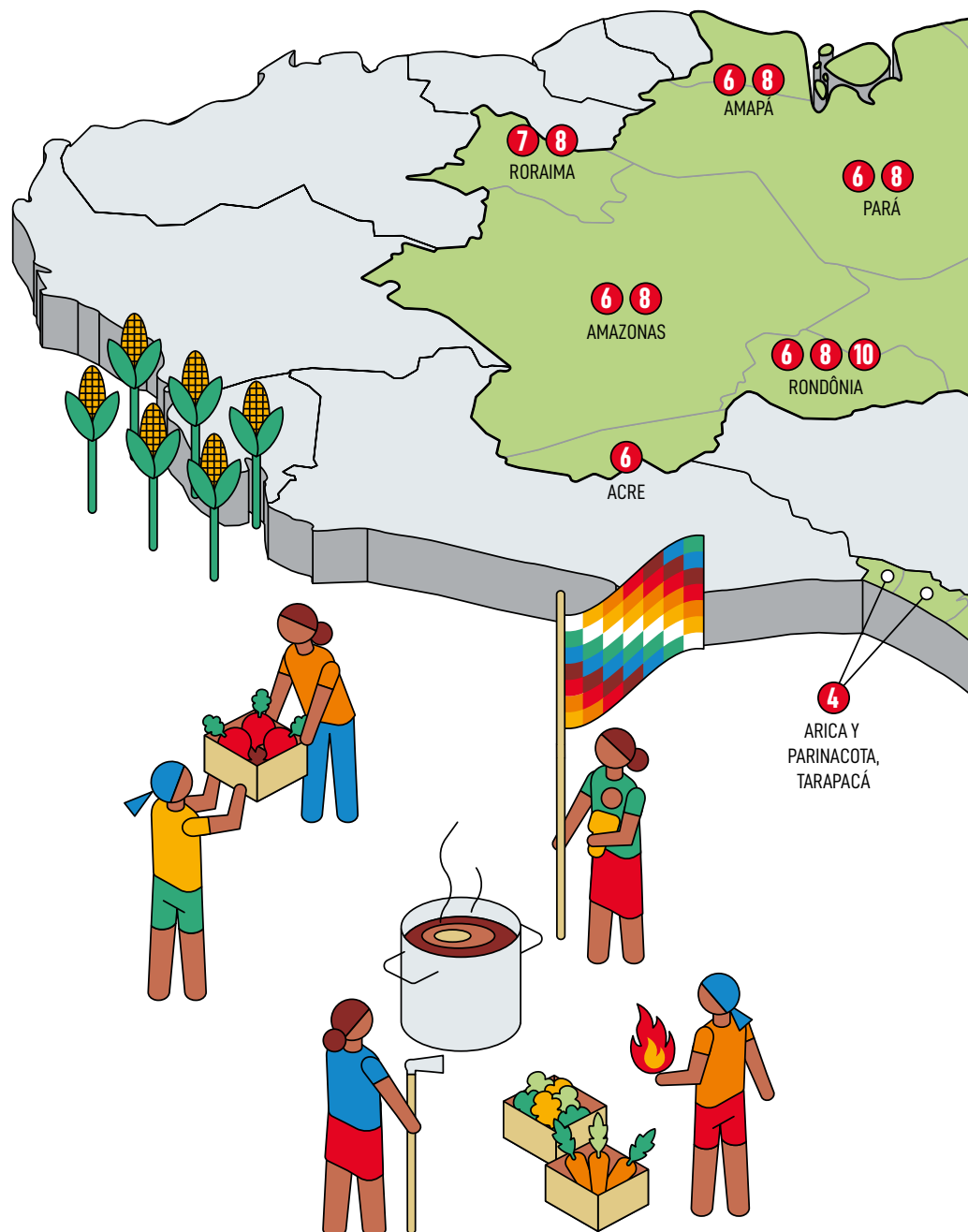


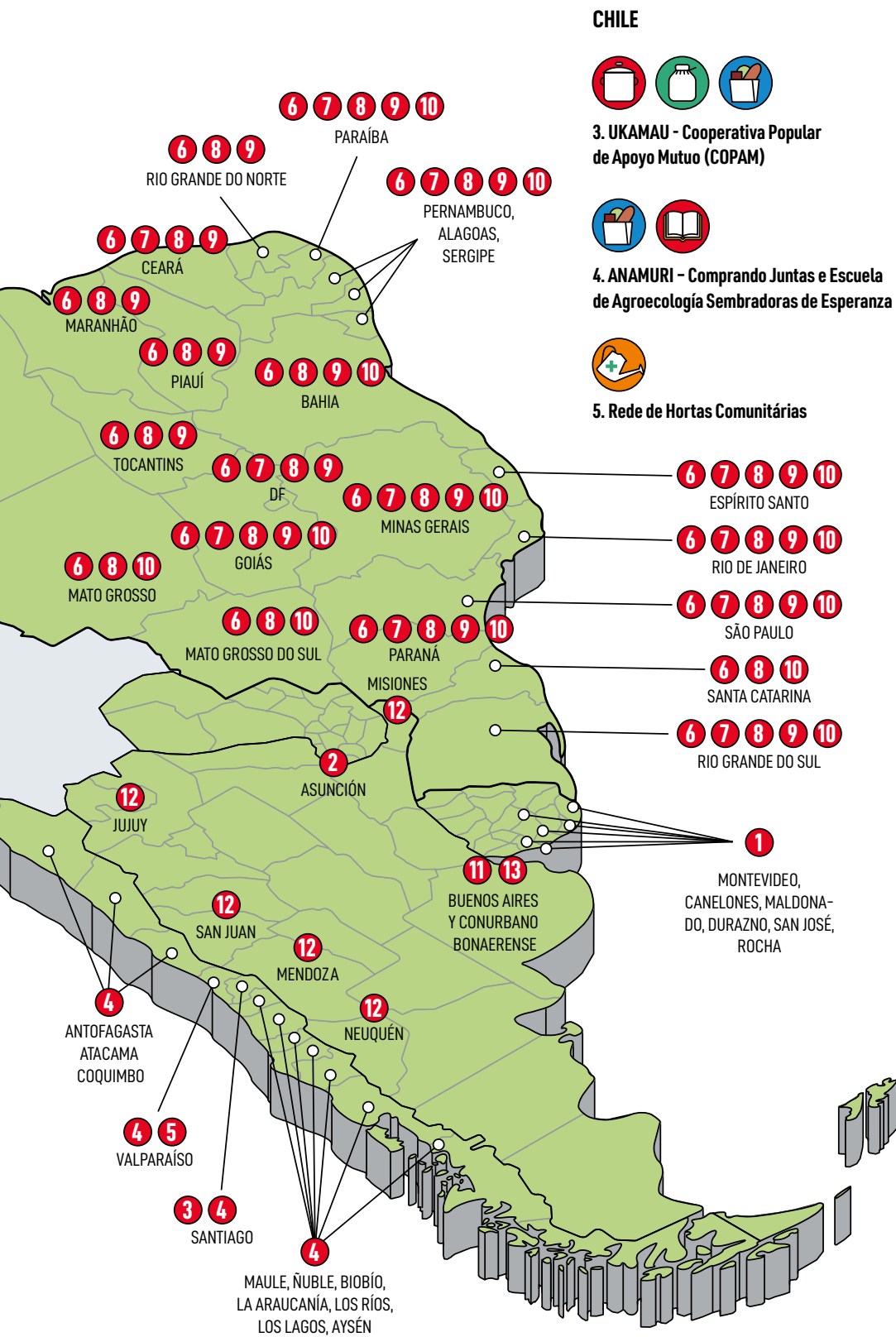
1. CPS, Coordinadora Popular y Solidaria

PARAGUAI



2. Red Nacional por el Derecho a la Alimentación





Nota: As experiências registradas correspondem a entrevistas e levantamentos realizados no marco da elaboração deste Atlas junto a organizações aliadas da Fundação Rosa Luxemburgo e de maneira nenhuma expressam a totalidade das iniciativas existentes nos cinco países.

(MPA). A experiência funcionou tão bem que a deputada federal Talíria Petrone (PSOL-RJ) aprovou, em 2023, uma emenda parlamentar que reproduz esse modelo de aliança campo-cidade para cozinhas instaladas em quatro estados brasileiros (DF, PE, PA e CE).

Um ponto central da iniciativa é a participação da própria comunidade em um processo que vai desde a criação da Cozinha. Essas ações já envolveram cerca de 2 mil voluntários. Localizadas em áreas de extrema pobreza das grandes cidades, as unidades se tornam um espaço de convivência e defesa de direitos. Não se trata só de distribuir comida. Trata-se de uma tecnologia social de articulação da comunidade em torno da procura de respostas coletivas para problemas que partilham. E surgem propostas de ação coletiva para reivindicar linhas de ônibus, melhorias nos postos de saúde ou abertura de mais vagas nas escolas do entorno, por exem-

plo. Isso sem falar nas outras ações que nascem nas próprias cozinhas, como desenvolvimento de hortas comunitárias, reforço escolar, cinema comunitário, formação política, criação de cooperativas de trabalho e convívio social.

As Cozinhas Solidárias criadas pelo MTST são resultado do próprio desenvolvimento do movimento. De um lado, exercitam a prática habitual das ocupações de terra realizadas desde o surgimento da organização, em 1997, na luta por moradia digna e pelo direito à cidade. A cozinha é o primeiro espaço organizado quando se entra na terra – assim como nas ocupações no campo. Por outro lado, seria impossível contar a história dessas cozinhas do MTST sem considerar a influência que experiências dos vizinhos sul-americanos tiveram para seu desenvolvimento.

É a partir de um intercâmbio realizado na Argentina, ainda em 2017, que ganha força a ideia de criar a experiência



COZINHAS SOLIDÁRIAS

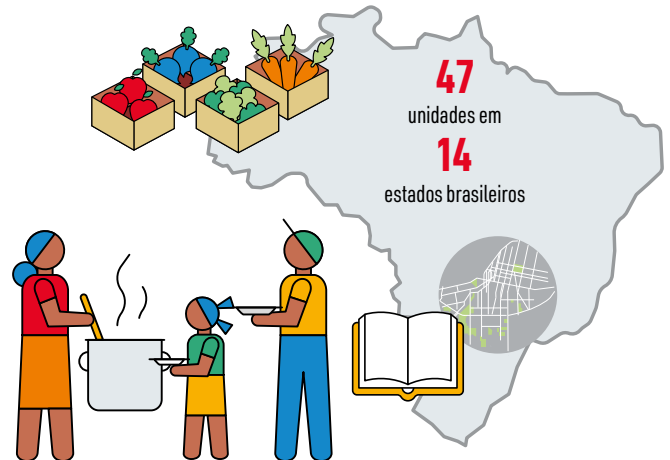
80 cozinheiras
400 toneladas de alimentos doados ou comprados
3 milhões de marmitas distribuídas



Cozinhando dignidade

Em momentos de crise social e sanitária, os povos da região resgatam práticas de resistência e solidariedade. As cozinhas populares estão na memória de luta da região, seja em ocupações de terra no campo ou na cidade, seja nas periferias urbanas. São sobretudo mulheres que cozinham resistência e esperança, compartilhando seu conhecimento em defesa da dignidade.

- Localizadas nas periferias e em zonas urbanas degradadas
- Protagonismo feminino
- Valorização do conhecimento das cozinheiras
- Hortas comunitárias
- Reforço escolar, oficinas de autocuidado, cinema comunitário
- Inspiração do Programa Nacional das Cozinhas Solidárias
- Articulação da comunidade



que hoje virou referência em todo o Brasil. Tamanho reconhecimento, inclusive, já tem respaldo na lei. Em julho de 2023, o Congresso aprovou a lei n.2920/2023 que, em uma iniciativa do deputado federal Guilherme Boulos (PSOL-SP), instituiu a Política Nacional de Cozinhas Solidárias ao mesmo tempo que recriava o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Panelas de resistência

As cozinhas populares, solidárias ou comunitárias estão historicamente vinculadas às histórias de resistência das classes subalternas. Presentes em experiências como a dos Panteras Negras, que organizavam cafés da manhã gratuitos para crianças das comunidades, além de uma série de outras ações sociais, ou em processos de luta na América Latina. Conhecidas também como *ollas populares* (panelas populares), foram registradas no Chile, ainda nos anos 1930, em plena crise econômica provocada pela Grande Depressão, como uma ação comunitária para enfrentar a falta de alimentos.

Estiveram muito presentes em outros momentos, como formas de enfrentamento às crises das ditaduras cívico-militares ou dos governos neoliberais dos anos 1990 no Cone

Sul. Na Argentina, as *ollas* são símbolos de todo o processo de convulsão social do início do século XXI, fazendo parte do imaginário coletivo ao lado dos bloqueios de avenidas e das mobilizações dos *piqueteros*. Talvez nesse país tenha alcançado a maior dimensão do ponto de vista de reconhecimento social e presença comunitária.

A organização social latino-americana La Poderosa estima que cerca de 10 milhões de argentinos recorrem a algum tipo de assistência alimentar nas *ollas populares*. Segundo o Registro Nacional de Refeitórios, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social, existem 34.782 cozinhas mantidas por movimentos populares, organizações sociais, igrejas, associações etc., nos quais trabalham 134.449 pessoas, em sua maioria mulheres.

A atuação dessas mulheres vai muito além do trabalho na cozinha. Ao longo do tempo, essas experiências na Argentina foram se diversificando e consolidaram o ramo sociocomunitário da economia popular. Nas *ollas populares* surgem cooperativas de alimentos, moradia, serviços públicos, têxteis etc. As tarefas comunitárias de cuidado que sustentam a vida também foram sendo estruturadas: espaços infantis e juvenis, espaços esportivos e culturais, abrigos para mulheres vítimas de violência de gênero, trabalho com homens e mulheres egressos do sistema prisional.



Tal desenvolvimento colocou em discussão a urgência de tornar visíveis as tarefas de cuidado, realizadas sobretudo por mulheres, e a necessidade de se reconhecer a ação comunitária como um “trabalho” que deve ser remunerado. Em debate estava a importância de se manter o cotidiano dessas redes comunitárias que surgiram em momentos de crise e se consolidaram centrais ao longo do tempo.

Isso levou em 2023 a duas organizações populares – La Poderosa e a União de Trabalhadores da Economia Popular (UTEP) – apresentarem um projeto de lei no Congresso para o reconhecimento salarial das cozinheiras comunitárias:

mulheres que garantem comida para centenas de pessoas todos os dias e que também cumprem uma tripla jornada de trabalho, dentro de suas casas, em seus trabalhos remunerados, além do cuidado comunitário que sustenta as redes dos bairros.

No ramo sociocomunitário da economia popular, não há geração de renda, não há uma transação mercantil como ocorre no setor chamado de produtivo que reúne, por exemplo, cooperativas têxteis e fábricas ocupadas. Por necessidade de se sustentar, muitas cozinheiras se organizaram em Cooperativas Gastronômicas. Marmitas, serviços de

catering, rotisseries, doces ou produtos panificados passaram a fazer parte dos Mercados Populares ou das redes de comércio cooperativo da economia popular.

No Uruguai, um estudo da Faculdade de Ciências Sociais estima que cerca de 700 *ollas* populares foram desenvolvidas durante o ano de 2020. Um marco nesse processo foi a criação de redes de solidariedade entre as cozinhas, a Coordenadora Popular e Solidária – Ollas por la Vida Digna (CPS). Durante os primeiros meses, o abastecimento de alimentos se desenvolveu com base nas doações de vizinhos em cada um dos territórios, assim como por parte de sindicatos e outras organizações. Mais tarde, foram estabelecidos acordos para a compra de insumos e alimentos com o Instituto de Alimentação (INDA), com a prefeitura de Montevideu e também por meio de fundos provenientes de um programa das Nações Unidas.

Ainda durante a pandemia, a CPS denunciou que o Estado uruguaio promoveu cortes ou supressão de programas sociais que atendiam os setores mais vulneráveis da população. Isso levou as cozinhas comunitárias de Montevideu a responder não só à emergência alimentar, mas também a diversos aspectos como programas de capacitação profissional, a orientação na busca de emprego, o acompanhamento de apoio escolar a crianças e até o estímulo de iniciativas da economia social e solidária. Cada rede de cozinhas funciona de maneira autônoma e tem um importante apoio tanto nas doações, quanto no trabalho de vizinhos de cada bairro.

Já no Chile, a Rede Ukamau articula *ollas* de diferentes territórios, constituindo-se finalmente como uma Cooperativa Popular de Apoio Mútuo (Copam), sob a ideia de

“Comprando Juntas”. É uma iniciativa que tem o apoio de diversas organizações, entre elas a Anamuri, organização de trabalhadoras do campo que faz parte da Via Campesina.

Durante a pandemia, essa iniciativa serviu para o sustento de companheiras pescadoras, coletores, trabalhadoras agrícolas e camponesas nos territórios. Esses processos lançaram as bases para a necessidade de consolidar as economias territoriais a partir da relação campo-cidade e de uma perspectiva de solidariedade transformadora.

Educação popular

Na Argentina, a UTT impulsionou uma iniciativa que também disputa o sentido da alimentação entre os lares que são sujeitos da assistência por parte das políticas sociais. Em uma aliança com mais de 100 organizações sociais – clubes de bairro, cooperativas, escolas, centros culturais, bibliotecas populares, organizações políticas, entre outras –, lançou a Rede de Comedores por uma Alimentação Soberana. Trata-se de uma iniciativa das organizações do campo e da cidade para garantir alimentos saudáveis para as panelas e refeitórios populares nas vilas da Cidade de Buenos Aires e no conurbano bonaerense, levando alimentos saudáveis, seguros e soberanos a cada bairro: “agroecologia nas comunidades”.

O preço e o acesso aos alimentos foram o impulso inicial para a criação da rede, mas também surgiram questões para pensar não apenas o acesso aos alimentos em termos de direito violado, mas ao mesmo tempo questionar a qualidade dos alimentos que poderiam ser adquiridos, bem como o que chega por meio dos kits do Ministério do

AGENTES POPULARES DA ALIMENTAÇÃO

Pessoas da comunidade que contribuem na organização popular procurando respostas coletivas para resolver problemas concretos.

- Inspiração no método de Paulo Freire
- Estímulo à organização popular e ao trabalho coletivo em cozinhas populares e hortas solidárias
- Estudo sobre as causas da fome e a soberania alimentar
- Defesa de hábitos alimentares saudáveis
- Organização de ações solidárias de distribuição de alimentos
- Incentivo a pratos típicos que valorizam a cultura brasileira

AGENTES POPULARES
DE
ALIMENTAÇÃO



Desenvolvimento Social e das refeições escolares. Devido à pandemia, as escolas permaneceram fechadas durante todo o ano de 2020, resultando no fechamento dos refeitórios escolares. Espaços que, em muitos casos, eram a única refeição diária para 62,4% das crianças pobres, segundo dados do Indec.

Uma das primeiras ações que a UTT promoveu com a Rede de Comedores foi a elaboração de um livro de receitas tradicionais, workshops de culinária e formação política. O livro buscou recuperar a qualidade dos alimentos, valorizar produtos locais ou não tão usuais na Argentina, como a mandioca, e as culturas culinárias dos países de origem de muitas mulheres e homens que produzem e cozinham.

Em 2021, iniciaram-se intercâmbios nos quais organizações urbanas visitaram as produções agroecológicas de quem fornece alimento para as cozinhas populares na Argentina e assim nasceu a Escola de Promotoras e Promotores para o Direito à Alimentação. A rede tornou-se uma ferramenta para responder aos setores populares urbanos que, no meio da pandemia, lançaram a pergunta: “Por que não podemos levar agroecologia a preços populares para os bairros?”.

No Brasil, durante a pandemia, o Movimento Brasil Popular e a Campanha Periferia Viva lançaram iniciativa que também articulava educação popular e direito à alimentação saudável. A partir da formação de agentes populares da alimentação ou da saúde, passaram a estimular a procura de respostas coletivas para os problemas enfrentados nas periferias e no mundo rural. Com base no método de Paulo Freire, o objetivo foi constituir sujeitos e sujeitas políticos, capazes de atuar em seu próprio território, organizando ações de distribuição de alimentos ou cuidados de saúde. Uma publicação foi criada, o *Livro de receitas colaborativo*, para apoiar a formação de cozinhas comunitárias, além de incentivar o uso de alimentos frescos e saudáveis nesses espaços, valorizando os hábitos alimentares brasileiros.

São ações de solidariedade que têm o objetivo de não ocultar as tensões sociais responsáveis pela carência, mas sim articular processos políticos de transformação e auto-organização. Além de garantir o pão nosso de cada dia, um fato sem dúvida indispensável, a construção de alternativas populares em meio ao agravamento da fome tem um horizonte mais amplo. Quando vinculadas a processos históricos de luta popular, essas experiências visam fortalecer a soberania alimentar e a conscientização, favorecendo que, em um futuro próximo, novas formas de organizações sociais possam surgir. Um futuro em que comer bem seja um direito e não um luxo.





DEZ PASSOS PARA UMA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL



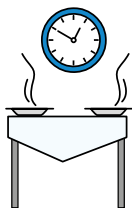
Fazer de alimentos *in natura* ou minimamente processados a base da alimentação

Utilizar óleos, gorduras, sal e açúcar em pequenas quantidades ao temperar e cozinhar alimentos e criar preparações culinárias



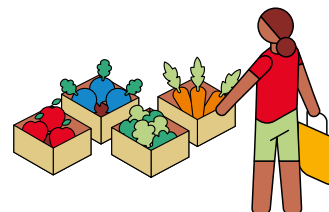
Limitar o consumo de alimentos processados

Evitar o consumo de alimentos ultraprocessados



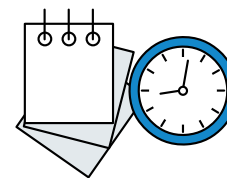
Comer com regularidade e atenção, em ambientes apropriados e, sempre que possível, com companhia

Fazer compras em locais que ofereçam variedades de alimentos *in natura* ou minimamente processados



Desenvolver, exercitar e partilhar habilidades culinárias

Planejar o uso do tempo para dar à alimentação o espaço que ela merece



Dar preferência, quando fora de casa, a locais que servem refeições feitas na hora

Ser crítico quanto a informações, orientações e mensagens sobre alimentação veiculadas em propagandas comerciais





BIBLIOGRAFIA E FONTES

- AGUIRRE, Patricia (2019). *Una historia social de la comida*. Buenos Aires: Edunla. Lugar Editorial.
- AGUIRRE, Patricia (2021). *Devorando el planeta: cambiar la alimentación para cambiar el mundo*. Buenos Aires: Capital Intelectual.
- ALVAREZ, Daniela Bicalho (2022). *O Pnae em fatos e números: a importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar*. Colaboração de Vanessa Manfre. Brasília: FIAN Brasil.
- ARMUS, Diego (2007). *La ciudad impura*. Buenos Aires. Edhasa.
- ARRÚA, Leticia; GARCÍA, Lis; ZEVACO, Sarah; ORTEGA, Guillermo (2020). *Radiografía del agronegocio sojero: análisis de la cadena productiva de la soja y su impacto en Paraguay*. BASE IS/RSL/CCFD. Asunción. Disponible en: <<http://www.baseis.org.ar>>.
- BARRUTI, Soledad (2021). *Mala leche: el supermercado como emboscada*. Buenos Aires. Planeta.
- BAUMANN, Matthias et al. (may 2017). Carbon emissions from agricultural expansion and intensification in the Chaco. *Global Change Biology*, v.23, issue 5, p.1902-1916.
- BERNSTEIN, Henry (2012). *Dinâmicas de classe da mudança agrária*. São Paulo: Editora Unesp.
- BRASIL (2014). Ministério da saúde. *Guia alimentar para a população brasileira*. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- BRONOSKI, Bruna (2023). Promessa do governo Lula para tirar o Brasil da fome, PAA contratou menos da metade da demanda da sociedade. *O joio e o trigo*, 07/12/2023. Disponível em: <<https://ojoioetrigo.com.br/2023/12/promessa-do-governo-lula-para-tirar-o-brasil-da-fome-paa-contratou-menos-da-metade-da-demanda-da-sociedade>>.
- CAPARRÓS, Martín (2016). *A fome*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CARÁMBULA, Matías (2015). Imágenes del campo uruguayo en clave de metamorfosis: cuando las bases estructurales se terminan quebrando. *Revista de Ciencias Sociales*, 28 (36):17-36.
- CASTRO, Josué de (2001[1946]). *Geografia da fome. O dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CASTRO, Nazaret (2019). *La dictadura de los supermercados: cómo los grandes distribuidores deciden lo que consumimos*. Buenos Aires: Akal.
- CASTRO, Nazaret; MORENO, Aurora; VILLADIEGO, Laura (2020). *Los monocultivos que conquistaron al mundo: impactos ambientales de la caña de azúcar, la soja y la palma aceitera*. Buenos Aires. Ediciones Akal.
- CASTRO, Nazaret; VILLADIEGO, Laura (2022). *Carro de combate: consumir es un acto político*. Buenos Aires. Capital Intelectual.
- CENTRO de Documentação Dom Tomás Balduino (2021). *Conflitos no campo Brasil 2020*. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra (CPT).
- CENTRO de Documentação Dom Tomás Balduino (2022). *Conflitos no campo Brasil 2021*. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra (CPT).
- COMISIÓN Económica para América Latina y el Caribe – Cepal (2019). *Panorama Social de América Latina 2018*. Santiago: Cepal.
- COORDINADORA de Derechos Humanos del Paraguay (2020). *Derechos Humanos en Paraguay 2020*. Asunción: Codehupy.
- COORDINADORA de Derechos Humanos del Paraguay (2021). *Derechos Humanos en Paraguay 2021*. Asunción: Codehupy.
- COSTA, A. L. S. (2021). Sistemas alimentares sustentáveis. Disponível em: <<https://convivium.gastronomia.ufrj.br/sistemas-alimentares-sustentaveis/>>.
- DIAS, Alexandre Pessoa et al. (2021). *Dicionário de agroecologia e educação*. São Paulo; Rio de Janeiro: Expressão Popular; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio.
- DOSSIÊ ABRASCO contra o Pacote do Veneno e em defesa da Vida! (2021). Organização de Karen Friedrich et al. Porto Alegre: Rede Unida. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2021/07/LIVRO-DOSSIE-V8.pdf>>.
- DOUGHAM, Richard (2011). *La chipa y la soja: La pugna agro-política en la frontera agroexportadora del Este paraguayo*. Asunción: Base Is.
- EDELMAN, Marc; BORRAS JR., Saturnino M. (2021). *Movimentos agrários transnacionais: história, organização e políticas de luta*. São Paulo: Editora Unesp.
- FAO, FIDA, OPS, WFP, UNICEF (2021). *América Latina y el Caribe - Panorama regional de la seguridad alimentaria y nutricional 2021: estadísticas y tendencias*. Santiago de Chile, FAO. <https://doi.org/10.4060/cb7497es>
- FAO, OPS, WFP, UNICEF (2019). *Panorama de la seguridad alimentaria y nutrición en América Latina y el Caribe 2019*. Santiago.
- FAO; FIDA; OMS; PMA; UNICEF (2018). *El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo. Fomentando la resiliencia climática en aras de la seguridad alimentaria y la nutrición*. FAO, Roma.
- FAO; FIDA; OMS; PMA; UNICEF (2019). *El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2019: protegerse frente a la desaceleración y el debilitamiento de la economía*. Roma: FAO.

- FAO; FIDA; OMS; PMA; UNICEF (2023). El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2023: Urbanización, transformación de los sistemas agroalimentarios y dietas saludables a lo largo del continuo rural-urbano Roma: FAO.
- FAO; FIDA; OMS; PMA; UNICEF (2020). *El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2020: transformación de los sistemas alimentarios para que promuevan dietas asequibles y saludables*. Roma: FAO.
- FAO; FIDA; OMS; PMA; UNICEF (2021). *El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo en el 2021: transformación de los sistemas alimentarios en aras de la seguridad alimentaria, una nutrición mejorada y dietas asequibles y saludables para todos*. Roma: FAO.
- FILARDI Marcos, Frank Fernando (2021) La alimentación en la Argentina. Entre los derechos y los negocios. Fundación Rosa Luxemburgo. Buenos Aires.
- FOME Zero: uma história brasileira (2010). v.I. Organização de Adriana Veiga Aranha. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- FRANK, Fernando (comp) (2021) Amenazas a la soberanía alimentaria en Argentina. Buenos Aires. Acción por la Biodiversidad.
- FREI Betto (Carlos Alberto Libânio Christo) (2003). A fome como questão política. *Estudos Avançados*, 17(48).
- FRIEDMANN H.; MCMICHAEL, P. (1989). Agriculture and the State System. The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia Ruralis*, v.29, Issue 2, August 1989, p. 93-117.
- FRIEDRICH, Karen et al. (2021). *Agronegócio e pandemia no Brasil: uma sindemia está agravando a pandemia de COVID-19?*. Abrasco; Ipen. Disponible en: <https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2021/05/Agronegocio_-_Abrasco-IPEN.pdf>.
- FUNDACIÓN Rosa Luxemburgo (2021). *Patear el tablero: Para repensar los sistemas alimentarios y agropecuarios pos-COVID-19*. Disponible en: <<https://rosalux-ba.org/2021/11/29/patear-el-tablero/>>.
- GARCÍA, Lis; ZEVACO, Sarah (2021). *Resistencias campesinas: características y desafíos*. Asunción: Base Is/Misereor/CCFD. Disponible en: <<https://www.baseis.org.ar>>.
- GARZILLO, Josefa Maria Fellegger et al. (2019). *Pegadas dos alimentos e das preparações culinárias consumidos no Brasil*. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP.
- GÖRGEN, Sergio Antônio, Frei (2017). *Trincheiras da resistência camponesa*. Sob o pacto de poder do agronegócio - Candiota, RS. Instituto Cultural Padre Josimo.
- GRAIN (2020). *¿Qué tiene que ver la producción industrial de carne con la crisis climática? Animación*. Disponible en: <<http://www.biodiversidadla.org/Recomendamos/Que-tiene-que-ver-la-produccion-industrial-de-carne-con-la-crisis-climatica>>.
- GRAIN (2022). *Digitalização da terra: mais dados, menos terras*. Disponible en: <<https://grain.org/system/articles/pdfs/000/006/830/original/PT%20Informe%20Governan%C3%A7a%20Digital.pdf?1649779744>>.
- GRAIN; ALIANZA por la Biodiversidad (abril de 2020). *¿Qué tiene que ver la producción industrial de carne con la crisis climática?*. Disponible en: <<https://www.argentina.gob.ar/ambiente/cambio-climatico/contribucion-nacional>>.
- Grupo ETC (2017). *¿Quién nos alimentará? La red campesina alimentaria o la cadena agroindustrial*. Disponible en: <https://www.etcgroup.org/es/quien_alimentara>.
- GRUPO ETC (2021). *La insostenible agricultura 4.0, en su segunda edición en español*. Disponible en: <<https://www.etcgroup.org/es/content/la-insostenible-agricultura-40>>.
- GRUPO ETC (2021). *Tecno-fusiones comestibles / Mapa del poder corporativo en la cadena alimentaria*. Disponible en: <<https://www.etcgroup.org/es/content/tecno-fusiones-comestibles>>.
- HARVEY, David (2011). *O enigma do capital*. São Paulo: Boitempo.
- II INQUÉRITO Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil: II Vigisan. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; Rede Penssan, 2021. Disponible en: <http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf>.
- II INQUÉRITO Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil: II Vigisan. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; Rede Penssan, 2022. Disponible en: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>.
- INFORME Dhana 2021: pandemia, desigualdade e fome (2021). Organização de Valéria Torres Amaral Burity, Nayara Côrtes Rocha. Brasília: FIAN Brasil. Disponible en: <https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Informe-Dhana-2021-novo-ajuste-22_12.pdf>.
- IPES-Food y ETC Group (2021). *Un movimiento de largo plazo por la alimentación: transformar los sistemas alimentarios para 2045*. Disponible en: <<https://www.ipes-food.org/pages/LongFoodMovement>>.
- IPES-Food y Grupo ETC (2017). *Demasiado grandes para alimentarnos*. Disponible en: <<https://www.etcgroup.org/es/content/demasiado-grandes-para-alimentarnos>>.
- JUNIOR, N. L. S. (2016). A conexão entre crise econômica e crise ambiental no Brasil. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/160518_bru_13_art03.pdf>.

- LIZARRAGA, Patricia; CARLOS, Vicente (coord.) (2021). *La Revolución de una semilla*. Buenos Aires: Fundación Rosa Luxemburgo; Grain; Acción por la Biodiversidad.
- LOBSTEIN, Tim; BRINSDEN; Hannah (2019). *Atlas of Childhood Obesity*. London: World Obesity. Disponible en: <<https://www.worldobesity.org>>.
- MARTINS, Adalberto Floriano Greco (2022). *A questão agrária no Brasil*. v.10. São Paulo: Expressão Popular.
- MCMICHAEL, Philippe (2016). *Regimes alimentares e questões agrárias*. São Paulo: Editora Unesp.
- MINISTERIO de Educación (2021). *Mapa nutricional 2020*. Santiago de Chile. Disponible en: <<http://www.junaeb.cl/mapa-nutricional>>.
- MONTAÑA, Elma (2011). *La dimensión humana del cambio ambiental global. La vulnerabilidad de las comunidades rurales de Mendoza*. Mendoza: Universidad de Congreso.
- MORISSAWA, Mitsue (2004). *História da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular.
- OPS (2015). *Alimentos y bebidas ultraprocesados en América Latina: tendencias, efecto sobre la obesidad e implicaciones para las políticas públicas*. Washington: Organización Mundial de la Salud.
- OXFAM (2016). *Desterrados: tierra, poder y desigualdad en América Latina*. Oxford: Oxfam house. Disponible en: <<https://www.oxfam.org.br/download/12364/>>.
- OYHANTÇABAL, Gabriel; NARBONDO, Ignacio (2013). El agronegocio y la expansión del capitalismo en el campo uruguayo. El Agronegocio y la Expansión del Capitalismo en el Campo Uruguayo. REBELA Revista Brasileña de Estudios Latinoamericanos. Año 2, n.3, p.409-425. 2013. Disponible en: <https://www.researchgate.net/publication/273341515_El_Agronegocio_y_la_Expansion_del_Capitalismo_en_el_Campo_Uruguayo>.
- PALAU, Marielle (Coord.) (2020). *Con la soja al cuello 2021: informe sobre agronegocios en Paraguay*. Asunción: Base IS; CCFD; DKN; Misereor. Disponible en: <<http://www.baseis.org.ar>>.
- PALAU, Marielle (Coord.) (2021). *Con la soja al cuello 2021: informe sobre agronegocios en Paraguay*. Asunción: Base IS; CCFD; DKN; Misereor. Disponible en: <<http://www.baseis.org.ar>>.
- PAN (2016). *Los niños de frente al peligro. La amenaza de los pesticidas a la salud de los niños en las zonas rurales*. PAN.
- PIÑEIRO, Diego. (2011). Concentración y extranjerización de la tierra en el Uruguay. Disponible en: <https://www.cnfr.org.uy/uploads/files/Presentacion_DPineiro.pdf>.
- PINHO, Cláudia Sala de (2021). Fogo no Pantanal: é a casa das comunidades tradicionais pantaneiras que queima. Disponible en: <<https://agroefogo.org.br/dossie/fogo-no-pantanal-e-a-casa-das-comunidades-tradicionais-pantaneiras-que-queima/>>.
- PNUD-MDSF (2020). *Impactos socioeconómicos de la pandemia en los hogares de Chile: resultados de la Encuesta Social Covid-19*. Primera fase: julio 2020. Santiago de Chile.
- RIFKIN, Jeremy (1999). *A valorização dos genes e a reconstrução do mundo*. O século da biotecnología. São Paulo: Makron Books.
- RIMISP (2021). *Pandemia y alimentación en los hogares de Chile: resultados de la Encuesta de Seguridad Alimentaria y Alimentación*. Santiago de Chile. Disponible en: <<http://www.rimisp.org>>.
- UDELAR (2020). Ollas y merenderos populares en Uruguay - Tramas para sostener la vida frente a la pandemia- Montevideo. Disponible en: <<https://udelar.edu.uy/portal/2021/02/ollas-y-merenderos-populares-en-uruguay/>>.
- VIA CAMPESINA (2020) Declaración de derechos campesinos y otras personas que trabajan en zonas rurales. Disponible en: <<https://viacampesina.org/es/derechos-campesinos-libro-didactico-una-nueva-version-ilustrada-de-la-declaracion-de-la-onu/>>
- VAN der Ploeg, J.D. (2010). *Nuevos Campesinos: campesinos e imperios alimentarios*, Icaria, Barcelona.
- VERZEÑASSI, D. (22 de Julio de 2021). *Río Paraná: "No es una bajante, no es una sequía. Es la deforestación"*. Recuperado el agosto de 2021, de Agencia de Noticias Tierra Viva: <<https://agenciaterraviva.com.ar/rio-parana-no-es-una-bajante-no-es-una-sequia-es-la-deforestacion/>>
- VERZEÑASSI, D.; VALLINI, A. (2019). *Transformaciones en los modos de enfermedad y morir en la región agroindustrial de Argentina*. Rosario: Instituto de Salud Socioambiental.
- VERZEÑASSI, Damián (2020). *La vida hecha humo: incendios en las islas del Delta del Paraná. Impactos en la salud socioambiental*. Rosario. Instituto de Salud Socioambiental y Fundación Rosa Luxemburgo. Disponible en: <<https://rosalux-ba.org/wp-content/uploads/2020/11/La-vida-hecha-humo.pdf>>.
- VICENTE, L.; ACEVEDO, C.; VICENTE, C. (2020). *Atlas del agronegocio transgénico en el Cono Sur. Monocultivos, resistencias y propuestas de los pueblos*. Buenos Aires: Acción por la Biodiversidad.
- ZABALA, L. (2019). Apuntes sobre el proceso de construcción del plan nacional de agroecología, en Uruguay, entre los años 2002-2016. Montevideo: Udelar.
- ZEVACO, Sarah (2021). *Agroindustria o agricultura campesina: ¿De dónde viene lo que comemos?* BASE IS/MISEREOR. Asunción. Disponible en: <<http://www.baseis.org.ar>>.
- ZEVACO, Sarah; RIQUELME, Quintín (2023). Hambre cero. In: POJOAJU. Segundo Informe de POJOAJU sobre el Cumplimiento de los ODS en Paraguay. Assunción, 2023. p.9-23. Disponible en: <https://www.baseis.org.py/wp-content/uploads/2023/12/ODS-2023-6.pdf>.

Fontes

Argentina contra el Hambre www.argentina.gob.ar/argentina-contra-el-hambre

Consejo Nacional de Coordinación de Políticas Sociales. Argentina www.argentina.gob.ar/informacion-sobre-plan-y-programas-sociales/guia-de-programas-sociales

Índice de Precios de los Alimentos de la FAO www.fao.org/world-foodsituation/foodpricesindex/es/

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>

Instituto de Investigación Social, Económica y Política Ciudadana (ISEPCi) www.isepci.org.ar

Instituto Nacional de Estadísticas y Censos. Argentina. www.indec.gov.ar

Instituto Nacional de Estadísticas. Chile. www.ine.cl

Instituto Nacional de Estadísticas. Uruguay. www.ine.gub.uy

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_paises/

Land Matrix www.landmatrix.org

Naturaleza de Derechos www.naturalezadederechos.org/501.htm

Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe www.oig.cepal.org

Sequia en Chile: <https://www.iagua.es/especiales/sequia-chile>

Sistema de información de precios al consumidor. Uruguay. <http://www.precios.uy/>

Subsecretaría de Relaciones Económicas de Chile www.subrei.gob.cl

Via Campesina <https://viacampesina.org>

Fotografias

p.1. Pata Eizmendi. Ollas populares. Montevideu.

p.4. Felipe Abreu. Arroz orgânico do MST. Rio Grande do Sul, Brasil.

p.6. Verena Glass. Monocultura de soja transgênica no Paraná.

p.7. Verena Glass. Assentada em Itaitê, Bahia.

p.8. Verena Glass. Manifestação contra a OMC durante a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) em Curitiba (2006).

p.12, 13. Verena Glass. Rodovia no Mato Grosso do Sul.

p.15. Nicolás Pousthomis. Incêndios em Córdoba.

p.16. Valter Campanato / Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

p.17. Verena Glass. Queimada em Altamira, Pará.

p.56, 57. MST. Colheita de arroz orgânico no Rio Grande do Sul em 2022.

p.59. La Garganta Poderosa. Projeto de Lei Salário para as Cozinheiras. Buenos Aires.

p.61. Nicolás Heredia/ UST. MNCI-ST. Mendoza. Argentina.

p.69. MPA. Casa de Sementes Mãe Terra. Rio Grande do Sul.

p.74. MPA. Entrega de cestas de alimentos na comunidade Vila Projetada, em Niterói.

p.76. Verena Glass. Queimada em Altamira (PA), na Transamazônica, em 2020.

p.79. Janine Moraes / MST. Encontro Nacional de Mulheres Sem Terra em Brasília.

p.86. Quentin Delaroche / MST. Banco Popular de Alimentos em Recife.

p.89. MST. Agentes Populares da Saúde em Recife.

p.92. Leandro Paiva / MTST. Cozinha Solidária em São Paulo.

p. p.94. MST / Agentes Populares da Saúde, Recife.

p.97. Leandro Paiva / MTST. Cozinha Solidária em São Paulo.

p.103. Ricardo Struckert no assentamento Che Guevara em Pernambuco, em 2022.

p.104. Pata Eizmendi. Ollas populares. Montevideu.







Construído a partir da escuta ativa de movimentos populares e camponeses do Cone Sul, este *Atlas* apresenta não somente um diagnóstico da crise alimentar na região, mas também alternativas para superá-la. Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai compartilham uma realidade contraditória. Ao mesmo tempo que possuem condições favoráveis para a produção de alimentos, são incapazes de alimentar suas populações de forma adequada e saudável. Nosso ponto de partida são as experiências históricas de resistências e as várias práticas solidárias potencializadas durante a pandemia. Trata-se de um conjunto de iniciativas que inspiram outro modelo de organização social e indicam caminhos para garantir a soberania alimentar para nossos povos.

FUNDAÇÃO
ROSA
LUXEMBURGO

expressão
POPULAR